

**Inovações sociais conquistadas contra a
gentrificação turística em Lisboa**
Versão final após defesa

Bruna Beatriz Kievel

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Inovação Social
(2^o ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Antónia do Carmo Anginho Barriga

Outubro de 2021

Epígrafe

*Quando o oficial de justiça chegou
Lá na favela
E, contra seu desejo
Entregou pra seu Narciso
Um aviso, uma ordem de despejo*

*Assinada, seu doutor
Assim dizia a petição
Dentro de dez dias
Quero a favela vazia
E os barracos todos no chão*

*É uma ordem superior
Ô, ô, ô, ô, ô, meu senhor!
É uma ordem superior*

Adoniran Barbosa, trecho da música “Despejo na Favela”

Agradecimentos

Meu agradecimento à Habita! Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade, a Associação do Património e População de Alfama e a Associação dos Inquilinos Lisbonenses e aos coletivos Stop despejos e Morar em Lisboa, pois, foi pelo aceite destes, de serem entrevistados (as) que me foi possível a realização desta dissertação.

À Professora Doutora Antónia do Carmo Anjinho Barriga por sua orientação e esclarecimentos, os quais foram essenciais para a construção da pesquisa.

Ao Guilherme Teixeira da Silva, pelo incansável apoio, estímulo, carinho, compreensão, paciência e ajuda durante todo este processo.

Aos meus familiares e amigas que escutaram constantemente sobre a minha dissertação e que nunca se cansaram de perguntar quando, de facto, estaria pronta.

Resumo

Esta dissertação tem como tema principal o aprofundamento da discussão conceptual do fenómeno da inovação social no contexto da problemática social da gentrificação turística em Lisboa. No campo teórico aborda o conceito de inovação, o fenómeno da inovação social e sua questão paradigmática na construção teórica e prática, culminando em dois paradigmas divergentes – o paradigma democrático e o paradigma tecnocrático da inovação social. Assim sendo, partimos da seguinte pergunta de partida: em que medida o trabalho desenvolvido por organizações, movimentos sociais ou coletivos relacionados com o problema social da gentrificação turística em Lisboa, podem ser ou não “inovação social”? Colocando como objetivo geral de pesquisa: identificar organizações, movimentos sociais ou coletivos que estão a desenvolver soluções, alternativas, mudanças, defesa e garantia de direitos para as pessoas e bairros afetados pela gentrificação turística em Lisboa. Para responder e cumprir com o objetivo proposto, adotamos uma pesquisa de carácter exploratório, de metodologia qualitativa, utilizando-se da técnica da entrevista semiestruturada para a recolha de informações e da técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos dados textuais. Ao todo foram entrevistadas três associações e dois coletivos de Lisboa. Com a análise da informação recolhida percebemos que as inovações sociais alcançadas por estas associações e coletivos para solucionar e combater a gentrificação turística estão a nível micro e macro no âmbito político, público e na defesa, representação e garantia de direitos de pessoas, grupos, bairros e espaços públicos, situando-as no paradigma democrático da inovação social.

Palavras-chave

inovação; inovação social; gentrificação turística

Abstract

This dissertation has as its principal theme the enhancement of the conceptual discussion of social innovation in the context of the social problems of tourist gentrification in Lisbon. In the theoretical field it discusses the concept of innovation, of social innovation and the paradigmatic issue in the theoretical and practical construction of social innovation, which culminates in two divergent paradigms - the democratic paradigm and the technocratic paradigm of social innovation. Therefore, we start from the following starting question: to what extent the work developed by organizations, social movements, or collectives related to the social problem of tourist gentrification in Lisbon, may or may not be "social innovation"? Putting as a general research objective: to identify organizations, social movements, or collectives that are developing solutions, alternatives, changes, defense, and guarantee of rights for people and neighborhoods affected by tourist gentrification in Lisbon. To answer and fulfill the proposed objective, we adopted research of exploratory nature, of qualitative methodology, using the semi-structured interview technique to collect information and the content analysis technique to interpret the textual data. In all, three associations and two Lisbon collectives were interviewed. With the analysis of the information collected, we realize that the social innovations achieved by these associations and collectives to solve and combat tourist gentrification are at the micro and macro level in the political, public, and in the defense, representation, and guarantee of rights of people, groups, neighborhoods, and public spaces, placing them in the democratic paradigm of social innovation.

Keywords

innovation;social innovation;tourism gentrification

Índice

Lista de Figuras	xiv
Lista de Tabelas	xvi
Lista de Acrónimos	xviii
Introdução	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
Capítulo 1 – Da inovação a inovação social	4
1.1 A emergência do conceito e as diferentes aplicações do conceito de inovação	4
1.2 Como a inovação é desenvolvida? A relação entre a invenção e a inovação	6
1.3 A inovação como diferencial competitivo aliada à tecnologia, ao desenvolvimento económico e ao novo empresário	8
1.4 A inovação como disciplina	10
Capítulo 2 – Inovação social, uma nova esperança para problemas sociais antigos	14
2.1 Origens do termo inovação social e contextos históricos	14
2.2 Inovação social no século XX e XXI	18
2.2.1 Os dois paradigmas da inovação social	19
2.2.2 O paradigma tecnocrático da inovação social	23
2.2.3 O paradigma democrático da inovação social	30
Capítulo 3 – A crise habitacional antecede a gentrificação turística em Lisboa	38
3.1 Um breve panorama sobre a crise habitacional de Lisboa	38
3.2 Habitação e financeirização em Portugal	42
3.3 Gentrificação turística e suas consequências em Lisboa	46

PARTE II – PESQUISA E MÉTODOS ESCOLHIDOS	50
Capítulo 1 – Procedimentos metodológicos: o caminho percorrido	50
1.1 O fio condutor	50
1.1.1 Objetivos de pesquisa	51
1.1.2 Definições metodológicas de pesquisa	52
1.1.3 Fase exploratória para a recolha de informações: procedimentos realizados pré-entrevistas	53
1.1.4 Caracterização das associações e coletivos entrevistados	55
1.1.5 Técnica de recolha de informações: a opção pela entrevista semiestruturada	57
1.1.6 Análise da informação: aplicação da técnica de análise de conteúdo	58
Capítulo 2 – Análise e interpretação dos dados	59
2.1 As duas metades da moeda e a concretização de inovações sociais	59
2.2 A “cara” da moeda – o paradigma democrático	66
2.3 A “coroa” da moeda – o paradigma tecnocrático	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
BIBLIOGRAFIA	74
APÊNDICES	82

Lista de Figuras

Figura 1 - O processo de inovação social	26
Figura 2 - Bairro de lata da Quinta do Narigão em Lisboa no ano de 1968	39
Figura 3 - Calamidade das cheias de Lisboa em novembro de 1967	40
Figura 4 - Calamidade das cheias de Lisboa em novembro de 1967	40
Figura 5 - Crescimento do custo das rendas em Portugal, de 2010 a 2019	44
Figura 6 - Comparação da evolução das rendas e do preço de venda da habitação em Portugal, de 2010 a 2019	45
Figura 7 - Crescimentos das rendas vs. Crescimento dos rendimentos em Portugal, de 2010 a 2019	45

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Usos e interpretações do termo inovação social	16
Tabela 2 - Resumo das três linhas de pensamento desenvolvidas para o ALMOLIN	34
Tabela 3 - Grelha de análise	52

Lista de Acrónimos

AIL	Associação dos Inquilinos Lisbonenses
AL	Alojamento Local
ALEP	Associação do Alojamento Local em Portugal
ALMOLIN	Alternative Model(s) for Local Innovation
APPA	Associação do Património e População de Alfama
ARI	Autorização de Residência para Atividade de Investimento
ATL	Associação de Turismo de Lisboa
BCE	Banco Central Europeu
BNA	Balcão Nacional de Arrendamento
CE	Comissão Europeia
CML	Câmara Municipal de Lisboa
DMHDS	Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRBA	Gabinete para a Recuperação do Bairro Alto
GTL	Gabinete Técnico Local
IAD	Integrated Area Development
IBM	Business Machines
ICOR	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
ICS	The Institute for Community Studies
IUT	União Internacional de Inquilinos
NESTA	National Endowment for Science, Technology and the Arts
NRAU	Novo Regime de Arrendamento Urbano
ONU	Organização das Nações Unidas
PER	Programa Especial de Realojamento
P&G	Procter & Gamble Company
SET	Rede de Cidades do Sul da Europa frente a Turistificação
SI	Social Innovation
SILC	European Union Statistics on Income and Living Conditions
SINGOCOM	Social Innovation, Governance and Community Building
SOLIM	Solidariedade Imigrante
SSE	Social and Solidarity Economy
UCL	University College London
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

Nos últimos 25 anos, o tema da inovação social tem recebido posição de destaque em programas governamentais, na economia social, no setor privado e no campo académico, como promessa de ser a nova esperança de solução para antigos problemas sociais, crises ambientais e económicas. Portugal, desde o ano de 2016 até 2020, destinou parte de seu Fundo Social Europeu para a iniciativa pública “Portugal Inovação Social”¹, no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, a legitimar a importância do tema e de sua prática pelas organizações da economia social em parceria com o governo e o setor privado.

No campo académico, o fenómeno da inovação social apresenta-se como “um quase conceito” (Harrison e Jenson 2013) ou como um conceito em *continuum* construção e multidimensional (Moulaert et al., 2005; Moulaert et al., 2017) ou ainda como um conceito indefinido (Montgomery 2016) e de significados abrangentes (Mulgan et al., 2007). Culminando em dois paradigmas distintos - o paradigma democrático e o paradigma tecnocrático da inovação social (Montgomery 2016).

Assim, para alguns investigadores a inovação social significará a materialização de uma solução para alguma problemática social em um projeto, processo, produto ou serviço, utilizando-se da experimentação, colaboração, *networking*, metodologias de gestão e empreendedorismo social, para que estas novas ideias possam ser introduzidas na sociedade, muitas vezes pelo mercado, e com possibilidades de serem multiplicadas e escaladas (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010), características estas correspondentes ao paradigma tecnocrático.

Para outros, a inovação social significará criar soluções conjuntas para situações de exclusão social e alienação de indivíduos e grupos, buscando por uma transformação social nas relações de poder dentro de estruturas económicas, políticas e de governança já constituídas e hegemónicas (Moulaert et al., 2005; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b). Poderá também ser materializada em um projeto, metodologia, movimento social, mudança de lei, mudança de poder governamental e institucional, contudo emerge de uma rede colaborativa e com relações que privilegiem à tomada de decisões participativas em todos os processos, incluindo os próprios indivíduos e grupos necessitados, características estas correspondentes ao paradigma democrático.

¹ Informações obtidas pelo portal: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/portugal-inovacao-social>

Diante desta questão paradigmática do fenómeno da inovação social e de seu conceito ainda estar em construção no campo das ciências sociais e humanas, o investigador Montgomery (2016) propõe que pesquisas futuras contextualizadas nas lutas sociais locais revelarão qual paradigma da inovação social estará em ascensão. Igualmente, Moulaert, MacCallum e Hillier (2013b, p. 18) interrogam “quais são as dinâmicas excludentes e alienantes do sistema económico contra o qual a inovação social está reagindo? Que dinâmica alimenta a melhoria da condição humana? Quais movimentos sociais ou políticos são relevantes para a mudança social?”.

Neste sentido, o propósito deste trabalho de dissertação é contribuir para o aprofundamento da discussão conceptual do fenómeno da inovação social ao direcionar o olhar para o problema social da gentrificação turística em Lisboa e perceber quais são as inovações sociais que emergem na tentativa de solucionar este problema social e em qual paradigma podemos situá-las.

Para tal, a pesquisa parte da seguinte pergunta de partida: em que medida o trabalho desenvolvido por organizações, movimentos sociais ou coletivos relacionados com o problema social da gentrificação turística em Lisboa, podem ser ou não “inovação social”? Para responder de modo satisfatório a esta pergunta de partida, delimitamos como objetivo geral: identificar organizações, movimentos sociais ou coletivos que estão a desenvolver soluções, alternativas, mudanças, defesa e garantia de direitos para as pessoas e bairros afetados pela gentrificação turística em Lisboa. Como objetivos específicos propomos: a) perceber quais organizações, movimentos sociais ou coletivos que estão a trabalhar com a questão da gentrificação turística em Lisboa há mais de três anos; b) compreender como se definem, como se organizam e como desenvolvem o trabalho; c) traçar relações entre o terreno e a teoria para perceber se o trabalho desenvolvido pode ser “inovação social”; d) identificar qual paradigma da inovação social que está em ascensão dentro do contexto da gentrificação turística em Lisboa.

A primeira parte da dissertação refere-se ao enquadramento teórico, dividido em três capítulos. No capítulo 1, “Da inovação a inovação social”, contextualizamos através de um amplo olhar a área de inovação: pontos históricos, o processo de desenvolvimento entre a invenção e a inovação, seus principais significados e abordagens no Ocidente entre os séculos XIV ao XXI e sua ordem cronológica como categoria de uso – religiosa, política, social, de crescimento económico ligado à tecnologia e a área de gestão, assim como, a perda de sua conotação pejorativa e dualidade de uso (Drucker, 1985; Godin, 2012). Compreendendo que cada área do conhecimento irá aprofundar e caracterizar o tema da

inovação de acordo com as suas necessidades, processos e objetivos, culminando em diferentes tipos de inovações, conceitos e práticas. No capítulo 2, “Inovação social, uma nova esperança para problemas sociais antigos”, abordamos a origem de utilização do termo “inovação social” na Europa, os aspetos históricos de sua origem e uso, as principais inovações sociais introduzidas na sociedade a partir do século XIX, até chegarmos na questão paradigmática do fenómeno da inovação social (Montgomery 2016) e sua discussão na construção da teoria e prática. No capítulo 3, “A crise habitacional antecede a gentrificação turística em Lisboa”, introduzimos a problemática social da gentrificação turística em Lisboa, sublinhando alguns pontos da história da crise na habitação de Lisboa, até chegarmos a crise mundial financeira de 2008-2009, que culminou na estratégia de turismo como recuperação económica para Portugal, contribuindo nos anos subsequentes para um processo de gentrificação turística. Tendo como objetivo, o contacto prévio com a problemática social, da qual queremos perceber quais inovações sociais emergem como forma de proporcionar uma resposta, solução, alternativa, defesa e garantia de direitos para as pessoas e bairros afetados.

A segunda parte desta dissertação refere-se a pesquisa e aos métodos escolhidos. A presente pesquisa possui objetivos de carácter exploratório, adotando uma metodologia qualitativa, utilizando-se da técnica de entrevista semiestruturada para a recolha de informações e posteriormente aplicando a técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos dados textuais. Importa sublinhar que numa fase exploratória levantamos informação - que analisámos com procedimentos também inerentes à análise de conteúdo – que conduziria à escolha dos entrevistados. Ao todo foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas às seguintes associações e coletivos: Habita! Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade; Associação do Património e População de Alfama (APPA); Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL); Stop Despejos; e Morar em Lisboa.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Da inovação a inovação social

1.1 A emergência e as diferentes aplicações do conceito de inovação

Antes de compreendermos e analisarmos os possíveis significados e aplicações do fenómeno da inovação social, pois não há um comum conceito e as práticas abrangem um leque variado, torna-se relevante e necessário traçarmos um panorama sobre a inovação, a exemplo de alguns investigadores da área da inovação social (Moulaert et al., 2005; Phills Jr, Deiglmeier e Miller, 2008; Bignetti, 2011; Godin, 2012; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b; Monteiro, 2019), a fim de nos facilitar a identificação de analogias entre os dois campos de estudo, para após, avançarmos para o nosso objeto de pesquisa com mais propriedade de análise.

A inovação não é um fenómeno novo, sendo algo inerente a nossa história, pois nós – humanos – estamos constantemente em busca de pensar em novas e melhores formas de fazer as coisas (Fagerber e Godinho 2006). Etimologicamente a palavra inovar deriva do latim *innovare* que significa tornar novo, “refere-se, essencialmente, a uma capacidade de recriação inerente aos sistemas evolutivos, quer sejam ecossistemas biológicos ou sistemas sociais” (Parente, Marcos e Diogo 2014, p. 245). Desde exemplos como a roda, o cozimento de alimentos, a escrita como forma de registo, o papel, a agricultura, os carros, os aviões, os refrigeradores e as telecomunicações, nos deparamos com inovações ao longo da nossa história humana (Fagerber e Godinho 2006). Tal como Pearson (1991, p. 18) coloca “inovação significa mudança. Tais mudanças podem ser incrementais ou radicais, evolucionárias ou revolucionárias, favoráveis ou disruptivas”. Também, podemos dizer que a inovação é “(...) uma ruptura em relação às rotinas, formas de pensar e de agir prevalentes” (Monteiro 2019, p. 3). Logo, a inovação é o novo introduzido nos ecossistemas biológicos ou sistemas sociais que provocará mudanças significativas na natureza ou nos nossos hábitos sociais, seja por novos conhecimentos, reformulações e novas leis, novas formas de organização social ou institucional e por novas tecnologias materializadas em produtos e serviços.

Historicamente, “foi por meio da religião que o conceito da inovação entrou pela primeira vez no discurso comum no mundo Ocidental” (Godin 2012, p. 8), no final dos anos 1400 na

Inglaterra, por meio de “(...) procedimentos de bispos, visitas, sermões e julgamentos (...)” (Godin 2012, p. 8). Sendo utilizado para caracterizar comportamentos desviantes ao introduzir mudanças na ordem estabelecida, sendo proibido e punido. Neste sentido, o termo inovação possuía uma conotação pejorativa.

Após, o termo inovação, inovadores ou inovadores sociais foi utilizado por políticos, escritores anónimos, economistas, capitalistas e estudiosos para classificar revoluções políticas e pessoas ditas revolucionárias, por volta de 1649 na Inglaterra, e durante e após a Revolução Francesa em 1789-1799. Para muitos, o termo inovação ou inovadores passou a ser sinónimo de socialismo, comunismo, nacionalismo, reforma social e de pensamentos e atos que procuravam incitar revoluções e a desordem aos bons costumes, mantendo-se uma conotação pejorativa e uma dualidade de uso, pois muitos referiam-se a inovação como sendo algo bom e necessário para o progresso social, e outros como algo ruim, a ser combatido e punido (Godin 2012).

Já no século XIX, a utilização do termo inovação passou a ser atribuída ao desenvolvimento económico, tecnológico e ao surgimento de novos tipos de empresários, evoluindo até à disciplina de gestão da inovação no século XX, alcançando uma conotação positiva no uso do termo ao longo deste período (Drucker, 1985; Schumpeter, 1997 [1964]; Martes, 2010; Godin, 2012).

No século XXI o tema da inovação volta a ganhar destaque: nos discursos e políticas públicas de incentivo a investimento; na área empresarial, não somente materializada em novos produtos, serviços ou na abertura de novos mercados, mas como estratégia de competição aliada à tecnologia, *marketing* e publicidade; no universo digital pela realidade virtual, inteligência artificial, novas formas de dinheiro, transações monetárias e redes de segurança (*blockchain*); e podemos até mesmo chegar ao campo da mineração espacial que promete mudar o mundo e nos levar para a “Quarta Revolução Industrial” (Schwab 2018).

Ou seja, desde o século XV até o século XXI, a apropriação e significado do termo inovação mudou radicalmente, hoje “(...) a literatura sobre inovação é tão grande e diversificada que até manter-se atualizado com um campo específico de pesquisa é muito desafiador” (Fagerberg e Godinho 2006, p. 4), sendo que a pesquisa do papel da inovação nas mudanças económicas e sociais predominam e com incentivo a interdisciplinaridade, desde a década de 1960, por meio da abertura de centros e departamentos de investigação na área da inovação (Fagerberg e Godinho 2006).

1.2 Como a inovação é desenvolvida? A relação entre a invenção e a inovação

Para percebermos melhor a questão da inovação e todo o universo que a abrange, é necessário estabelecer ainda a distinção entre invenção e inovação, pois nem todas as invenções se tornam inovações, segundo Sarkar (2007, p. 114) “uma inovação é uma invenção implementada. A inovação não é sobre grandes ideias. É sobre ideias que têm um grande impacto”. De acordo com Fagerberg e Godinho (2006, p. 4) “a invenção é a primeira ocorrência de uma ideia para um novo produto ou processo, enquanto a inovação é a primeira tentativa de realizá-la na prática”, e que embora a invenção e a inovação possam muitas vezes estarem interligadas num contínuo processo de criação e reformulações, o que normalmente ocorre é um intervalo de tempo entre elas, caracterizado pela falta de recursos financeiros, equipamentos, materiais, e até mesmo de mais conhecimento sobre o assunto, ou ainda, pela não aceitação social da ideia ou ainda por esta não ser uma necessidade.

Como exemplo, Drucker (1985) nos relembra da ideia da máquina voadora de Leonardo da Vinci, que para a época foi impossível de ser realizada na prática, pois não havia os materiais adequados e necessários e o mais importante a invenção, comercialização e aprimoramento do motor de combustão interna, portanto “muitas invenções exigem inovações e invenções complementares para serem bem-sucedidas no estágio da inovação” (Fagerber e Godinho 2006, p. 5).

A história do motor de combustão é um exemplo clássico destes vários estágios, que passa pela ideia e invenção do primeiro motor por Robert Boyle (que utilizava a explosão de pólvora) e pelo aprimoramento e estudos de Denis Papin (assistente de Boyle). Depois pela construção da primeira máquina rudimentar a vapor por Thomas Savery, para após Thomas Newcomen aperfeiçoar esta máquina a vapor e a utilizar para o trabalho de bombear a água de minas de carvão inglesas. E termina em James Watt, que também inventou uma máquina a vapor, mas tendo o seu auge quando melhorou a máquina a vapor de Newcomen. Posteriormente, todo este percurso das máquinas a vapor ajudou a produzir o motor com o uso de combustível. De acordo com Drucker (1985, p. 123), Boyle foi o inventor, o que teve a “centelha de gênio” ou a “ideia brilhante”, porém isso pertence “à história das ideias, não à história da tecnologia ou da inovação”, colocando Newcomen e Watt como inovadores.

Um outro exemplo é o médico obstétrico Ignaz Semmelweis², pioneiro da antissepsia sanitária. Na atual situação da pandemia Covid-19 é importante lembrarmos que o ato de lavar as mãos como forma de prevenção às doenças e mortes teve todo um percurso de invenções e inovações até ser aceito no meio acadêmico e social. No século XIX, Semmelweis trabalhava na ala obstétrica do Vienna General Hospital que possuía duas clínicas obstétricas, uma clínica era direcionada para os estudantes de medicina e a outra para a instrução de parteiras. Entre as duas clínicas a diferença da taxa de mortalidade por infecção pós-parto era extremamente elevada, na clínica para os estudantes de medicina a taxa de mortalidade chegava a 11.4% enquanto na clínica para parteiras a taxa de mortalidade chegava a 2.8% no mesmo período. Semmelweis por meio de seus estudos e observações concluiu que a única diferença entre as duas clínicas eram os/as trabalhadores(as). E que os médicos e estudantes de medicina por fazerem outras práticas médicas carregavam “partículas cadavéricas” nas mãos, da sala de autópsia para as pacientes grávidas ao examiná-las.

Portanto, Semmelweis instituiu na clínica a prática de lavar as mãos com a solução de hipoclorito de cálcio (lixívia) para os médicos e estudantes antes de examinarem as pacientes. Semmelweis conseguiu diminuir drasticamente o número de mortes, chegando até mesmo a taxa zero de mortalidade após a implementação da lavagem de mãos. Contudo, ele não conseguiu comprovar cientificamente sua teoria, sendo ridicularizado e desacreditado pelos seus colegas e comunidade médica. Somente, anos mais tarde, e após sua morte, com o desenvolvimento da teoria microbiana das doenças desenvolvida pelo cientista e químico Louis Pasteur e pelo cientista e médico Robert Koch, e pela promoção da prática da antissepsia pelo médico e cirurgião Joseph Lister é que a comunidade médica aceitou os estudos de Semmelweis.

Os dois exemplos acima citados demonstram a interligação entre invenção e inovação, assim como, as barreiras a serem perpassadas. No primeiro caso, se fez a necessidade de invenções de conhecimento para culminar em novas invenções de peças e inovações e inovações constantes em outras áreas, como por exemplo, a engenharia aerodinâmica, num contínuo e intrínseco processo de reformulações até chegar na concretização final do produto e na sua comercialização – o avião (a máquina voadora de Leonardo da Vinci). No segundo caso, nos deparamos com a invenção e a inovação na área do conhecimento que culmina na inovação de processo, no fazer de maneira diferente para obter melhores

² Mais informações em: <https://www.publico.pt/2020/04/05/ciencia/noticia/homem-descobriu-lavar-maos-salvava-vidas-ridicularizado-1910146>; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49817726>; https://pt.wikipedia.org/wiki/Ignaz_Semmelweis

resultados, como também, nas possíveis barreiras a serem perpassadas e na não aceitação da ideia. De acordo com Fagerberg e Godinho (2006) a inovação do conhecimento, a que provocará mudanças de hábitos sociais é a mais difícil de ser concretizada, pois pressupõe mudanças significativas de paradigmas.

Por fim, ainda podemos ver a questão da invenção e inovação de uma maneira mais personificada, como propõe o investigador Davis (1991) que irá diferenciar o “inventor” do “inovador”, sendo o inventor aquele que produz ideias e o inovador aquele que faz as ideias acontecerem. Segundo o autor, muitas pessoas possuem as duas qualidades, entretanto muitos inventores estão mais ligados à ideia e no desafio de executá-la, do que no desafio de transformá-la num produto ou serviço comercializável e lucrativo.

1.3 A inovação como diferencial competitivo aliada à tecnologia, ao desenvolvimento económico e ao novo empresário

Para além, das diferenças e inter-relações que a invenção e a inovação possuem entre si, segundo Martes (2010, p. 257) Max Weber é um dos sociólogos que chama à atenção “(...) para o conflito fundamental do século XIX: *inovação versus tradição* (grifo da autora)”. Com a sociedade industrial literalmente a todo o vapor, Weber analisou a relação que a ética protestante teve no favorecimento de um *ethos* capitalista, e como essa expansão do capitalismo trouxe à figura de um “novo estilo” de empresário, fruto da sociedade capitalista e que se difere do empresário burguês. Este novo empresário, portador de um conjunto de características diferenciadas, tais como - “firmeza de caráter”, “clarividência e capacidade de ação” e “obstinação pelo trabalho”, rompe com os velhos padrões tradicionais. Émile Durkheim, sociólogo, igualmente trabalhou a questão da “inovação *versus* tradição” trazendo na figura do inovador, aquele que luta contra o tradicionalismo de processos e técnicas na nova era industrial (Martes 2010).

Nos anos 30 do século seguinte, Joseph A. Schumpeter enfatizaria o papel da inovação e da inovação tecnológica “(...) numa situação onde a competição moderna entre os capitalistas não se dá por meio do preço, mas sim da tecnologia” (Martes 2010, p. 259), tornando-se uma das principais referências na área da inovação e do desenvolvimento económico. Schumpeter em seu livro “Teoria do Desenvolvimento Económico”, desenvolve a teoria do novo empresário, com pontos similares à teoria de Weber, principalmente na exaltação das características incomuns deste novo empresário. O empresário inovador de Schumpeter (1997 [1964]), entretanto, irá se distinguir dos capitalistas e do empresário da época industrial, no qual ambos eram a mesma pessoa para Schumpeter.

Na visão de Schumpeter (1997 [1964]) caberia ao empresário inovador ser um agente económico, um produtor que inicia a mudança económica ao produzir novas combinações e caberia aos capitalistas a oferta de crédito ao empresário inovador, “chamamos ‘empreendimento’ à realização de combinações novas; chamamos ‘empresários’ aos indivíduos cuja função é realizá-las” (Schumpeter 1997 [1964]), p. 83). O desenvolvimento pela realização de novas combinações englobaria 5 casos:

- 1) Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem;
- 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria;
- 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não;
- 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada;
- 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (Schumpeter 1997 [1964], p. 76).

Ao introduzir o papel do empresário inovador que são os empreendedores, como os chamamos atualmente, para a realização de novas combinações, Schumpeter (1997 [1964]) estabelece a tecnologia e a “destruição criadora”, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, como pontos fundamentais para descrever o processo de desenvolvimento económico, “entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança económica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar” (Schumpeter 1997 [1964], p. 76). Mais tarde, Drucker (1985)

propõe como papel central deste novo empreendedor, além de produzir a “destruição criadora”, a gestão da inovação, como ele próprio ensinou e o fez como consultor de empresas.

A partir dos estudos de Schumpeter a inovação começou a ganhar notoriedade, convergindo seus esforços para novas tecnologias de processos e produtos que criaram e conquistaram novos mercados e clientes, tendo a sua continuação com Drucker na área de gestão. Tornando-se um tema predominantemente do setor privado e de seu desenvolvimento económico, aliado a competição e à liderança de empresas que provocaram grandes mudanças nos hábitos da sociedade, tais como: Ford Motor Company; The Coca-Cola Company; The Walt Disney Company; McDonald’s Corporation; Xerox Corporation; Gillette, atualmente uma marca da Procter & Gamble Company (P&G); International Business Machines (IBM); Google LLC; Nokia Corporation e Microsoft Corporation e etc., para citar algumas. Cada uma delas com histórias de uma ou mais pessoas que iniciaram suas invenções e inovações. Além disso, outras áreas foram adotando a terminologia inovação para indicarem a sua capacidade de mudança, recriação, reformulação e aperfeiçoamento, distanciando-se do significado restrito da inovação conectada ao desenvolvimento económico e à tecnologia.

1.4 A inovação como disciplina

Como exposto anteriormente, a inovação é uma invenção implementada com sucesso por meio de novas ideias e conhecimentos que culminam em novos processos, produtos, organizações, mudanças de hábitos, tradições, leis, a promover grandes avanços para a humanidade. A inovação também pode surgir em vários lugares simultaneamente como soluções a problemas semelhantes ou a pressões diversas (Bacon et al., 2008).

Schumpeter (1997 [1964]) ao definir novas combinações que englobam a inovação e o desenvolvimento económico, propôs a inovação de produtos (novos produtos), inovação de processos (processos produtivos) e a inovação organizacional (métodos de gestão), três macros campos de estudo da inovação. Como também, três etapas de alterações tecnológicas: invenção, inovação e difusão de produtos e processos para o mercado (Sarkar 2007).

A exemplo, Phills Jr, Deiglmeier e Miller (2008) propõem que a inovação pode ser vista como um processo organizacional e social ou como um resultado que irá manifestar-se em novos produtos, métodos de produção ou recursos. De acordo com os autores, as inovações

devem atender a dois critérios: a novidade e a melhoria, sendo que “um processo ou resultado deve ser mais eficaz ou mais eficiente do que as alternativas pré-existentes” (Phills Jr, Deiglmeier e Miller 2008, p. 37).

Westley (2008) também caracteriza a inovação ligada ao processo e ao resultado, propondo fases ou estágios para ocorrer a inovação, conhecido como o “ciclo adaptativo”: a primeira fase, chamada de liberação ou lançamento, caracteriza-se por ser o momento de transformar uma ideia ou várias ideias em um protótipo para ser testado, sendo uma fase experimental; a segunda fase, chamada de exploração, é quando o protótipo do produto ou processo após ser bem-sucedido nos testes começa a ser produzido ou explorado para ser replicado com a máxima eficiência e lucratividade para o mercado; a terceira fase, será a de reorganização do produto ou processo em relação a competitividade, demanda de mercado e mudanças sociais; para por fim, ir para a fase da conservação ou maturidade, na qual, durante longos anos, uma empresa consegue se manter num mercado de constantes mudanças, com novos produtos, variações de produtos antigos e novas respostas. Nesse sentido, a inovação irá apresentar-se em contínuo “loop”, num contexto de mercado e principalmente sendo estimulada pelo setor privado.

Peter Drucker (1985) economista e considerado o “pai da administração moderna” propõe que a inovação é uma disciplina possível de ser aprendida e praticada e prossegue com a teoria de Schumpeter (1997 [1964]) ao colocar o empreendedor como o agente de mudança. Segundo o autor “a inovação é a ferramenta específica dos empresários, o meio através do qual eles exploram a mudança como oportunidade para um negócio ou serviço diferente” (Drucker 1985, p. 17).

Para Drucker (1985) a inovação é a disciplina que serve como base de conhecimento para a atividade empresarial, sendo uma disciplina de diagnóstico, pois está em busca e em análise de novas oportunidades. Esta atividade de diagnóstico o autor denomina “inovação sistemática” que é feita pelo exame de sete fontes de oportunidades de inovação: o inesperado; a incongruência; as necessidades operativas; mudanças na estrutura da indústria ou na estrutura do mercado; fatores demográficos; mudanças de percepções, atitudes e significados; e novos conhecimentos.

Conforme o autor, é tênue as linhas de separação entre as sete fontes da inovação sistemática e muitas vezes elas podem se sobreporem, entretanto é um exercício de diagnóstico que nos fornece respostas à novas oportunidades para garantir a inovação nos negócios. Neste sentido, a inovação sistemática precisa ser gerida, ou seja, a gestão é a nova

tecnologia para o mundo empresarial “a atividade empresarial exige uma gestão diferente das atividades já estabelecidas. Mas, tal como estas, exige uma gestão sistemática, organizada e intencional” (Drucker 1985, p. 129). Assim sendo, a inovação, a atividade empresarial e a gestão se tornam um tríptico de estudo e desenvolvimento para o crescimento da economia.

Drucker (1985, p. 32) também nos esclarece que a atividade empresarial “assenta numa teoria económica e social. Essa teoria encara a mudança como algo normal e até saudável. E crê que a principal tarefa da sociedade – e especialmente da economia – é fazer algo diferente e não fazer algo melhor do que aquilo que já foi feito”. Para o autor é esse o significado do termo “*entrepreneur*”, do economista francês Jean Baptiste Say e do termo “destruição criativa” de Schumpeter. Os empreendedores serão pessoas inovadoras, que irão inovar “(...) a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua (...)” (Martes 2010, p. 260).

Entretanto, Drucker (1985) nos chama à atenção para o fato de que apesar dos recursos serem económicos, a finalidade destes recursos não precisam ser necessariamente económica, a exemplo temos a educação, a cultura e a saúde. E isto significa que a atividade empresarial não é “limitada à esfera económica, embora o termo tenha aí sua origem (p. 24)”, e que de nenhuma forma a inovação se dirige apenas à tecnologia, sendo esta apenas mais um campo da inovação. Inclusive Drucker menciona o termo “inovação social” em seu livro “*Landmarks for Tomorrow*” de 1957 e coloca-a no campo de métodos educacionais, de administração de hospitais, de novos arranjos organizacionais e no campo de marketing (Godin 2012).

A teoria dos novos empresários, iniciada por Shumpeter terá continuidade no campo do empreendedorismo, não somente com Drucker (1985), mas também com pesquisadores contemporâneos, como Clayton M. Christensen, administrador e criador da teoria da “inovação disruptiva” e J. Gregory Dees que irá abordar o empreendedorismo no campo social em obras como “*Enterprising Nonprofits: A Toolkit for Social Entrepreneurs*” e “*Strategic Tools for Social Entrepreneurs: Enhancing the Performance of Your Enterprising Nonprofit*”.

Neste sentido, todo o estudo e desenvolvimento da teoria e prática da inovação e do empreendedorismo voltados para o setor privado e para o setor público, servirá como base e conexão para uma das escolas da inovação social e do empreendedorismo social: a escola

anglófona de inovação social, principalmente a norte-americana e inglesa. A escola anglófona de inovação social fará a conexão entre o empreendedorismo e a inovação voltados para a área social, a qual o empreendedor social será um ator social e agente de mudança sistêmica (Parente, Marcos e Diogo 2014).

Dees (2001, p.3) coloca que “para os empreendedores sociais, a riqueza é apenas um meio para atingir um fim, enquanto que para os empreendedores empresariais a criação de riqueza é uma forma de medir a criação de valor”, possuindo também um conjunto de características pessoais que os irão diferenciar dos demais administradores de organizações sociais sem fins lucrativos ou de gestores de empresas sociais (Parente, Marcos e Diogo 2014).

Como exemplo de personalidades que se distinguiram na área da inovação social, podemos mencionar Johann Amos Comenius, pedagogo e teólogo do século XVII, conhecido como o “pai da pedagogia moderna”. Defensor de uma educação humanizada, pela democratização do ensino e de “ensinar tudo a todos”, Comenius foi o criador do livro-texto didático, “cuja finalidade era sistematizar e ordenar o ensino de maneira que um professor, por meio do livro didático, pudesse ensinar até cem alunos ao mesmo tempo” (Lopes 2008, p. 53). Comenius inovou drasticamente o ensino, propondo uma relação de diálogo entre professor(a) e aluno(a), dividindo o tempo escolar em diversas atividades que fossem atraentes para as crianças, aboliu os castigos corporais, e construiu por meio de seus estudos e publicações novas metodologias de ensino, tanto para professores(as) como para os(as) alunos(as). Suas propostas pedagógicas ecoam até o século XXI, sendo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um grande influenciador da democratização do ensino.

Capítulo 2 – Inovação social, uma nova esperança para problemas sociais antigos

2.1 Origens do termo inovação social e contextos históricos

Segundo Godin (2012) nos últimos 10 anos, o termo “inovação social” tem sido utilizado como uma “*cathword*” por diversos escritores sociólogos ou estudiosos da inovação ou tem sido considerada uma “*buzz word*” (Pol e Ville 2009), utilizada para referir-se a tudo o que é novo na área social, devido muito pela falta de esclarecimento de suas origens de utilização e significado. Outros autores apresentam a inovação social como um tema novo ou analisando as diferenças e as semelhanças com a inovação tecnológica (Bignetti, 2011; Silvia e Almeida, 2015) porém, de acordo com Godin (2012) o termo inovação social tem 200 anos de idade e antecede o conceito de inovação tecnológica que data de 1940.

Benoît Godin é investigador do tema inovação - utilização, referências, significados e conceitos ao longo da história, e no artigo “Social Innovation: Utopias of Innovation from c.1830 to the Present” de 2012, contribui com respostas a uma das maiores lacunas da inovação social: sua historiografia e construção teórica sociológica (Moulaert e Dyck, 2013a; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b; Moulaert et al., 2017).

De acordo com Godin (2012), a partir do século XIX, documentos pertencentes a Inglaterra, França e Estados Unidos já possuíam referências ao termo inovação social ou inovadores sociais, sendo o termo utilizado concomitantemente em alguns escritos com o termo inovação. Ambos assumindo o mesmo significado revolucionário, sendo empregues para caracterizar inovações que fossem destinadas as pessoas, as quais lutassem contra a ordem e os “bons” costumes, pela reforma social e política e contra a hegemonia dos capitalistas. Em França, alguns religiosos assumiram parte da difusão do termo inovação social, entendida como reforma social ao destacarem a educação universal, direitos e igualdades, legislação trabalhista e condições de trabalho, dando um sentido humanista para o termo. Ao longo do século XX, o termo inovação social teve três significados distintos:

Uma é socialismo, e esta representação de inovação social é essencialmente pejorativa. Um segundo significado é reforma social. Este significado tem tanto usos positivos quanto negativos, dependendo do escritor - e do país. Um terceiro

significado é qualquer coisa de novo em assuntos ‘sociais’. Tal significado, embora vago, certamente contribuiu para a difusão do termo (Godin 2012, p. 24).

O terceiro significado refere-se a uma adoção generalista, no fim do século XX, para designar mudanças nos hábitos e comportamentos sociais, moda e relacionamentos, ou seja, tudo o que se apresentasse como novo na sociedade era considerado inovação social. Contudo, embora a pesquisa documental de Godin (2012) nos demonstre as origens e os significados da utilização do termo inovação social em diversos documentos, o autor reforça que é somente no final do século XIX e início do século XX que o estudo teórico da inovação social entrou nas teorias sociológicas. O que significa que, apesar do termo ser empregue e possuir diferentes significados nos séculos passados, ainda não havia uma teorização sobre.

Um outro olhar proposto de análise da inovação social é a partir de eventos históricos significativos (Moulaert et al., 2017), segundo Mulgan et al. (2007) o movimento anti-escravidão britânico nos finais do século XVIII, foi um movimento social pioneiro em sua forma de organização, sendo um exemplo de inovação social. Outros exemplos ao longo do século XIX são a consolidação da economia social; a criação de sindicatos e cooperativas de trabalho, de ajuda mútua (mutualidades), seguros coletivos contra doença, morte e desemprego; comunidades auto organizadas (e.x. New Lanark); novos modelos de universidades para atender as necessidades industriais; a criação de jardins de infância; clubes esportivos; a implementação do estado providência; e o surgimento de movimentos sociais diversos – movimento social operário, movimento social estudantil e movimentos sociais contra a hierarquia, o patriarcado e o capitalismo (Mulgan et al., 2007; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b; Moulaert et al., 2017; Monteiro, 2019).

No desenvolvimento teórico, Moulaert et al. (2005) e Godin (2012) apontam dois conceitos iniciais desenvolvidos na área da sociologia, durante o século XX, que contemplaram o estudo da inovação social: primeiro, a invenção social/inovação social como um ajuste a invenção/inovação tecnológica; e segundo, como mudança social, a fim de remediar os danos causados pela tecnologia a sociedade, a nomear como principais referências nesta área: Max Weber; Peter Drucker; Jean-William Lapierre; Simon Kuznets; Emmanuel Mesthene; James Taylor; William F. Ogburn e Chris Freeman.

Igualmente, Moulaert et al. (2017) identificam três ondas históricas distintas na segunda metade do século XX, porém complementares, de inovação social que reverberaram a partir de mobilizações sociais – a primeira é a luta contra o patriarcado, contra o capitalismo e

pela democracia, uma onda mais radical de mobilização política; a segunda é a de desenvolvimento urbano e comunitário, exemplo notório desta época é Jane Jacobs, escritora e ativista política que na década de 1960 publicou o livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, estando na liderança de movimentos sociais contra a intervenção de desenvolvimento urbano em New York liderada pelo engenheiro Robert Moses nos bairros urbanos dos Estados Unidos; e a terceira onda diz respeito ao trabalho desenvolvido pela economia social e solidária no apoio social a milhares de pessoas e famílias, contudo é nesta área que “(...) o elemento emancipatório foi enfraquecido em algumas pesquisas de SI e economia social tornando-se instrumentalizada no processo de racionalização do estado de bem-estar, incluindo a privatização de partes dos serviços do estado de bem-estar (...)” (Moulaert et al., 2017, pp. 18 e 19).

A seguir, reproduzimos tabela desenvolvida por Frank Moulaert, Abid Mehmood, Diana MacCallum e Bernhard Leubolt inserida no relatório para a Comissão Europeia referente ao programa Horizon 2020/SC6 e Socio-Economic Sciences and Humanities (FP7) intitulado “Social Innovation as a Trigger for Transformations - The Role of Research” de 2017, o qual faz um resumo dos principais usos e interpretações da inovação social ao longo do tempo:

Tabela 1 – Usos e interpretações do termo inovação social

Período/tempo Ênfase na natureza da SI	Transformação social	Reforma social	Inovação micro-social
Antecedentes do século XV-XVI-XVII- XVIII	... revolucionário inovador	A inovação como Heresia...?	Guildas - Cooperativas
Século XIX	Revoluções socialistas visando o capitalismo - Significado bastante pejorativo, mas evoluindo no sentido de cuidar do social	Especialmente na tradição francesa: mais positivo ... O socialismo é apenas um dos significados de SI Inovação religiosa e renovação ética	Organizações de cooperativas sociopolíticas O inovador social de William Sargant em 1858
Final do século XIX-XX: duas etapas da modernidade			
1. Consolidação da economia social	Trabalhadores e luta intelectual que culminam com o crescimento da economia mista	Sistema jurídico e administrativo para o social + economia cooperativa	Organização e governação de empresas e cooperativas sociais
2. Construção do Estado-Providência	Do capitalismo ao capitalismo de bem-estar	Leis laborais e sociais	

2.1 Emancipação social e cultural (a partir de 1960)	Movimentos antipatriarcais e autoritários	Direitos culturais; Mudanças no sistema educativo; Democracia económica	Novos modelos de participação e autogovernança
2.2. A nova questão urbana (a partir de 1970)	"Les régions et villes qui perdent" (As regiões e vilas que perdem) Movimentos de protesto - Comitês de vizinhança e movimentos urbanos	Importância crescente dos instrumentos de política urbana (Programme Poverty, Urban, outras seções de..)	Planeamento de bairro por atores da sociedade civil, comitês de bairro, novas iniciativas urbanas, IAD
2.3. Economia social e solidária (SSE)	Duas novas vagas de precarização económica conducentes a protestos sindicais e novos movimentos económicos sociais	Novas leis e regulamentos que estabelecem a SSE - Neoliberalismo <i>versus</i> novas economias de base - fortes conflitos ideológicos	Novos modelos de governança para SSE, redes e associações construídas
2.4 Movimentos socioecológicos	Procura de identidade e construção de comunidades para além da economia (de mercado) Redescoberta da política (equidade para todos) Governança de baixo para cima (grandes cidades espanholas)	Novos espaços comuns urbanos e rurais, LEDs, reinvenção do espaço público, generalização da proteção social	Novas áreas urbanas comuns, agricultura em pequena escala e experiências de desenvolvimento local, 'novas' aldeias, iniciativas pós-fundadas

Fonte: Moulaert et al., 2017, pp. 16-17.

É ao longo do século XX que o uso da terminologia inovação social passa a ter uma conotação positiva, passando de socialismo, para reforma social, culminando numa proposta alternativa – política, governamental, institucional, económica, organizacional, metodológica e de desenvolvimento urbano e ambiental (Godin 2012). Na área académica, diferentes escolas emergem, apesar de ainda não haver uma base teórica comum (Godin, 2012; Moulaert e Dyck, 2013a; Montgomery, 2016; Moulaert et al., 2017), o que significa, que se por um lado, teremos movimentos sociais, iniciativas de grupos independentes e uma proposta político-ideológica de esquerda, principalmente em França, seja explícita ou implicitamente “a inovação social privilegia o não-institucional, a 'alternativa' e o 'marginal'” (Godin 2012, p. 39), para uma transformação social de baixo para cima, por outro lado, teremos a inovação social ligada ao empreendedorismo social e as empresas sociais, com ênfase nas relações intersectoriais entre estado, empresas e organizações da economia social e com conexões a outras áreas, como responsabilidade social, filantropia e negócios sociais (Phills Jr, Kriss e Miller 2008).

2.2 Inovação social no século XX e XXI

Como visto anteriormente, parte da história da inovação social está relacionada com a organização de movimentos sociais ou de menores grupos para à defesa e garantia de direitos, assim como, a busca por seus espaços de representação dentro de estruturas políticas e económicas. Contudo, com o avanço do campo da inovação aliada à tecnologia e ao desenvolvimento económico, que por sua vez, até a década de 1980, era visto como sinónimo de inovação (Parente e Quintão, 2014; Moulaert et al., 2017), a inovação social conectada aos movimentos sociais ou de menores grupos em defesa e garantia de direitos, ao desenvolvimento urbano e comunitário, e ao desenvolvimento da economia social e solidária perdeu espaço de representação e de desenvolvimento.

Neste sentido, uma das dificuldades de compreender a inovação social advém da não clarificação dos contornos delimitantes das diferenças entre a inovação tecnológica e a inovação social (Monteiro 2019) e destas não serem excludentes, apesar de possuírem características distintas (André e Abreu, 2006; Bacon et al., 2008; Bignetti, 2011). Além disso, na década de 1990 a inovação social no campo das ciências sociais estava “(...) quase exclusivamente restrita a gestão e administração de empresas como uma dimensão de inovação ‘estratégica de negócios’ (...) o termo, portanto, se referia principalmente a transformação e reestruturação das organizações, com vistas a melhorar a eficiência organizacional” (Moulaert et al., 2005, p. 1973).

Como consequência, atualmente “o conceito de ‘inovação social’ já se tornou um termo comum - mas não consistente - usado na literatura sobre inovação” (Moulaert et al., 2005, p. 1973), ainda mais por congregarem diferentes conceitos em torno de si (Monteiro 2019), e ser utilizada muitas vezes sem profundidade de pesquisa. Devido a estas questões, a definição de inovação social poderá reunir diferentes propostas teóricas e práticas no século XXI, “(...) sobretudo ao fato de uma mesma designação ser usada para identificar práticas muito distintas, suportadas por concepções sobre a inovação social que também não são coincidentes” (Monteiro 2019, p. 1), o que Montgomery (2016) irá denominar como o paradigma da inovação social.

Portanto, nos próximos itens, explicaremos o fenómeno da inovação social no século XXI, fazendo um recorte do que é discutido sobre a inovação social na Europa Ocidental e Estados Unidos, abordando o paradigma da inovação social proposto por Montgomery (2016), para após nos aprofundarmos no campo teórico referente a cada paradigma.

2.2.1 Os dois paradigmas da inovação social

A discussão sobre inovação social tecnocrática e inovação social democrática é abordada por Moulaert, Monteiro, Peck, Godin, mas é pelo artigo “Are social innovation paradigms incommensurable?” de Montgomery (2016) que podemos nos aprofundar melhor nesta questão. Baseado no trabalho de Thomas Kuhn³, Montgomery (2016) propõe uma análise paradigmática do fenómeno da inovação social. Nesta análise paradigmática, o autor identifica duas escolas emergentes da inovação social, uma que adota e legitima o discurso hegemónico neoliberal, e outra que o desafia e o confronta, o que Montgomery (2016) identifica como “(...) parte de um conflito mais amplo entre o neoliberalismo e seus oponentes (...)”. Tendo a sua luta “firmemente enraizada no nexo da distribuição de poder existente, no qual o neoliberalismo é hegemónico” (Montgomery 2016, p. 1990).

Por análise paradigmática, devemos compreender que Montgomery (2016) utiliza-se da “(...) posição concisa de Kuhn de que um paradigma está no fundamento de uma ciência e é isto o que verdadeiramente transforma um grupo ‘em uma profissão ou, pelo menos, em uma disciplina’” (Kuhn cit. in Montgomery 2016, p. 1982). O que significa que:

(...) os membros desses grupos veem as mesmas coisas quando coletam dados; eles também usarão a mesma terminologia, e dado que o foco desses grupos é refinar e melhorar a capacidade do paradigma de resolver problemas, as ferramentas usadas por eles para atingir esse objetivo também são construídas dentro dos limites teóricos do paradigma. Embora nenhum deles possa ser descrito como tendo concluído a transição de um grupo para uma disciplina, podemos identificar dois paradigmas em construção que atualmente ocupam o campo da inovação social (Montgomery 2016, p. 1982).

Neste sentido, postas na mesa estas duas escolas, o investigador questiona: “esses paradigmas de inovação social são incomensuráveis?” (Montgomery 2016, p. 1981), ou seja, estas duas escolas podem fazer parte do mesmo paradigma de inovação social? O centro que envolve tal questionamento é o fato destas duas escolas adotarem as mesmas expressões e

³ Obras que Montgomery consultou de Thomas Kuhn: *The structure of scientific revolutions* (1962); ‘Postscript in’, *the structure of scientific revolutions* (1970); *Theory-change as structure-change:Comments on the Sneed formalism* (1976); *Commensurability, comparability, communicability* (1982).

demonstrarem preocupação com os mesmos problemas, entretanto são identificados pelo autor como paradigmas concorrentes e isso significa que “os proponentes de paradigmas concorrentes praticam os seus trabalhos em diferentes mundos...os dois grupos de cientistas veem coisas diferentes quando eles olham do mesmo ponto na mesma direção” (Kuhn cit. in Montgomery 2016, p. 1983).

Segundo Montgomery (2016) o paradigma da escola tecnocrática da inovação social é um subgrupo do neoliberalismo, fazendo parte do projeto hegemónico “que traz consigo o apoio de poderosas políticas económicas e defensores políticos que reconheceram sua capacidade de mobilização, a fim de apoiar o projeto neoliberal mais amplo” (Montgomery 2016, pp. 1982-1983). Neste sentido, o paradigma tecnocrático da inovação social ganha contornos e comparações com as práticas da inovação de mercado, fazendo parte de um projeto maior de reestruturação política em diversas áreas do Estado, tornando o “social” mercantilizado, usado num contexto de estímulo a competições, oferta, demanda e escala. Novos termos como empreendedorismo, empreendedorismo social, empresa social, responsabilidade social, responsabilidade social corporativa, impacto social e cálculo de retorno do investimento social são campos de estudos adicionados ou em conexão com este paradigma (Bacon et al., 2008; Mulgan et al., 2007; Murray, Caulier-Grice e Mulgan, 2010; Bignetti, 2011; Fougère, Segercrantz e Seeck, 2017; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b).

De acordo com Montgomery (2016) o paradigma tecnocrático da inovação social evoca a figura do empreendedor de Schumpeter (1997 [1964]), o empreendedor heroico e o transpõe para o empreendedor social de Dees (2001) e para o contexto da inovação social, reforçando “o discurso do especialista em mercado eficiente” estendendo este discurso para a economia e se tornando mais evidente na forma neoliberal de governança em alguns governos da Europa (Montgomery 2016, p. 1986). Outras características ligadas ao paradigma tecnocrático da inovação social é a privatização suave dos serviços do estado de bem-estar, a adoção do foco na eficiência por parte de organizações da economia social e empresas sociais, estímulo de financiamento do setor privado e retorno sobre investimentos e cálculos dos resultados (Phills Jr, Deiglmeier e Miller, 2008; Murray, Caulier-Grice e Mulgan, 2010; Montgomery, 2016; Fougère, Segercrantz e Seeck, 2017).

De igual modo Fougère, Segercrantz e Seeck (2017) definem o discurso adotado pela União Europeia (UE) para a promoção da inovação social como um disfarce para uma aparência apolítica e pragmática, colocando nos indivíduos, os chamados “empreendedores sociais”, a responsabilidade de seu próprio bem-estar social, ao mesmo tempo, que desresponsabiliza o Estado deste dever, numa tentativa de reorganizá-lo. Segundo os

investigadores, o discurso adotado centra-se numa política de mercado, com características neoliberais, pois vê e encontra no mercado a solução para todos os problemas, mesmo se estes problemas são causados pela própria política de mercado, assumindo a inclusão social uma inclusão predominantemente pelo viés económico. Tendo como característica a noção de “desigualdade para todos” propagada pelo discurso neoliberal de austeridade (Fougère, Segercrantz e Seeck 2017).

Em suma, a escola tecnocrática da inovação social irá reforçar a distribuição vertical de poder ao invés de contestá-la, ao reforçar políticas que regulam e limitam a participação democrática de todos os atores da sociedade, utilizando-se de uma interpretação instrumentalista das relações sociais (Monteiro 2019). O chamado “cuidar do neoliberalismo” uma nova forma de neoliberalismo que “busca fortalecer políticas sociais, além de fortalecer o espírito empreendedor” (Moulaert et al., 2017, p. 13).

Já o paradigma democrático da inovação social irá trabalhar numa perspectiva de desenvolvimento local e regional, de participação comunitária, emancipação e empoderamento de indivíduos e grupos, contestação ao poder hegemónico, reconhecendo as lutas sociopolíticas presentes na sociedade e promovendo espaços de escuta e voz para grupos socialmente excluídos (Montgomery 2016).

Conforme Montgomery (2016), o paradigma da escola democrática da inovação social possui como objetivo a mobilização política para a emancipação e a autogestão para a construção de espaços democráticos, não apenas no trabalho, mas nas comunidades e cidades. Neste paradigma, o coletivo, a cooperação e a construção de uma rede solidária são priorizadas, preocupando-se “com a criatividade e a transformação das relações sociais” (Montgomery 2016, p. 1992), chegando até mesmo, numa perspectiva de transformação de mundo, ao invés, do estímulo ao empreendedor heroico, a competição e a inclusão social por meio do consumo, como no paradigma tecnocrático. Montgomery (2016) reitera que o paradigma democrático da inovação social não evita a economia, mas propõe alternativas ao sistema económico capitalista vigente, conduzido pela hegemonia neoliberal, o qual promove e sustenta situações de exclusão.

Além disso, Montgomery (2016, p. 1992) nos chama a atenção para o facto do paradigma democrático da inovação social não formar um bloco homogéneo:

O que podemos dizer amplamente é que estes projetos abraçam a cooperação ao invés da competição e buscam organizar-se através de redes horizontais de

solidariedade, ao invés de serem disciplinadas pela lógica do mercado de governança tecnocrática neoliberal. Portanto, dentro do paradigma democrático, o objetivo da inovação social é desafiar as práticas que continuam a excluir grupos e a criar espaços onde esses grupos possam ser ouvidos.

Para ilustrar o conflito existente entre estes dois paradigmas, Montgomery (2016) demonstra no colapso da bolha imobiliária espanhola as deficiências do neoliberalismo. Com a especulação financeira imobiliária, milhares de pessoas ficaram sem casas e foram despejadas, surgindo a “Plataforma de Afectados por la Hipoteca”⁴, “campanha contra os despejos de famílias, reafirmando a habitação como uma necessidade básica em vez de um investimento lucrativo” (Montgomery 2016, p. 1996). Ou seja, ao priorizar o mercado como forma de organização da sociedade (Moulaert et al., 2017), o neoliberalismo tenta através do paradigma tecnocrático da inovação social proteger-se de vulnerabilidades, “(...) e uma forma de o fazer é despolitizando questões e espaços onde o neoliberalismo é mais anômalo” (Montgomery 2016, p. 1996). Mesma situação, ocorre em Portugal nas regiões de Lisboa e Porto, como veremos mais à frente.

Ao despolitizar estes espaços, que podem ser organizações da economia social, redes solidárias, comunidades, grupos e territórios, principalmente marginalizados e pobres, o discurso neoliberal ganha força. E suas soluções para problemas sociais passarão por “pedir soluções a peritos, e discuti-las com representantes qualificados em grandes interesses sociais” (Ranciere cit. in Montgomery 2016, p. 1996), reduzindo o papel político destes grupos, ao não os escutar, não dando espaço de voz e não os incluindo na participação da solução de seus próprios problemas.

Por fim, Montgomery (2016) conclui que estes dois paradigmas irão definir conceitos diferentes para a inovação social, dado que cada paradigma irá analisar e produzir inovações sociais dentro de seu contexto sociopolítico e sociocultural. Portanto, Montgomery (2016, p. 1997) propõe que “é somente através do estudo das lutas locais que poderemos desenvolver uma melhor compreensão de qual paradigma que está a ser bem-sucedido na batalha para definir a inovação social”.

⁴ <https://www.afectadosporlahipotecamadrid.net/wordpress>

2.2.2 O paradigma tecnocrático da inovação social

Alguns significados e conceitos de inovação social advém da escola anglófona norte-americana e inglesa relacionada ao empreendedorismo social, centrada na figura do empreendedor social, como também, na disseminação de práticas sociais inovadoras, impacto social e escalabilidade de serviços e metodologias (não restringindo-se apenas na figura do empreendedor social). Uma outra vertente é a escola europeia de empresas sociais (Parente e Quintão 2014), preocupada com a gestão de organizações que atendam a propósitos e a fins sociais:

“Empresa social” é uma empresa cujo principal objetivo é produzir um impacto social e não gerar lucros para os seus proprietários e acionistas. Opera no mercado através da produção de bens e serviços de forma empreendedora e inovadora e utiliza excedentes financeiros para atingir metas de índole social. É gerida de forma responsável e transparente, designadamente através da participação dos trabalhadores, clientes e outros agentes afetados pela sua atividade” (COM (6.10.2011), Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um Programa da União Europeia para a Mudança e a Inovação Social, cit. in Parente e Quintão 2014, p. 32).

Não sendo nosso objeto de estudo as inovações sociais difundidas e criadas dentro da área de gestão de empresas sociais, não iremos nos aprofundar em seu campo teórico, apenas citamos a título de registo como uma das escolas de inovação social e a discutimos um pouco mais à frente na explicitação das relações intersetoriais no campo da inovação social. Assim como, não nos detemos na teoria do empreendedorismo social/empreendedor social, contudo nos aprofundamos na teoria da inovação social que integra os empreendedores sociais como impulsionadores ou criadores de inovações sociais.

Neste sentido, organizações sem fins lucrativos como a Ashoka, criada em 1981 por Bill Drayton e a Fundação Skoll, fundada em 1999 por Jeff Skoll são alguns exemplos de organizações desta escola. Para a Ashoka⁵, mudanças sociais são impulsionadas por

⁵ Informações consultadas no site institucional da Ashoka - www.ashoka.org/pt, consultado a 10/10/2020. As áreas de atuação e de investimento da organização dividem-se em: Empreendedorismo Social; Empatia e Jovens Transformadores; Organizando a Mudança Social.

empreendedores sociais que são denominados como “agentes de transformação social positiva”. Segundo a organização, os empreendedores sociais são indivíduos que possuem soluções inovadoras para os maiores desafios sociais, culturais e ambientais da atualidade. São ambiciosos(as) e persistentes e abordam questões sociais importantes, oferecendo novas ideias para mudanças ao nível sistémico. Igualmente para Fundação Skoll⁶, os empreendedores sociais são impulsionadores de mudanças em grande escala e ajudam a resolver os problemas mais urgentes do mundo.

Nesta escola, o novo empresário ou o empreendedor de Schumpeter, ao invés de ser um agente económico, o qual produz a “destruição criadora” por meio da inovação tecnológica, será um empreendedor social, colocando-se como um agente social que produz mudanças ou transformações sociais por meio da inovação social ou a inovação social será um resultado a ser alcançado. Como exemplos de empreendedores sociais, podemos citar: Octavia Hill (1838-1912), pioneira na área de habitação social, cofundadora da organização National Trust e primeira defensora de espaços abertos e ar puro de Londres; Florence Nightingale (1820-1910) pioneira na área da enfermagem moderna, seu trabalho como enfermeira na Guerra da Crimeia, a posterior, ofereceu as bases de estudo para as novas escolas de enfermagem e novas práticas sanitárias, sendo o dia mundial da enfermagem celebrado no dia de seu aniversário; Muhammad Yunus, ganhador do Prémio Nobel da Paz (2006) “pai do microcrédito e dos negócios sociais”, por meio do banco Grameen Bank – o banco para os pobres, e pela oferta de microcrédito às famílias pobres de Bangladesch, milhares de pessoas saíram da pobreza e conseguiram criar micro cooperativas ou pequenos negócios; ou os vencedores do Prémio Nobel de Economia de 2019, Esther Duflo, Abhijit Banerjee e Michael Kremer, pelos métodos inovadores e experimentais utilizados para analisar quais as melhores políticas para o alívio da pobreza (Mulgan, 2006; Mulgan et al., 2007; Monteiro, 2019).

No caso do empreendedor social Muhammand Yunus, o microcrédito oferecido as pessoas de baixa renda é a inovação social que provocou grandes mudanças sociais (Phills Jr, Kriss e Miller 2008); Octavia Hill por seu trabalho próximo com as pessoas que moravam nas habitações sociais é uma das referências na profissão de assistência social, como também, na área da arquitetura e de políticas públicas para o desenvolvimento urbano em ambientes cercados pela natureza e espaços públicos para o convívio social (Mulgan et al., 2007); assim como, Nightingale, que por meio de seus estudos estruturou as novas bases de

⁶ A Fundação Skoll investe nas áreas de Educação, Oportunidade Económica, Sustentabilidade Ambiental, Saúde, Paz e Direitos Humanos e Mercados Sustentáveis, mais informações no site institucional – www.skoll.org

conhecimento e práticas de cuidado na área da enfermagem (Mulgan et al., 2007; Monteiro, 2019).

Além disso, também é objeto de estudo desta escola, os processos ou estágios de inovação social. Geoff Mulgan, ex-chefe executivo das organizações Young Foundation⁷ e National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA)⁸, atualmente professor de Inteligência Coletiva, Políticas Públicas e Inovação Social na University College London (UCL), em conjunto com outros diversos investigadores e profissionais, pesquisam, desenvolvem e promovem a inovação social a qual possa assumir a “(...) forma de programas ou organizações replicáveis” (Mulgan et al., 2007, p. 8). Neste sentido, a inovação social pode ser analisada e caracterizada por fases de desenvolvimento que irão culminar em sua multiplicação e escala.

Nesta lógica, a primeira fase é a identificação de uma necessidade social ou um problema social não satisfeito – fome, sem abrigos, desemprego, doenças, falta de saneamento, racismo, violência doméstica, *bullying* e conflitos políticos, por exemplo. A segunda fase é o teste de uma possível solução na prática, por meio de pilotos ou por diversas metodologias de prototipagem, tentando aproximar ao máximo a distância entre a ideia e a realidade. Já na terceira fase, com o protótipo pronto e validado, a ideia para a solução de uma necessidade social é “cultivada, replicada, adaptada ou franqueada”, nesta parte, segundo os autores, pode ser exigido “métodos formais para persuadir potenciais apoiantes, incluindo avaliações de investimento, avaliações de impacto, e dispositivos mais recentes para julgar o sucesso, tais como ‘retorno social do investimento’ ou ‘valor misto’” (Mulgan et al., 2007, p. 23). Numa quarta fase, a ideia é reanalisada, reformulada e melhorada, permanecendo o processo num contínuo *loop*.

⁷ A Young Foundation advém do The Institute for Community Studies (ICS) que foi criado pelo investigador e inovador social Michael Young em 1954. O ICS era um grupo de reflexão de estudos urbanos que combinava investigação e inovação social. Em 2005, fundiu-se com o Centro de Ajuda Mútua e passou a chamar-se The Young Foundation, em honra ao seu fundador. O ICS e a The Young Foundation criaram e apoiaram em conjunto mais de 80 organizações. A missão da Young Foundation é desenvolver comunidades mais conectadas e mais sustentáveis em todo o Reino Unido. Como organização de investigação independente acreditada pelo UKRI, investidora social e profissional de desenvolvimento comunitário, combina todas as suas competências e perícia para promover essa missão. Informações retiradas do site institucional - www.youngfoundation.org, consultado a 10/10/2020.

⁸ Criada em 1998 no Reino Unido, a NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts, foi um organismo público não departamental e em 2012 tornou-se uma instituição de caridade independente. Atualmente seu trabalho divide-se nas seguintes áreas: Economia Criativa e Cultura; Educação; Inovação Governamental; Saúde; Inovação Política e *Futurescoping*. Informações retiradas do site institucional - www.nesta.org.uk

Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) na obra “The Open Book of Social Innovation”, propõem a identificação de seis estágios para o processo de inovação social, desde a ideia até a escala:

- 1) Sugestões, inspirações e diagnóstico: significa ir além dos sintomas de alguma necessidade ou injustiça social, identificando suas causas;
- 2) Propostas e ideias: fase de geração de ideias. Isto pode envolver métodos formais - tais como design ou métodos criativos para a solução do problema;
- 3) Prototipagem e pilotos: fase que as ideias são testadas na prática;
- 4) Sustentabilidade: poucas ideias sobrevivem a fase de prototipagem e pilotos e chegam na sua sustentabilidade. Nesta fase o modelo económico é desenvolvido;
- 5) Escala e difusão: esta fase envolve pensar em diferentes modos de como a solução pode ser replicada em outros contextos;
- 6) Mudança sistémica: “a inovação sistémica é muito diferente da inovação em produtos ou serviços. Envolve mudanças de conceitos e mentalidades, bem como de fluxos económicos: os sistemas só mudam quando as pessoas pensam e veem de novas formas” (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010, p. 107).

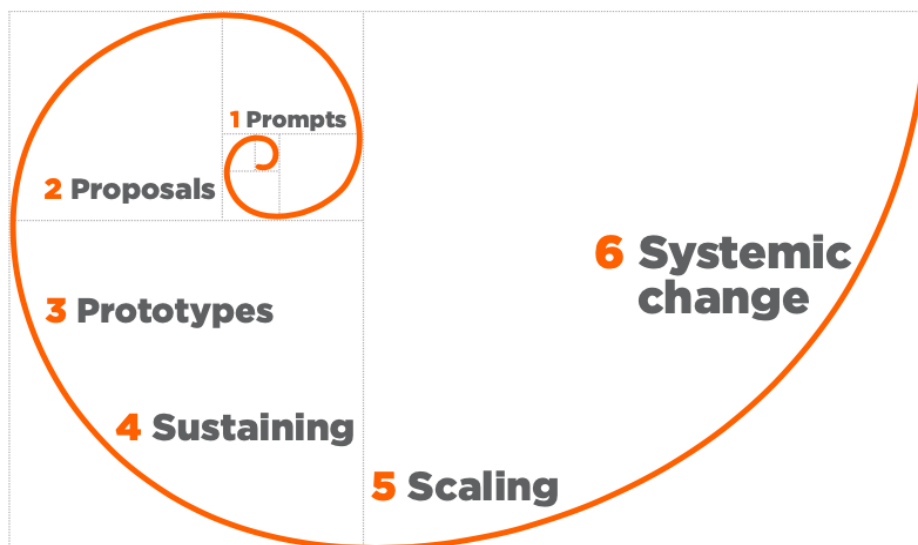


Figura 1: O processo de inovação social
Fonte: Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010, p. 11).

Além da identificação dos seis estágios de inovação social, esta publicação também se propõe a “(...) descrever métodos e ferramentas para a inovação que estão a ser utilizados em todo o mundo, por diferentes setores – público, privado, sociedade civil e *household* (...)” (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010, p. 2) para a construção de uma base comum de conhecimento, pois segundo os autores, o não mapeamento de práticas e processos inovadores é um “*gap*” a ser superado na área da inovação social. Por fim, os autores definem a inovação social como:

(...) novas ideias (produtos, serviços e modelos) que satisfazem simultaneamente as necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Por outras palavras, são inovações que são simultaneamente boas para a sociedade e aumentam a capacidade de ação da sociedade (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010, p. 3).

Iniciativas como guardas de bairro, parques eólicos comunitários, Wikipédia, justiça restaurativa, grupos de autoajuda, saúde online, tribunais comunitários, saúde holística, linhas de apoio 24h, métodos educacionais que fogem do padrão, comércio justo ou solidário etc., são exemplos de inovação social (Mulgan et al., 2007; Murray, Caulier-Grice e Mulgan, 2010). Como podemos perceber a:

inovação social refere-se a novas ideias que trabalham para atingir objetivos sociais. Definido desta forma, o termo tem, potencialmente, fronteiras muito amplas - desde uniões homossexuais a novas formas de utilização de mensagens de texto para telemóveis, e de novos estilos de vida a novos produtos e serviços (Mulgan et al., 2007, p. 8).

Do mesmo modo, Frances Westley, Professora Emérita da Universidade de Waterloo e professora Cátedra JW McConnell em Inovação Social (2007-2018) da mesma universidade, propõe em seu artigo “The Social Innovation Dynamic” de 2008, um modelo dinâmico para fazer-se “inovações sociais que tratam de questões sociais aparentemente intratáveis - falta de moradia, pobreza e saúde mental” (Westley 2008, p.2), e que possam ser disruptivas o suficiente para ter um impacto duradouro no sistema social. Esta dinâmica irá acolher uma variedade de atores a trabalharem para um determinado objetivo social em comum: agências; empreendedores sociais “indivíduos que iniciam ou criam programas,

produtos ou processos inovadores e que procuram construir uma organização inicial que possa trazer essa inovação para o mercado”; os empreendedores institucionais “indivíduos ou rede de indivíduos que buscam ativamente mudar o sistema social mais amplo” (Westley 2008, p. 5); e a identificação de oportunidades no contexto social, institucional, aliadas com a identificação de oportunidades de mercado, definindo a inovação social como:

uma inovação social é qualquer iniciativa (produto, processo, programa, projeto ou plataforma) que desafia e, ao longo do tempo, contribui para alterar às rotinas definidoras, os fluxos de recursos e autoridade ou as crenças do sistema social mais amplo em que é introduzida. As inovações sociais bem-sucedidas têm durabilidade, escala e impacto transformador (Westley 2008, pp. 1-2).

Concordâncias comuns entre os autores até agora explicitados é que nem sempre os estágios, fases ou dinâmicas da inovação social irão acontecer de forma linear, ocorrendo *zing zags* e muitos *loops* entre os estágios. E que inovações sociais bem-sucedidas irão causar mudanças nas estruturas do sistema social, seja por produtos, serviços, projetos, modelos, seja pela mudança de crenças, hábitos, leis, políticas públicas, conhecimento, comunicação, organização etc. Como também, que a inovação social é feita por indivíduos (empreendedores sociais), movimentos sociais, grupos, organizações sem fins lucrativos, empresas sociais, governos, mercados comerciais, academia e filantropia, reconhecendo que a interdisciplinaridade de atores e conhecimentos é fundamental para a inovação social. Outra questão que Mulgan et al. (2007) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) colocam é o papel dos “intermediários” dentro do processo de inovação social, o que Westley (2008) chama de empreendedores institucionais:

os intermediários são indivíduos, organizações, redes de contacto ou espaços que conectam pessoas, ideias e recursos. Eles podem tomar uma variedade de formas – alguma incubadora de inovações em providenciar um espaço “seguro” para colaboração e experimentação; alguma conexão com empreendedores com o suporte que eles necessitam para crescer suas inovações; e outros que ajudam a espalhar a inovação pelo desenvolvimento de redes e colaborações (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010, p. 124).

Proposta similar de olhar para a inovação social é feita pela Stanford Social Innovation Review, revista lançada em 2003 pelo Center for Social Innovation da Stanford Graduate School of Business, que descreve como propósito da revista o de “(...) dissolver fronteiras e intermediar um diálogo entre os setores público, privado e sem fins lucrativos” (Phills Jr, Deiglmeier e Miller 2008, p. 36). No artigo “Rediscovering Social Innovation” (2008) publicado pela revista, dos autores Phills Jr, Deiglmeier e Miller, a inovação social é definida como “(...) uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável do que as soluções existentes e para a qual o valor criado é agregado principalmente à sociedade como um todo ao invés de indivíduos particulares” (Phills Jr, Deiglmeier e Miller 2008, p. 36). Igualmente para estes autores, a inovação social pode ser materializada em “(...) produto, processo de produção ou tecnologia (como a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma peça de legislação, um movimento social, uma intervenção ou alguma combinação deles” (Phills Jr, Deiglmeier e Miller 2008, p. 39).

Neste sentido, Phills Jr, Deiglmeier e Miller (2008) propõem três mecanismos críticos de inovação social provocados pelas relações intersetoriais: trocas de ideias e valores, dando como exemplo o investimento social privado como um dos resultados deste mecanismo; mudança de papéis e relacionamentos, neste sentido, empresas privadas assumem papéis sociais, organizações sociais empreendem socialmente usando as ferramentas do mundo empresarial e os governos assumem papéis de colaboração ao invés de regular e tributar; e por último, a integração do capital privado com apoio público⁹ e filantrópico, criando inovações sociais sustentáveis e até mesmo lucrativas para responder aos emergentes problemas sociais.

Em suma, esta escola da inovação social vem dar resposta aos problemas sociais deixados pelo rápido avanço tecnológico, na tentativa de ser uma correção e uma reação ao discurso hegemónico da inovação tecnológica (Godin 2012), encontrando nas relações intersetoriais e na disseminação de metodologias, ferramentas, produtos e serviços, formas de escalar e de reproduzir inovações sociais possivelmente sustentáveis e com o objetivo de causar mudanças sociais sistémicas e duráveis ao longo do tempo. Contudo, embora esta escola do paradigma tecnocrático possua uma “retórica baseada no empoderamento de comunidades”, suas ações valorizam “o papel do especialista, mobilizando tecnologias de governança para reduzir o espaço de dissidência política” (Montgomery 2016, p. 1997). Ou seja, embora haja uma preocupação em resolver problemas sociais latentes e que perduram durante séculos na sociedade, as propostas de soluções não passam por contestar

⁹ Um exemplo de inovação social do setor público, dentro desta perspectiva é o programa “Portugal Inovação Social”.

politicamente as estruturas de governança públicas e privadas que admitem, produzem e perpetuam contextos sociais vulneráveis.

2.2.3 O paradigma democrático da inovação social

Se a escola anterior de inovação social prioriza mudanças sociais a nível sistémico por meio de metodologias, produtos, serviços e organizações modelos que possam ser replicáveis e escaladas de maneira sustentável, esta próxima escola prioriza mudanças sociais também a nível sistémico, entretanto por meio de mudanças nas estruturas e relações de poder a nível político, económico e de governança de instituições. Encontrando no desenvolvimento local de bairros e comunidades, espaço para inovações sociais a nível micro e macro, com o objetivo de representar, dar voz e colocar quem está a passar por situações alienantes e de exclusão social como agentes ativos na construção de possíveis soluções, numa mudança social que vem de baixo para cima.

Neste sentido, em 1970, o psicólogo James B. Taylor no artigo “Introducing Social Innovation”, descreve um projeto de pesquisa interdisciplinar, iniciado em 1963 para a Administração de Reabilitação Profissional na comunidade de Topeka (Kansas), Estados Unidos, que teve como objetivo desenvolver procedimentos mais eficazes de reabilitação psicológica para pessoas de baixa renda.

O artigo sugere cinco princípios de sucesso de inovação social resultantes da experiência: o princípio de investimento máximo (comprometimento e envolvimento entre toda a equipa de trabalho); o princípio de cooptação (construção de uma rede de trabalho interdisciplinar); o princípio de responsabilidade igualitária (decisões em grupos e com peso igual, sentimento de coletividade); o princípio da pesquisa como um jogo criativo (flexibilidade e espaço livre para novas ideias fora do âmbito científico); e o princípio da liderança na investigação ideológica (pesquisador com papéis adicionais, além de técnico, ser administrador e teórico). Todos estes princípios visaram uma maior compreensão e diálogo entre todos os atores envolvidos, a propor como reflexão que muitos trabalhos na área social deixam de ser inovadores devido ao ego e as desavenças entre a equipa de trabalho e os outros atores envolvidos (Taylor 1970). O trabalho desenvolvido não só envolveu uma equipa multidisciplinar de profissionais, como também, envolveu moradores e principais agentes e agências que já atuavam na comunidade, em todas as fases do projeto, a fim de reconhecer e potencializar a rede que já existia no bairro.

Para Taylor (1970, p. 69), o principal objetivo proposto com o artigo, não foi o de encontrar uma definição para a inovação social, e sim o de relatar “processos pelos quais um projeto de pesquisa interdisciplinar superou os problemas usuais de antagonismo entre disciplinas e conseguiu introduzir uma série de inovações sociais em uma comunidade”, culminando em mais um exemplo possível de inovação social. Para além, o autor reforça que nem toda prática de inovação social proporcionará os mesmos resultados, pois as pessoas, os profissionais, a comunidade, as organizações e os aspetos socioculturais são particulares e diferentes para cada caso, e é devido a isto, que a inovação social se torna de difícil ou inviável comercialização, e o que a maioria das vezes iremos encontrar como aspeto comum será a coesão de grupos ou movimentos sociais que influenciam e provocam mudanças no cenário social.

De igual modo, o investigador Frank Moulaert, Professor Emérito desde 2017 da Katholieke Universiteit em Bélgica e coordenador da Unidade de Pesquisa em Planeamento Urbano e Regional da mesma universidade, desde 1989 trabalha em projetos que envolvem o desenvolvimento territorial e a inovação social. Com diversos artigos e livros publicados, Moulaert faz parte de uma equipa maior de pesquisadores que procuram construir uma base teórica na área das ciências sociais e humanas para o desenvolvimento do conceito e da disciplina de inovação social. Para estes investigadores a pesquisa científica em inovação social “é um fator de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (...) cujas posturas epistemológicas e metodológicas estão em contínuo desenvolvimento” com uma forte orientação de ação para a pesquisa (Moulaert e Dyck, 2013a; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b, p. 13).

Neste sentido, a inovação social passa a ser um conceito multidimensional, com possibilidade de acolher várias literaturas e dimensões complementares de análise (Moulaert et. al 2005). Sendo a preocupação primordial, a construção de caminhos de pesquisa para uma base sólida de discussão teórica de inovação social para a orientação de práticas, ao invés, de disseminação e escala de produtos, serviços ou modelos de inovação social, como visto na escola anterior. Inclusive, os autores pontuam que se a inovação social:

(...) por um lado, continua sendo um poderoso guia para movimentos sociais e políticos que buscam o desenvolvimento humano (...), por outro lado, a SI é cada vez mais adotada como uma ‘nova’ abordagem para solucionar a crise do estado de bem-estar social, criando novos empregos na economia social ‘barata’ e reorganizando o sistema de bem-estar por meio da mercantilização e privatização

de alguns de seus serviços e a reestruturação mais eficiente de terceiros (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 17).

A adoção desta abordagem promovida pelo neoliberalismo (Moulaert et al., 2017), “(...) traz o risco de a SI ser empacotada como parte da linguagem difusa das 'melhores práticas' que podem ser aplicadas em qualquer lugar do mundo” (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 18). Taylor já em 1970, como visto, alertava para a problemática de escala e comercialização da inovação social sem considerar os contextos das relações sociais, aspetos culturais, económicos e geográficos de cada comunidade. Desta maneira, para estes autores, a inovação social possui um sentido político-ideológico muito forte, pois a sua história é feita pelos movimentos sociais de trabalhadores e estudantes, como também, por ações coletivas que combateram e combatem à exclusão social:

quando falamos sobre SI, nos referimos a encontrar soluções progressivas aceitáveis para toda uma gama de problemas de exclusão, privação, alienação, falta de bem-estar, e também para aquelas ações que contribuem positivamente para um progresso de desenvolvimento humano significativo. SI significa promover a inclusão e o bem-estar por meio da melhoria das relações sociais e dos processos de empoderamento: imaginar e buscar um mundo, uma nação, uma região, uma localidade, uma comunidade que conceda direitos universais e seja mais inclusiva socialmente (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 16).

portanto, a SI trata-se de inclusão social e de combater ou superar forças conservadoras, ansiosas por fortalecer ou preservar situações de exclusão social. A SI, portanto, refere-se explicitamente a uma posição ética de justiça social; e em último é claro, suscetível a uma variedade de interpretações e, na prática, será frequentemente o resultado da construção social (Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b, p. 17).

isso significa, é claro, que a SI não pode ser separada nem de seu contexto sociocultural ou sociopolítico. Mas, ao mesmo tempo, implica um compromisso de

se envolver com a pesquisa em SI de maneira democrática, envolvendo todos os atores envolvidos na melhoria da condição humana e construindo modelos de pesquisa-ação transdisciplinares para permitir isso (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 17).

Ao respeitar-se as diferenças e diversidades dos contextos socioculturais e sociopolíticos, pretende-se que haja uma construção de mudança social e melhoria nas relações a nível micro e macro, empoderando pessoas e grupos para que possam participar do processo de transformação social e sejam seus principais autores e beneficiários. Neste processo, Moulaert et al. (2005) e Moulaert, MacCallum e Hillier (2013b) falam do poder da mobilização espontânea contra a institucionalização e legitimação opressiva de agentes e organizações com poderes constituídos politicamente e economicamente, como um aspeto muito importante da inovação social. Assim como, “(...) a imaginação, mapeamento, design, construção de visões de futuro e estratégias” para materializar de maneira coletiva respostas satisfatórias e apropriadas o suficiente para as “(...) situações de exclusão, situações de necessidade e situações de melhoria da condição humana” (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 18).

Ou seja, de acordo com Moulaert, MacCallum e Hillier (2013b) por esta perspectiva, as possíveis soluções para à exclusão social, problemas sociais e necessidades de variados matizes não “servem” a um discurso de políticas institucionalizadas por meio da economia social no contexto maior das políticas da União Europeia (Moulaert et al., 2017), e sim, irão questionar estas políticas, para que a transformação social seja uma construção verdadeiramente de baixo para cima, através de leis, serviços sociais, garantia de direitos, agências de desenvolvimento humano e comunitário, tomadas de decisões participativas, e etc.

Para concluir o ponto de vista destes autores, iremos de forma sucinta abordar os principais projetos desenvolvidos por Frank Moulaert e demais investigadores parceiros durante o período de 1989 a 2011, que segundo o pesquisador “(...) refletem contextos sociopolíticos em mudança, mas também uma evolução na construção e na metodologia da teoria” (Moulaert, MacCallum e Hillier 2013b, p. 20) a fim de visualizarmos uma gama de aplicações da inovação social pela perspectiva destes autores.

O primeiro projeto realizado por Moulaert, MacCallum e Hillier (2013b) é o “Integrated Area Development (IAD)”, que respondeu aos “(...) desafios e oportunidades particulares enfrentados pelos bairros dentro de uma estrutura de democracia participativa e forneceu uma alternativa às formas mais predominantes de desenvolvimento económico liderado pelo mercado” (p. 19). Uma das características importantes que os autores apontam deste projeto é a conceituação da relação entre a inovação social e exclusão social, observando também que nas respostas da própria comunidade para o alívio e solução de problemas sociais pode emergir a inovação social.

O segundo projeto “Social Innovation, Governance and Community Building” (SINGOCOM)¹⁰, foi um projeto de pesquisa socioeconómica que abrangeu a inovação social no desenvolvimento de bairros. Segundo Moulaert et al. (2005, p. 1970) significou em partes “uma reação contra as visões deterministas definidas de inovação como uma força motriz na política de estratégias de desenvolvimento urbano e da chamada Nova Política Urbana” no contexto da União Europeia. O SINGOCOM ampliou o trabalho já realizado no projeto IAD e reuniu perspectivas de várias teorias a fim de criar uma estrutura do ponto de vista analítico e normativo para a discussão do significado de inovação social. A estrutura analítica criada chamou-se “Alternative Model(s) for Local Innovation” (ALMOLIN) que foi desenvolvida a partir da combinação de três linhas de pensamento: movimento e filosofia, experiências de vida e uma linha de debate teórico sobre o significado da inovação social:

Tabela 2: Resumo das três linhas de pensamento desenvolvidas para o ALMOLIN

Movimento e Filosofia	Experiências de vida	Significado da inovação social
Linha de pensamento que admite que os movimentos sociais possuem uma gama de diversidade de filosofias, assim como, níveis micro e macro de ações. A estrutura analítica de ALMOLIN focou-se em:	Análise de estratégias e processos de inovação social.	Foco especial no estudo das relações sociais na governança a nível local e de desenvolvimento de bairros e comunidades. Esta construção teórica envolveu cinco vertentes de estudos:
1. comunidade, governança e reprodução: movimentos sociais pós-fordistas que se concentram na esfera de reprodução e consumo, longe da esfera do trabalho e de produção. Luta pelo ressurgimento do sentimento comunitário e de identidade local no governo.		1. melhorias nas organizações para a geração de efeitos positivos em todo o setor a nível de inovações sociais, citam como exemplo o trabalho realizado pela Stanford Social Innovation Review.
2. economia social e tradição de autoajuda: reaparecimento das		2. abordagem multidisciplinar que une a prática de gestão de

¹⁰ Projeto financiado pelo Programa Quadro 5 da Comissão Europeia, mais informações: <http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html>

<p>organizações sociais e de ajuda-mútua diante do enfraquecimento do estado de bem-estar, principalmente nas grandes metrópoles.</p>		<p>negócios com preocupações sociais e ambientais, a exemplo o empreendedorismo social.</p>
<p>3. tensões entre iniciativas comunitárias e o estado central: movimentos sociais que buscam alcançar um maior poder de controlo democrático sob o governo local, em oposição ao governo central.</p>		<p>3. o papel das artes e da criatividade em união com a inovação social.</p>
<p>4. inovação social vs institucionalização: movimentos sociais que buscam mudanças de baixo para cima, geralmente são mais criativos e espontâneos, sendo mais inovadores em suas ideias e ações, contudo surge a questão da sustentabilidade da inovação o que pode levar a formalização e burocracias, perdendo a sua inovação social de início. Muitos movimentos sociais acabam tendo um ciclo de vida que culmina na sua formalização como organizações sociais ou na sua integração em serviços públicos.</p>		<p>4. desenvolvimento territorial e regional.</p>
<p>5. comunidade vs sociedade: muitos movimentos sociais acabam por lidar com tensões de sentimentos das pessoas voltados em querer preservar uma dinâmica comunitária, ao mesmo tempo que este ideal de comunidade poder vir a ser excludente, enquanto outras pessoas têm vontade de ampliar a ação, tendo um ideal cosmopolita que acolhe a diversidade.</p>		<p>5. governança política, ideias e ações que buscam alternativas para a mudança de mundo, iniciativas como o Banco Global de Ideias, resistência de comunidades indígenas, movimentos sociais contra a globalização, a economia social e o Fórum Social Mundial, são exemplos desta vertente.</p>
<p>6. produto vs inovação de processo: em fases de redução do estado de bem-estar, a dimensão processo na dinâmica de governança e de empoderamento de movimentos e iniciativas sociais, acabam perdendo importância e força pela necessidade do produto “à medida que as necessidades aumentam, o retorno das medidas pão com manteiga tornam-se mais explicito” (Moulaert et al., 2005, p. 1972),</p>		

Fonte: Elaboração própria baseado em Moulaert et al. (2005).

Dentro das cinco vertentes teóricas de desenvolvimento do significado da inovação social, exposto na Tabela 2, os autores enfatizam três dimensões que interagem entre si na inovação social: i) dimensão de conteúdo/produto que é a satisfação das necessidades básicas que não estão sendo satisfeitas ou que não estão sendo reconhecidas como importantes pelo Estado ou mercado; ii) dimensão do processo que abrange a transformação das relações sociais, especialmente na questão de governança, com o objetivo de suprir a primeira dimensão, predispõe o aumento do nível de participação cívica, contudo nem sempre ocorre isso nos grupos mais carenciados; iii) dimensão de empoderamento, aumento da consciência sociopolítica dos cidadãos, e com isto a satisfação de suas necessidades (Moulaert et al., 2005).

Assim, no projeto SINGOCOM, o significado adotado para a inovação social foi a de “mudanças nas instituições e agências que devem contribuir para a ‘inclusão social’”. Significando instituição “mecanismos e processos de socialização formais e informais que atingiram certa estabilidade e/ou regularidade ao longo do tempo na forma de hábitos, leis e regras de comportamento e sanção (...)”. A inclusão social por sua vez, “refere-se a uma condição de exclusão (parcial) desde o início, uma condição que deve ser transformada através de mudanças institucionais e de agência”, de acordo com os autores, compreender o processo de exclusão social é algo essencial para traçar estratégias e projetos para as suas possíveis soluções (Moulaert et al., 2005, pp. 1976-1978).

O SINGOCOM também analisou 32 estudos de caso de desenvolvimento local com particular foco na dinâmica institucional e de governança, a lógica social geral destas iniciativas foi a de “promover a inclusão em diferentes esferas da sociedade (especialmente o mercado de trabalho, o sistema educacional e a vida sociocultural), enquanto a lógica política era dar uma ‘voz’ a grupos que tradicionalmente estão ausentes da política e do sistema político-administrativo” (Moulaert et al., 2005, p. 1970).

Um dos exemplos de projetos analisados foi o Quartiersmanagement (QM) de Berlim¹¹, que significa Gestão Distrital, o qual é um instrumento do programa “Cidade Socialmente Integrativa”. O programa seguiu uma estratégia de intervenção limitada no tempo e no local de bairros individuais, a fim de fortalecer e promover o desenvolvimento de infraestruturas e aspetos socioculturais. A gestão distrital no bairro Marzahn NordWest¹², por exemplo, desenvolveu projetos sócio integrativos e de investimento em campos de ação, como ambiente de vida e espaço público, educação, trabalho e economia, envolvendo os cidadãos

¹¹ <https://www.quartiersmanagement-berlin.de>

¹² Informações retiradas do site oficial do projeto: <https://qm-marzahnnordwest.de>

e as partes interessadas do bairro. O projeto teve início 1999 e finalizou em 31 de dezembro de 2020.

O terceiro projeto desenvolvido por Moulaert e sua equipa foi o KATARSIS, que compreendeu uma pesquisa mais vasta, analisando a inovação social local num âmbito espacial e conceitual mais amplo, abordando a relação entre exclusão social e organizações, “nos mais diversos campos – emprego, educação, saúde, meio ambiente, etc.”. O projeto analisou iniciativas que respondiam “a desigualdade ou exclusão de maneiras novas - que operavam em uma escala (local e global) e que foram iniciadas por diferentes setores da sociedade (governo, não-governo e privado)” (Moulaert et al., 2013b, p. 20).

Por fim, o projeto mais recente é o Social Polis¹³, uma plataforma social aberta para o diálogo entre comunidades científicas e políticas, “disciplinas, setores e países sobre as prioridades para futuras pesquisas sobre coesão social urbana e para a construção de uma metodologia de pesquisa transdisciplinar para a análise de SI” (Moulaert et al., 2013b, p. 20).

Para concluir, diante do exposto, podemos dizer que esta escola da inovação social, pertencente ao paradigma democrático, propõe um caminho de pesquisa e prática fundamentada nas ciências sociais e humanas como o principal centro norteador e de amparo para uma pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar para a inovação social. A reconhecer uma variedade de formas de inovação social – “(...) emancipação social, cultural e educacional, movimentos sociais, organizações de baixo para cima que visam a satisfação das necessidades humanas, novas formas de governação de baixo para cima, para além da solidariedade e da economia social” (Moulaert et al., 2017, p. 6).

¹³ <https://www.socialpolis.eu>

Capítulo 3 – A crise habitacional vem antes da gentrificação turística em Lisboa

3.1 Um breve panorama sobre a crise habitacional de Lisboa

Neste capítulo sublinhamos alguns pontos da história da crise na habitação de Lisboa, até chegarmos à crise mundial financeira de 2008-2009, que culminou na estratégia de turismo como recuperação económica para Portugal, contribuindo nos anos subsequentes para um processo de gentrificação turística. Tendo como objetivo, o contacto prévio com a problemática social, da qual queremos perceber quais inovações sociais emergem como forma de proporcionar uma resposta, solução, alternativa, defesa e garantia de direitos para as pessoas e bairros afetados.

Neste sentido, a grande crise financeira global de 2008, provocada pela bolha imobiliária nos Estados Unidos, que atingiu o mercado financeiro global, revelou a profunda crise na habitação, disfarçada pela oferta de créditos para a compra de habitações e venda de títulos de dívidas hipotecárias, como também, a discrepância entre a estagnação salarial e a especulação imobiliária. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, esta crise aprofundou ainda mais as desigualdades sociais e económicas para além da habitação, trazendo para a precariedade milhares de pessoas e famílias (Mendes, 2017; Mendes, Carmo e Malheiros, 2019; Drago, 2021).

Porém, a crise na habitação não é uma questão nova, é uma problemática social mundial que persiste ao longo dos séculos e com grande impacto em outras áreas da vida: emprego, saúde física e psicológica, segurança, alimentação, estudo e constituição familiar (Xerez, Pereira e Cardoso, 2019; Drago, 2021). Na Europa até os anos 80 do século XX, a habitação era fortemente impulsionada pela industrialização, formando bairros populares, bairros de lata, de barracas e bairros clandestinos, com habitações precárias nos centros das cidades ou ao redor da periferia urbana, com construções informais e espaços sobrelotados (Teixeira, 1992; Filhos da Madrugada, 2021). A habitação durante este tempo era um debate sobre a “classe trabalhadora e economia industrial; sobre habitação digna e pobreza urbana; sobre planos de expansão metropolitanos para acolher novos estratos sociais nos territórios suburbanos (...)” (Drago 2021, p. 6).

No fim do século XIX e início do século XX, em Portugal, com o desenvolvimento da indústria, construção civil e de zonas rurais ao redor de Lisboa, bairros de lata e barracas

eram habitações comuns, extremamente insalubres, sem saneamento de água e esgoto, e sem energia elétrica, habitados por trabalhadores portugueses e migrantes com suas famílias. Na região centro, as formações de pátios e vilas, eram igualmente precárias e carenciadas, habitadas pela classe operária, com habitações de cômodos pequenos, área comuns e casas de banho partilhadas (Teixeira 1992).

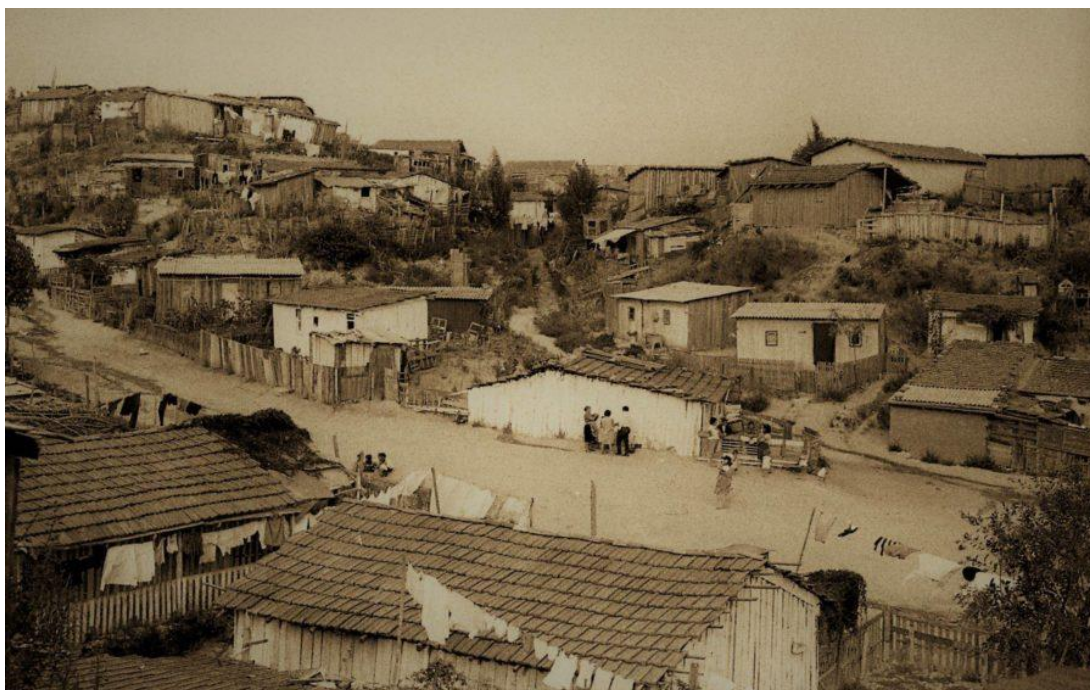


Figura 2: Bairro de lata da Quinta do Narigão em Lisboa no ano de 1968
Fonte: Foto de Fernando Cardeira.

Um dos episódios trágicos deste período, foi o dia 25 de novembro de 1967 marcado pela cheia devido à chuva em Lisboa e Vale do Tejo, que afetou principalmente estas populações. Estima-se que terão morrido 700 pessoas no primeiro dia de chuva de três dias, e mais de 20 mil casas destruídas com a cheia. Evidenciando para toda a população de Portugal a precariedade habitacional e de pobreza de milhares de pessoas, embora as tentativas do Estado Novo de encobrir a miséria e as mortes. A região de Vila Franca de Xira foi devastada, e Quintas, uma pequena aldeia da freguesia de Castanheira do Ribatejo, de 150 habitantes, morreram 89 (Cardoso, 2017; Ferreira, 2017; Soares e Bourgard, 2017; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2019; Filhos da Madrugada, 2021).



Figura 3: Calamidade das cheias de Lisboa em novembro de 1967
Fonte: Foto de Terence Spencer, publicada na Revista LIFE a 8 de dezembro de 1967.



Figura 4: Calamidade das cheias de Lisboa em novembro de 1967
Fonte: Foto de Terence Spencer, publicada na Revista LIFE a 8 de dezembro de 1967.

Este fatídico episódio despertou a solidariedade de muitos estudantes: limpeza de casas e ruas, atendimento médico, auxílio para a retirada de corpos da lama e no que mais fosse necessário. Incentivando na classe estudantil, um comprometimento social que terá repercussão na luta contra o regime do Estado Novo (Cardoso, 2017; Ferreira, 2017; Soares

e Bourgard, 2017; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2019; Filhos da Madrugada, 2021).

Outro período na história de Portugal que traz a questão da crise na habitação para o debate e para a ação, é o pós 25 de Abril de 1974, com milhares de casas sendo ocupadas em Lisboa para fins de moradia ou fins públicos (Francisco 2010). A ocupação dos prédios na Zona 1 de Chelas no dia 1 de maio de 1974 é o episódio que inicia este processo. Segundo Helena Roseta, arquiteta e ex-vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) “vivia-se um clima de subversão geral, que sustentava um movimento fortíssimo pelo direito à habitação. Em termos de generosidade e esperança, viveu-se nesta época algo de extraordinário (...). São momentos únicos, onde tudo parece possível” (Francisco 2010, s/p). Um exemplo de ocupação para fins públicos é o da companhia Comuna Teatro de Pesquisa, que em março de 1975 ocuparam o palacete cor-de-rosa da Praça de Espanha em Lisboa, o antigo Colégio Alemão que se encontrava abandonado. A situação anos mais tarde foi regularizada junto à CML, por meio do pagamento de uma renda simbólica. Na época a companhia teve o apoio de 20 contos da Fundação Calouste Gulbenkian para obras de recuperação (Marques 2017).

Contudo, mesmo com o trágico episódio das cheias de 1967, da grande repercussão das ocupações de 1974 e 1975 e pela luta da sociedade civil por habitações dignas, na década de 1980, continuava os bairros de lata a persistirem e grande parte do edificado dos bairros históricos da zona urbana de Lisboa continuavam deteriorados, carenciados de estruturas mais higiênicas e em condições de má habitabilidade. Não havia nem investimento público e nem privado, destinado à conservação das habitações. É durante esta época, que a sociedade civil organizada consegue que a CML crie os Gabinetes Técnicos Locais (GTL), nos bairros de Alfama e Mouraria em 1986 e o Gabinete para a Recuperação do Bairro Alto (GRBA) em 1988. Estes gabinetes, atualmente extintos, tinham como função identificar as carências habitacionais a fim de encontrar soluções, embora, a nível estrutural de edificado pouco se conseguiu de melhorias (Pavel, 2016a; Pavel, 2016b).

Importante salientar que a política direcionada para à habitação na democracia portuguesa que mais tempo perdurou foi o apoio à compra da casa própria, a partir de 1975 e intensificada a partir de 1990 (Drago 2021). E que durante o mesmo período de tempo o *stock* público de habitação (municipal e da Segurança Social) foi sendo vendido, “(...) entre 1995 e 2011 a CML alienou quase 8 mil fogos municipais (...)” (CML/Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social (DMHDS) cit. in Drago 2021, p. 33), financeirizando à habitação destinada a população mais carenciada e deixando-a à mercê da provisão

habitacional por parte do mercado privado. Atualmente, a provisão de *stock* de habitação social em Portugal é de 2%, um dos valores mais baixos da Europa (Xerez, Pereira e Cardoso, 2019; Drago, 2021; Pinto et al., 2021).

Já no século XXI, a partir de 2011, a crise da habitação ganha novos contornos, os prédios começam a ser recuperados e novas construções para habitação surgem no cenário urbano, são as novas cidades *premium* de apartamentos, casas de luxo e renovações de moradias para Alojamento Local (AL), potencializada pela turistificação. A crise da habitação continua, porém, novos segmentos sociais começam a experienciá-la. Se no passado, a crise dizia respeito somente as classes mais pobres, nos dias atuais, além da classe urbana e desfavorecida, a classe média também é vitimizada pelos altos custos da habitação (Pavel, 2016a; Pavel, 2016b; Mendes, 2017; Habita et al., 2018; Gago e Cocola-Gant, 2019; Drago, 2021; Pinto et al., 2021).

3.2 Habitação e financeirização em Portugal

A crise na habitação, após a crise financeira global de 2008, evidencia uma mudança na relação entre financeirização, habitação e espaço urbano. Se antes em Portugal havia o incentivo de políticas públicas para a compra de habitações direcionadas para diferentes classes sociais, criando um endividamento de muitas famílias por longos anos, agora as políticas públicas voltam-se para a promoção de investimento privado para o arrendamento e AL, direcionadas para o turismo e segmentos *prime* (Pavel, 2016a; Pavel, 2016b; Mendes, 2017; Habita et al., 2018; Gago e Cocola-Gant, 2019; Drago, 2021; Pinto et al., 2021).

Mendes (2017) e Mendes, Carmo e Malheiros (2019) sublinham que após a crise capitalista de 2008-2009, marcada pela predominância da entrada de mais atuação do mercado privado e principalmente do mercado privado estrangeiro e de austeridade por parte do Estado, produziu-se um acúmulo de resultados catastróficos e um dos impactos foi na área da habitação, tendo como consequência o processo de gentrificação turística. Porém, os autores pontuam, que para compreendermos melhor o processo da gentrificação turística em Portugal, devemos nos reportar ao início, quando a crise do Estado-Providência começou a ter seus primeiros sintomas por volta de meados dos anos 1980 e 1990. Tendo como resultado a diminuição da intervenção do Estado na assistência para as políticas públicas voltadas para a população mais desfavorecida, somado a isto, uma precarização da situação laboral dos trabalhadores mais desqualificados, aumento da pobreza e a desregulação do mercado de habitação e do uso do solo urbano. O que com o passar dos anos, ocasionou uma prática de governo gestonária, usando-se do dinheiro público para

atrair investimento privado, as chamadas parcerias público-privado, favorecendo o ganho só do lado do privado e da classe com alto poder económico.

Já na crise económica de 2008-2009, com o acordo celebrado em maio de 2011, conhecido como o “Plano da Troika”, entre o Estado Português e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE), para o equilíbrio das contas públicas e o aumento da competitividade em Portugal, elegeram o desenvolvimento do turismo como uma das principais estratégias para a recuperação económica do país, a contribuir para a criação de empregos e da atenuação das consequências e dos impactos da crise e da austeridade junto das famílias portuguesas (Mendes, 2017; Mendes, Carmo e Malheiros, 2019; Pinto et al., 2021).

Entretanto, ao mesmo tempo que a estratégia da promoção do turismo contribuiu para o crescimento económico, promoveu uma naturalização da turistificação nas principais cidades, como é o caso de Lisboa e principalmente de seus bairros históricos. A partir desta decisão, Portugal passa a ser um dos países mais cobiçados como destino turístico, cumulando prémios e distinções como um dos países mais seguros, como o país de melhores destinos turísticos, como o melhor destino europeu e um dos destinos mais procurados pelo turismo de luxo etc. Além de campanhas para a promoção do turismo, houve também mudanças de leis para flexibilizar a entrada de capital estrangeiro para o investimento em imóveis e para o desenvolvimento de aluguéis de curta duração.

A partir de 2012, com o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU Lei no 31/2012)¹⁴ ou “Lei Cristas” como é conhecida, pois na época era Assunção Cristas, do CDS-PP, quem tinha a tutela da Habitação, houve uma atualização dos preços das rendas num prazo de cinco anos, liberalizando o valor das rendas para que estas pudessem se reger pelo mercado. Esta liberalização das rendas, originou valores altíssimos para os inquilinos, ocasionando a partir de 2012 e que prossegue até hoje, uma série de deslocamentos, desalojamentos, demolições, despejos e vendas de imóveis, fatores estes, que mostraram uma virada neoliberal na política urbana de Portugal, na qual à habitação deixou de ser um direito e passou a ser uma mercadoria, um ativo financeiro a qual poucos tem acesso (Pavel, 2016a; Mendes, 2017; Habita et al., 2018; Mendes, Carmo e Malheiros 2019; Pinto et al., 2021).

Estima-se que desde 2010 até 2019 as rendas em Portugal crescerem cerca de 17%. No mesmo período na UE o crescimento foi de 12% e em Espanha, um dos países que mais

¹⁴ Mais informações: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1779&tabela=leis

sofreu com a crise da bolha imobiliária, de 2008 e 2009 o crescimento das rendas foi de 2,7% (Figura 5 e Figura 6 respetivamente). Contudo, a evolução dos rendimentos dos habitantes de Portugal não acompanhou o aumento das rendas dos imóveis (Figura 7), (Pinto et al., 2021). E entre 1995 e 2017, a taxa de esforço das famílias portuguesas com despesas de habitação mais que duplicou em 26 anos, enquanto a despesa pública com à habitação diminuiu para quase a metade (Microdados - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) - European Union Statistics on Income and Living Conditions (SILC) cit. in Xerez, Pereira e Cardoso 2019).

Em 2015, Portugal já ultrapassava a barreira dos 10 milhões de hóspedes estrangeiros. Em 2010, Lisboa possuía apenas 61 AL e em 2018 passou a ter 7006 AL. Só na Área Metropolitana de Lisboa, entre 2015 e 2017, registou-se um crescimento de 33% de hóspedes, passando de 7,3 milhões de hóspedes para 9,7 milhões, concentrando em Lisboa, o maior número de turistas e de circulação de capital, de acordo com a Associação de Turismo de Lisboa (ATL)¹⁵.

A crise na habitação também está a afetar os jovens adultos entre 18-34 anos. No ano de 2004, cerca de 55% ainda viviam com os pais e em 2018 essa percentagem sobe para 64%. Também há menos jovens adultos proprietários de casa com hipoteca, em 2011 havia 43% de jovens com menos de 29 anos com hipoteca e 56% entre 30-44 anos, em 2017 são apenas 15% e 43% respetivamente com hipotecas (Microdados - ICOR/SILC cit. in Xerez, Pereira e Cardoso 2019).

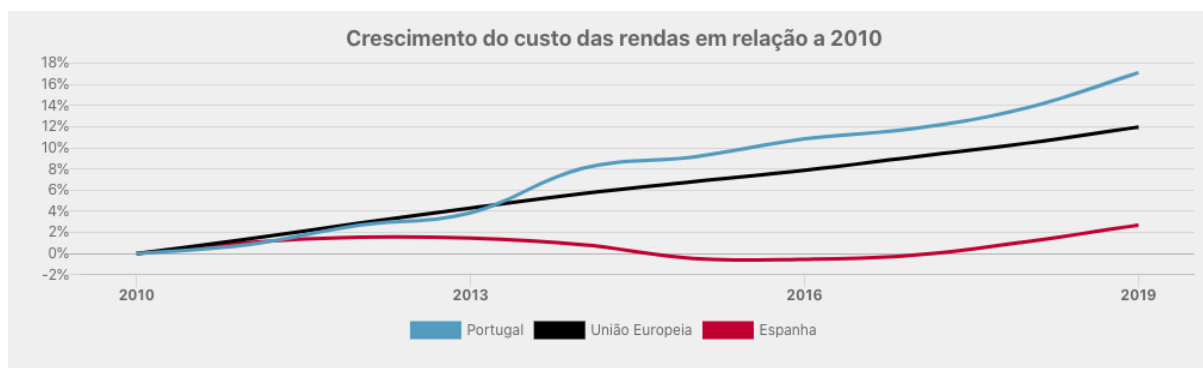


Figura 5: Crescimento do custo das rendas em Portugal, de 2010 a 2019
Fonte: Pinto et al. 2021.

¹⁵ <https://www.publico.pt/2019/02/25/local/noticia/metade-riqueza-pais-gerada-turismo-fica-lisboa-1863354>

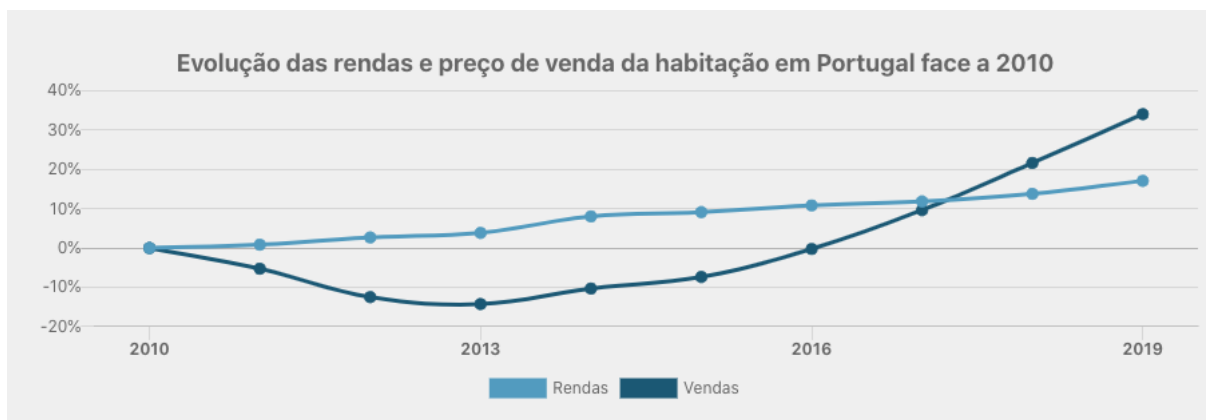


Figura 6: Comparação da evolução das rendas e do preço de venda da habitação em Portugal, de 2010 a 2019
Fonte: Pinto et al. 2021.

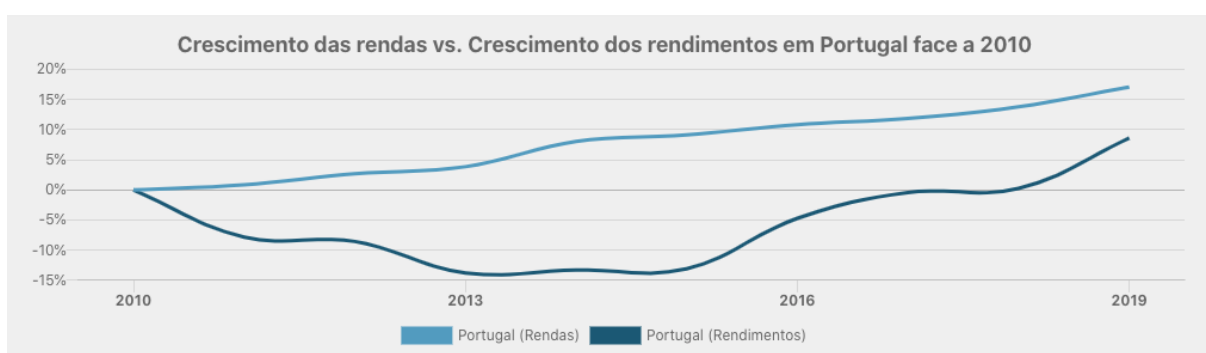


Figura 7: Crescimentos das rendas vs. Crescimento dos rendimentos em Portugal, de 2010 a 2019
Fonte: Pinto et al. 2021.

Adicionado a este contexto, em 2014 foi aprovado um conjunto de simplificações para o AL. Um dos exemplos foi a diferenciação fiscal atribuída para o arrendamento normal/clássico de uma taxa de 28%, enquanto para o arrendamento à turistas pelo AL a taxa ser de 5%. Também em 2014, foi promulgado o Decreto-lei nº 53/2014 - “Regime Excecional e Temporário de Reabilitação Urbana”¹⁶ para agilizar e simplificar os procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana e de controle prévio das operações urbanísticas. Acrescentando a este cenário, a atração de investimento estrangeiro facilitada pelo regime fiscal dos Residentes Não Habituais (desde 2009) e pelo programa “Autorização de Residência para Atividade de Investimento” (ARI), mais conhecidos como “Golden Visa” (Pavel, 2016a; Mendes, 2017; Habita et al., 2018; Mendes, Carmo e Malheiros, 2019; Pinto et al., 2021).

Sendo que o turismo em si, não é o problema, “(...) mas a ausência aparente de qualquer estratégia de planeamento e avaliação do seu impacto e o quase inexistente processo de

¹⁶ Mais informações: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344757/details/maximized>

regulamentação têm consequências esmagadoras” (Mendes 2017, pp. 481-482) como é o caso da gentrificação turística. No processo de gentrificação está a “(...) combinação evocativa e dialética entre capital e território, entre o econômico e o espacial. Os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital” (Mendes 2017, p. 485), ou seja, o mercado imobiliário investe e possui benefícios fiscais concedidos pelo Estado, lucra com o capital investido, muda toda a textura socioestrutural da cidade, transformando um direito num produto de mercado, sem ter regulação por parte do Estado.

3.3 Gentrificação turística e suas consequências em Lisboa

O termo gentrificação procede do inglês “*gentrification*” (*de gentry*, “pequena nobreza”). O conceito foi criado e desenvolvido pela socióloga britânica Ruth Glass na obra “London Aspects of Change” de 1954, para descrever e analisar o fenómeno de transformações que ocorriam nos bairros operários de Londres (Alcântara 2018). Desde a sua criação “a palavra tem sido amplamente utilizada em estudos e debates sobre desigualdade e segregação urbana, assim como nos estudos sobre património, nos mais diferentes domínios: sociologia, antropologia, geografia e arquitetura, além de planeamento e gestão urbana (...)” (Alcântara 2018, s/p).

Também podemos entender como definição de gentrificação “(...) o movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média e média-alta, a áreas centrais desvalorizadas e abandonadas da cidade” (Mendes, Carmo e Malheiros 2019, pp. 113-114), a caracterizar:

(...) um fenómeno de mudança socioespacial, em que a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de génese popular/tradicional atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento daqueles que são incapazes de fazer face ao aumento dos custos de habitação ou arrendamento que acompanham este processo. Assim, os bairros pobres e de classe trabalhadora da cidade centro são requalificados, através da entrada de fluxos de capital privado e de proprietários e inquilinos das classes média e média-alta (Mendes, Carmo e Malheiros 2019, p. 114).

Tratando-se do caso específico de Lisboa, a utilização do termo “gentrificação turística” justifica-se, pois:

a transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo, mediante a expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico (como, por exemplo, apartamentos turísticos e arrendamento de curta duração – *short rental*), que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais de habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial, esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconómico de aceder à habitação nessas áreas (Mendes 2017, p. 491).

Neste sentido, o efeito do processo de gentrificação turística em Lisboa resultou no aumento exponencial das rendas, despejos de moradores vulneráveis e sem provisão habitacional por parte da Segurança Social, demolição de casas em bairros de lata e nos centros históricos, fechamento de lojas históricas, desalojamentos e deslocamentos residenciais e comerciais e a destruição da tradição e autenticidade nos bairros históricos da cidade. Além de desfazer redes de convivência, rotinas e acessos entre os moradores (Pavel, 2016a; Mendes, 2017; Habita et al., 2018; Mendes, Carmo e Malheiros, 2019; Gago e Cocola-Gant, 2019; Pinto et al., 2021).

Não é por coincidência, que durante esta acentuação da habitação como ativo financeiro, é criado em 2012, pela NRAU, o Balcão Nacional de Arrendamento (BNA), que tem competência exclusiva para a tramitação de procedimentos de despejos no território nacional. Lisboa tramitou 2968 validades de despejos, entre os anos de 2013 e 2018, de acordo com o Ministério da Justiça¹⁷.

Pesquisa recente de dissertação de mestrado de Ana Gago, “O aluguer de curta duração e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa” de 2018, demonstra que Alfama, bairro histórico de Lisboa, está a passar por um processo intenso de gentrificação turística, “(...) descobriu-se que, no final de 2016, dos 945 alojamentos existentes nesta área, 235 serviam para

¹⁷ <https://www.publico.pt/2018/07/27/economia/noticia/passaram-menos-de-4500-despejos-pelo-balcao-nacional-de-arrendamento-1839226>

aluguer de curta duração para turismo. Destes 235, apenas 2 eram partilha de habitação própria (...)” (Gago 2018, p. 95). E entre os anos de 2015 e 2017, ocorreram 27 casos de desalojamento, atingindo 36 pessoas de Alfama. Além disto, muitos edifícios foram comprados por capital estrangeiro para a revenda de apartamentos, outros requalificados para revenda, assim, afetando os antigos moradores da região que não tiveram benefícios de requalificação em suas moradias e sofreram com as construções/requalificações dos apartamentos e prédios comprados.

Igualmente a dissertação de mestrado de Pedro Filipe Crespo Soares “Gentrificação e Turismo na Cidade de Lisboa – O Caso da Mouraria” de 2019, identifica pontos de entendimento entre os temas gentrificação e turismo. Revelando um panorama global com situações semelhantes nas cidades de Veneza, Amesterdão e Barcelona, passando para Lisboa e centralizando na Mouraria. A Mouraria, assim como a Alfama, segue por um forte processo de gentrificação turística. Tendo destaque o caso da Rua dos Lagares nº25, aonde 16 famílias iriam ser despejadas em 2017, e desde então, por luta e ativismo das famílias, conseguiram a renovação do contrato para mais cinco anos. Destas 16 famílias, restaram quatro no prédio, que tiveram uma solução habitacional em fevereiro de 2021: irão habitar casas municipais, nas quais três moradoras conhecidas como “gaulesas” pela sua luta pelo direito à habitação conseguiram serem contempladas pelo programa “Habitar o Centro Histórico” da CML e irão permanecer no mesmo bairro, como desejavam (Soares, 2019; Pincha, 2021).

Contudo, o início da pandemia Covid-19 em 2020 acentuou o contexto de precariedade de dezenas de pessoas e famílias, que já padeciam dos efeitos da gentrificação turística e da crise habitacional. As medidas restritivas trouxeram outras questões para o debate: Como confinar famílias e pessoas em situação de precariedade habitacional? Os sem-abrigos cumprem o confinamento de que maneira? (Pavel 2020).

Embora tenha sido aprovado pelo Parlamento Português o fim dos despejos durante a pandemia e o não aumento das rendas até junho de 2021, estas medidas não foram respeitadas, segundo denúncias¹⁸ da Associação Habita e do coletivo Stop Despejos. Assim como, muitas pessoas foram despedidas e tiveram seus rendimentos drasticamente reduzidos, contribuindo para uma situação de vulnerabilidade ainda mais extrema.

¹⁸ <https://www.publico.pt/2020/03/14/local/noticia/despejos-bairro-alfredo-bensaude-continuam-tempo-pandemia-1907711> e <https://www.publico.pt/2021/03/01/local/noticia/cinco-familias-criancas-despejadas-loures-1952666>

Igualmente, o setor do turismo que contribuía para a expansão do AL teve uma forte retração. Uma das consequências para o concelho de Lisboa segundo a Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP)¹⁹ foi o cancelamento de 114 unidades de AL em Lisboa, o primeiro recuo registado, fechando o ano de 2020 com 19.358 unidades.

Porém, alguns passos foram dados a favor da habitação no período pandémico no dia 21 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo Parlamento Europeu o Relatório da Iniciativa “Acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos”²⁰, no âmbito da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. O relatório coloca a habitação como sendo um direito fundamental e como condição prévia para outros direitos fundamentais – segurança, educação, saúde e emprego. E que cada Estado-membro tem a obrigação de garantir este direito fundamental, com condições dignas e a preços acessíveis. O relatório também faz menção que 1/3 das famílias em risco de pobreza destinam quase metade de seus rendimentos às despesas de habitação, e que a médio prazo, devido à pandemia Covid-19, a recessão económica e a perda de postos de trabalho, pode aumentar o peso deste gasto e o número dos sem-abrigo na UE. Atualmente, segundo o relatório, pelo menos 700.000 pessoas são sem-abrigos na EU, mais de 70% do que há uma década (Mendes 2021).

De acordo com Mendes (2021, s/p), o relatório “é um momento histórico para o direito à habitação e para a cidadania europeia”, pois a EU reconhece à habitação como direito humano e social, e porque a proposta inclui vontades e interesses de muitos *stakeholders* da sociedade civil, a incluir a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), enquanto membro integrado no grupo de trabalho de peritos da União Internacional de Inquilinos (UIT), na iniciativa europeia “Parceria para à Habitação” da Agenda Urbana da EU.

¹⁹ <https://www.publico.pt/2021/02/11/economia/noticia/alojamento-local-recua-lisboa-primeira-1950281>

²⁰ https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0247_PT.html

PARTE II – Pesquisa e métodos escolhidos

Capítulo 1 – Procedimentos metodológicos: o caminho percorrido

1.1 O fio condutor da pesquisa

Toda a pesquisa científica parte de um método, do grego *methodos*; *met'hodos* que significa “caminho para chegar a um fim”. Logo, a metodologia é o estudo do método, que significa um conjunto de regras e procedimentos adotados que indicam o caminho a ser percorrido numa pesquisa científica; o qual procede de um estudo e investigação prévia de uma área de conhecimento, por meio de métodos, ou seja, não procede do senso comum (Quivy e Campenhoudt, 1998 [1995]; Gerhardt e Silveira, 2009). Em palavras mais simples, a metodologia é a pesquisa, e o método é o como escolhemos pesquisar. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) “só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”.

Neste sentido, a pergunta de partida que move esta pesquisa, sendo o fio condutor do caminho percorrido é: Em que medida o trabalho desenvolvido por organizações, movimentos sociais ou coletivos relacionados com o problema social da gentrificação turística em Lisboa, podem ser ou não “inovação social”?

Para responder a esta pergunta de partida, desenvolvemos na parte teórica a problemática do fenómeno da inovação social abordada como “um quase conceito” (Harrisson e Jenson 2013) ou como um conceito em *continuum* construção e multidimensional (Moulaert et al., 2005; Moulaert et al., 2017) ou ainda como um conceito indefino (Montgomery 2016) e de significados abrangentes (Mulgan et al., 2007) que culmina em dois paradigmas distintos - o paradigma tecnocrático e o paradigma democrático. Ambos os paradigmas buscam por solucionar problemas de vulnerabilidade, alienação e exclusão, porém, produzem conhecimentos e práticas divergentes (Montgomery 2016). Neste sentido, o nosso propósito com esta pesquisa é a de contribuir para a construção da discussão do fenómeno da inovação social ao direcionarmos nosso olhar para a gentrificação turística em Lisboa e perceber quais são as inovações sociais que emergem na tentativa de solucionar este problema social e em qual paradigma podemos situá-las.

1.1.1 Objetivos de pesquisa

Para responder de modo satisfatório a pergunta de partida, delimitamos como objetivo geral: Identificar organizações, movimentos sociais ou coletivos que estão a desenvolver soluções, alternativas, mudanças, defesa e garantia de direitos para as pessoas e bairros afetados pela gentrificação turística em Lisboa.

Como objetivos específicos propomos:

- a) perceber quais organizações, movimentos sociais ou coletivos que estão a trabalhar com a questão da gentrificação turística em Lisboa há mais de três anos;
- b) compreender como se definem, como se organizam e como desenvolvem o trabalho;
- c) traçar relações entre o terreno e a teoria para perceber se o trabalho desenvolvido pode ser “inovação social”;
- d) identificar qual paradigma da inovação social que está em ascensão dentro do contexto da gentrificação turística em Lisboa.

Desenvolvida a problemática e os objetivos de pesquisa, o passo seguinte é a construção de um modelo de análise, pois, “a construção distingue-se da problematização por seu caráter operacional, pois a construção deve servir de guia para a coleta de dados” (Gerhardt e Silveira 2009, p. 52). Optando-se pela não elaboração de hipóteses, adotamos os conceitos de inovação social, paradigma democrático e paradigma tecnocrático relacionando-os com os seguintes indicadores de análise apresentados na Tabela 3:

Tabela 3: Grelha de análise

Conceitos	Indicadores
Inovação social	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção das pessoas que iniciaram a associação, movimento social ou o coletivo como inovadores sociais • Atribuição de significado a inovação social • Percepção do próprio trabalho como inovação social • Decisões horizontais • Vitórias conquistadas • Participação e desenvolvimento de redes
Paradigma democrático	<ul style="list-style-type: none"> • Participação comunitária • Desenvolvimento de pesquisa • Contestação de poderes e estruturas hegemónicas • Ações de mobilização • Defesa e garantia de direitos • Espaços de diálogo, escuta, voz e empoderamento
Paradigma tecnocrático	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e uso de metodologias voltadas para a venda de produtos e serviços • Criação, mapeamento, multiplicação e difusão de metodologias • Parceria e/ou apoio financeiro do setor público e privado • Priorização de especialistas • Preocupações económicas voltadas para o social

Fonte: Elaboração própria.

1.1.2 Definições metodológicas de pesquisa

Os procedimentos metodológicos dizem respeito ao tipo de pesquisa, técnicas de recolha de dados e posteriormente a técnica de análise das informações obtidas (Quivy e Campenhoudt 1998 [1995]). Referimos que quanto aos objetivos desta pesquisa, estes são de carácter exploratório, pois pretende-se conhecer, desenvolver, esclarecer e ter mais familiaridade com o fenómeno da inovação social (Gerhardt e Silveira 2009).

Em relação a metodologia de pesquisa para a produção de informações, adotamos a metodologia qualitativa, pois queremos aprofundar, compreender e produzir informações (Guerra, 2006; Matos, 2014). Destacamos que os principais aspetos de uma pesquisa qualitativa são: a maleabilidade, a diversidade de sujeitos, um maior enfoque na interpretação do objeto, importância do contexto do objeto pesquisado, uma maior proximidade do pesquisador em relação aos fenómenos pesquisados e a produção de dados textuais (Guerra, 2006; Gerhardt e Silveira, 2009; Matos, 2014).

Importante clarificar que para esta pesquisa seguimos o caminho de um raciocínio de análise indutivo, ou seja, a intenção “(...) não é comprovar hipóteses definidas *a priori* e

estanques, mas antes identificar as lógicas e racionalidades dos actores (...)” (Guerra 2006, p. 22, grifo da autora). Além disso, salientamos que na presente pesquisa qualitativa, a diversidade de sujeitos deu-se por uma diversificação interna (Guerra 2006), pois, todos os entrevistados trabalham com o problema social da gentrificação turística em Lisboa, porém diversificam-se no modo de constituição como grupo e organização do *modus operandi*.

1.1.3 Fase exploratória para a recolha de informações: procedimentos realizados pré-entrevistas

Antes da realização das entrevistas, fez-se necessário uma fase exploratória para conhecer melhor o problema social da gentrificação turística em Lisboa. Esta etapa teve duas funções: contribuir para a construção teórica do Capítulo 3 e a identificação de nomes de organizações, movimentos sociais ou coletivos que estivessem trabalhando com a temática da gentrificação turística em Lisboa. Primeiramente se fez uma pesquisa online no site “Portugal Inovação Social” para perceber se havia algum projeto financiado pelo programa que trabalhasse com o tema em questão, entretanto, não havia nenhum projeto de inovação social neste âmbito. Após, pesquisou-se no motor de busca *Google* pelas palavras “gentrificação turística em Lisboa” em busca de mais informações sobre o tema. No decorrer desta pesquisa identificou-se:

- matérias jornalísticas;
- nomes de movimentos sociais, coletivos e organizações;
- documentários;
- curtas-metragens.

Depois de recolhido o material, procedemos a uma pré-análise: leitura flutuante e escolha do material a ser utilizado (Bardin 1977). Após a leitura das matérias jornalísticas, assistiu-se aos documentários encontrados e aos curtas-metragens:

- “O que vai acontecer aqui?” (2019) do coletivo Left Hand Rotation, com a colaboração do coletivo Stop Despejos e a associação Habita²¹;
- “Em breve estarás aqui – You’ll soon be here” (2016) de Fábio Petronilli produzido por Stadslab, Academia Cidadã, Largo Residências e Arquiteturas Film Festival²²;

²¹ Link para o documentário: <https://vimeo.com/lefthandrotation/oquevaiaconteceraqu>

²² Link para o documentário: <https://vimeo.com/fabiopetronilli/youllsoonbehere>

- “Terramotourism” (2014) do coletivo Left Hand Rotation²³;
- “Rua dos Lagares: 3 anos depois” (2019) do coletivo Left Hand Rotation, com a colaboração do coletivo Stop Despejos²⁴;
- “A luta das famílias do Prédio Santos Lima” (2018) do coletivo Left Hand Rotation, com a colaboração do coletivo Stop Despejos e a associação Habita²⁵;
- “Rua dos Lagares” (2017) do coletivo Left Hand Rotation²⁶.

Foi a partir desta pré-análise de conteúdo que fizemos uma listagem dos possíveis nomes de coletivos, movimentos sociais e organizações que apareciam nas matérias jornalísticas, documentários e curtas-metragens, para perceber mais sobre as atividades desenvolvidas e verificar se ainda continuavam a trabalhar com propostas de soluções para o problema social da gentrificação turística em Lisboa. Esta pré-análise também contribuiu para a caracterização das associações e coletivos escolhidos. Definiu-se como critério de seleção entrevistar movimentos sociais, coletivos ou organizações que já tivessem um trabalho desenvolvido de no mínimo 3 anos, para não caracterizar algo passageiro e pontual. Esta verificação foi realizada visitando os *sites* e as páginas institucionais no *Facebook* e *Instagram* dos nomes identificados nas matérias jornalísticas, documentários e curtas-metragens. Este critério de seleção culminou nas seguintes associações e coletivos escolhidos, totalizando cinco entrevistas²⁷ semiestruturadas:

- 1) Habita! Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade;
- 2) Associação do Património e População de Alfama (APPA);
- 3) Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL);
- 4) Stop Despejos;
- 5) Morar em Lisboa.

²³ Link para o documentário: <https://vimeo.com/lefthandrotation/terramotourism>

²⁴ Link para o curta-metragem: <https://vimeo.com/340169430>

²⁵ Link para o curta-metragem: <https://vimeo.com/281132027>

²⁶ Link para o curta-metragem: <https://vimeo.com/228956761>

²⁷ A organização “Associação Renovar a Mouraria” também havia sido selecionada para ser entrevistada, porém, a associação recusou o convite, alegando falta de tempo entre os funcionários para a entrevista.

Para a concretização das entrevistas, o primeiro contacto com as associações e coletivos para a participação na pesquisa realizou-se por e-mail. Para os e-mails que não foram respondidos, procedeu-se a uma segunda tentativa de contacto por meio do envio de mensagem pelo canal *Messenger* do *Facebook* disponível nas páginas institucionais. Após o aceite para a participação da pesquisa, as entrevistas foram realizadas de forma online, devido ao confinamento imposto pelo Estado de Emergência em Portugal, pela situação pandémica Covid-19. As entrevistas online foram realizadas pelo *Google Meet* com o áudio gravado por telemóvel e posteriormente transcritas para a devida análise.

1.1.4 Caracterização das associações e coletivos entrevistados

1) Habita! Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade

A Habita²⁸ é uma associação sem fins lucrativos baseada no voluntariado, criada como entidade jurídica no ano de 2014. Antes de 2014 existia como coletivo, e começou dentro da SOLIM - Solidariedade Imigrante²⁹, numa altura em que havia muitos bairros sendo demolidos. A associação admite sócios com quota anual de 12 euros, com isenção para desempregados/as, e beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Também aceitam doações voluntárias para o Fundo de Resistência. Atualmente, contam com 6 pessoas completamente dedicadas ao desenvolvimento do trabalho, e possuem uma rede alargada de pessoas a participarem em diferentes ações, assim como, trabalham muito em conjunto com a Stop Despejos. A associação trabalha para: parar os despejos e expulsões sem alternativas habitacionais; mais habitação pública e social; limite para as rendas e estabilidade dos contratos; fim aos incentivos públicos à especulação; e redução dos apartamentos turísticos.

A associação Habita define-se como pertencente a todas as pessoas e comunidades. Às que são exploradas pela lei dos mais fortes e que veem comprometido o próprio direito a viver numa casa e ambiente dignos. São ativistas e desenvolvem as suas estratégias a partir da prática diária com todas as pessoas diretamente afetadas que estão dispostas a lutar pelos seus direitos. Esta luta é uma atividade diária que os leva a viver uma vida mais íntegra e digna: conseguir uma casa, resistir a um despejo ou a salvar uma praça da privatização ou outro equipamento importante para a vida da comunidade. A luta da associação é pela casa,

²⁸ <https://habita.info>

²⁹ <http://www.solimigrante.org>

pelo bairro, pela cidade e cruza-se com muitas outras lutas, e com todos/as aqueles/as que decidiram não desistir, resistir e sonhar!³⁰

2) Associação do Património e População de Alfama (APPA)

Fundada em 1987, a APPA³¹ é uma associação sem fins lucrativos, de trabalho voluntário, que procura envolver a população de Alfama na defesa do seu património cultural, arquitetónico e arqueológico. Atualmente, conforme a própria APPA, o trabalho desenvolvido ultrapassa o objeto social da associação, como no caso da defesa da habitação, porém, como afirmam, o trabalho da APPA é para e com a população de Alfama e suas necessidades.

3) Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL)

A AIL³² é uma cooperativa, fundada em 1924, com mais de 15 mil associados e com 18 trabalhadores remunerados. Atuam de Lisboa a Coimbra, prestando serviços aos inquilinos por meio de: apoio judicial e extrajudicial; notificações judiciais avulsas; elaboração de contratos de arrendamento; apoio nas escrituras de arrendamento; apoio no acompanhamento de processos junto das Câmaras Municipais e Finanças; pagamento e depósito de rendas. Também fazem contestações de avaliações fiscais e apoio a condomínios.

A cooperativa tem por fim: em geral, defender nos termos e segundo o espírito da Constituição da República Portuguesa, os interesses de natureza patrimonial, cultural, moral e social dos cidadãos portugueses, enquanto locatários, sublocatários, hóspedes ou condóminos, relacionados com os seus direitos quanto aos locais que utilizam para habitação e/ou outros fins próprios; e em particular, proporcionar aos cooperadores serviços especializados para a concretização individualizada desses fins³³.

4) Stop Despejos

A Stop Despejos³⁴ é um coletivo, criado a partir de algumas pessoas da Habita para se fazer um trabalho mais de ação de rua. Atualmente, participam ativamente do coletivo 20 pessoas. Possuem uma constituição informal de participação voluntária, sendo um coletivo

³⁰ Informações retiradas do site da Habita: <https://habita.info>

³¹ <https://www.facebook.com/appalfama>

³² <http://www.ail.pt>

³³ Informações retiradas do site da AIL: <http://www.ail.pt>

³⁴ <https://stopdespejos.wordpress.com>

horizontal (não existem hierarquias e as decisões são tomadas em assembleia), apartidário (não pertencem e nem apoiam nenhum partido político), autofinanciado (não aceitam subvenções do Estado) e autónomo (não dependem de nenhuma outra organização). Para além de realizar campanhas de comunicação e de reivindicação, praticam à ação direta, apoiam a ocupação e a obstrução dos despejos.

A Stop Despejos se define como um coletivo em luta pelo fim dos despejos, pela defesa do direito à habitação e pela construção coletiva, inclusiva e mais justa das cidades. Apresentam-se como uma ferramenta de luta e de resistência. Com as suas ações quotidianas defendem a criação de redes de solidariedade e a construção ativa e participada de alternativas³⁵.

5) Morar em Lisboa

O Morar em Lisboa³⁶ é um coletivo criado em 2017, perante a crise na habitação, que reúne diversas associações e pessoas singulares. Propõem uma nova legislação e novas ações por parte do poder público relacionadas com a questão da habitação e da gentrificação turística. O Morar em Lisboa reúne cerca de 40 associações que trabalham em rede para mudar e discutir o cenário das políticas habitacionais, por meio de encontros temáticos, para discussões, ações de rua, pressão política, pareceres e articulação política.

1.1.5 Técnica de recolha de informações: a opção pela entrevista semiestruturada

A técnica da entrevista, segundo Duarte (2004) “nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar” (p. 219). Não sendo, de modo algum, a única técnica para a recolha de informações de pesquisas qualitativas, porém adotamos esta técnica pela sua flexibilidade e propósito de compreendermos por meio da subjetividade dos depoimentos dos entrevistados, o modo como vivenciam determinada situação, seu tempo histórico e seu meio social (Batista, Matos e Nascimento 2017).

Neste sentido, escolhemos a modalidade da entrevista semiestruturada para a compreensão do trabalho realizado pelos entrevistados. As entrevistas semiestruturadas são caracterizadas por perguntas mais ou menos abertas, combinando perguntas abertas e fechadas ao longo

³⁵ Informações retiradas do site da Stop Despejos: <https://stopdespejos.wordpress.com>

³⁶ <http://moraremlisboa.org>

do roteiro, com o objetivo de os entrevistados sentirem-se mais confortáveis ao responderem, como também, oferece mais liberdade aos entrevistados de posicionarem-se sobre o tema das perguntas (Batista, Matos e Nascimento 2017).

Dada esta característica mais fluída é recomendado que “o entrevistador tem, por isso, de decidir na entrevista que perguntas fazer, quando e em que ordem” (Floddy 1996 [1993], p. 94). As perguntas são feitas pela ordem formulada, exigindo do entrevistador atenção para perceber se numa mesma pergunta o entrevistado responde a outras. Como também, uma certa sensibilidade do entrevistador na forma de conduzir a entrevista, para que não fique tão aberta, fugindo para outros assuntos, e ao mesmo tempo, perceber quando é necessário aprofundar mais para a obtenção da resposta desejada (Floddy 1996 [1993]).

1.1.6 Análise de informação: aplicação da técnica de análise de conteúdo

Para a análise dos dados qualitativos obtidos pelas entrevistas semiestruturadas seguimos a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica que oscila entre a objetividade e a subjetividade, tendo como objetivo “(...) a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin 1977, p. 46), correspondendo esta análise de conteúdo numa “(...) presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (Bardin 1977, p. 21). Neste sentido, a análise de conteúdo das entrevistas é analisada e interpretada de acordo com os seus significados, e para isto, na grelha de análise definimos as categorias, as unidades de contexto e as unidades de registo, fazendo conexão com a teoria para a interpretação dos dados textuais (Bardin, 1977; Silva, Gobbi e Simão, 2005).

Para a aplicação da técnica de análise de conteúdo procedeu-se as seguintes etapas: escuta dos áudios das entrevistas para a sua transcrição integral e fiel ao que foi dito; leitura de toda as transcrições para identificar e relacionar fragmentos do texto com as categorias estabelecidas; construção de sinopses das entrevistas por meio de sínteses, as quais contém a informação principal que iremos trabalhar; e a análise e interpretação das informações recolhidas a partir de seus significados (Silva, Gobbi e Simão, 2005; Guerra, 2006).

Capítulo 2 – Análise e interpretação dos dados

Nos próximos itens procedemos à análise de conteúdo, fazendo a relação e ligando pontos fundamentais da teoria do fenómeno da inovação social com as respostas que obtivemos das associações e coletivos entrevistados.

2.1 As duas metades da moeda e a concretização de inovações sociais

Neste item fazemos a análise de como os entrevistados relacionam-se com o termo inovação social, qual o significado atribuído por estes para o termo, se veem-se como inovadores sociais e como desenvolvem o trabalho relacionado com a gentrificação turística em Lisboa.

Neste sentido, tanto a APPA como a AIL percebem as pessoas que criaram as associações como inovadoras sociais e fazem relação com o contexto histórico do surgimento das associações (Moulaert et al., 2017). A APPA menciona a criação dos gabinetes técnicos em Alfama (Panvel, 2016a; Panvel, 2016b) muito pelo esforço da associação, sendo os gabinetes técnicos uma grande inovação para a recuperação do bairro e para à época. A AIL relembra que a associação foi criada no início do comunismo, e que algumas pessoas da AIL eram anarcossindicalistas a participarem da construção de uma inovação sociopolítica, pois era uma inovação política, de consciência de classe e união (Mulgan et al., 2007; Godin, 2012; Moulaert et al., 2017). Já a Stop Despejos conecta o termo a políticas mais reformistas e ao campo académico, o qual obedece a uma lógica de sistema dominante (Montgomery, 2016; Fougère, Segercrantz e Seeck, 2017; Moulaert et al., 2017) e por isso não se adequa as pessoas do coletivo e nem ao trabalho que desenvolvem, pois almejam ruturas maiores no sistema. Igualmente, tanto o Morar em Lisboa como a Habita não percebem nas pessoas que iniciaram o coletivo e a associação respetivamente como inovadoras sociais e nem ao trabalho que desenvolvem, pois percebem-se como ativistas, resistentes e defensoras do direito humano que é a habitação, não caracterizando o ativismo ou a defesa dos direitos humanos como possíveis inovações sociais, pois é algo que já existia, ou seja, não é algo novo, segundo as entrevistadas.

No que diz respeito a percepção do próprio trabalho como inovação social e do significado atribuído a inovação social, a AIL embora tenha surgido num período histórico de bastante contestação política, percebe-se nos dias de hoje como uma inovação social num âmbito mais tecnocrático, definindo-se como uma cooperativa que é uma empresa social (Parente e Quintão 2014). Neste sentido, a própria AIL localiza-se na parte tecnocrática pela forma

como se relaciona e mantém parcerias com diferentes representantes e estruturas governamentais, fazendo um trabalho mais burocrático, normativo e formal, “é uma inovação se calhar menos evoluída que a Stop Despejos ou a Habita, não é, que estão mesmo na luta de base, nós fazemos um apoio, de uma forma mais conformista. Conformista e reformista, digamos assim” (AIL, comunicação pessoal, 16 de março de 2021). Interessante notar que AIL considera o trabalho da Stop Despejos e da Habita como inovação social, e estas não, justamente pelo mesmo motivo.

De igual modo a APPA também demonstra compreender que há diferentes significados para a inovação social e que isto impacta no trabalho que é desenvolvido por diferentes atores:

(...) às vezes, eu fico, porque não é a primeira vez, não é só a Bruna que me pergunta isso, eu acho piada, isso é só pra fazer de conta, pra enganar as pessoas (...) a inovação social é pras pessoas, que consigam emprego, que tenham casa e que possam pagar, isso pra mim é que é inovação social, é pra isso que agente está cá e luta todos os dias (...) quando aparece muitos projetos, porque se olhares bem tens aí projetos que nunca mais acabam, é o projeto pro clima, é o projeto pra isto, é o projeto pra aquilo, mas depois na prática esses projetos só servem para movimentar dinheiro dentro de um grupo muito fechado e as pessoas continuam na mesma, a ter falta de emprego, a ter falta de habitação, a ganharem uma miséria, a viverem muito mal, ou seja, no fim das contas, os que já são ricos continuam muito ricos, e os pobres continuam é mais pobres. Tens o exemplo daquela coisa, como é que se chama, aquela das informáticas, que é uma coisa muito importante, como é que se chama aquilo...ah o Summit, sabes? Tu tens esse exemplo muito concreto, tudo altos escalões, grandes informáticos, e depois tem uma miséria miserável, não é? (...)

(APPA, comunicação pessoal, 17 de março de 2021).

Esta resposta da APPA demonstra-nos bem o conflito entre os dois paradigmas da inovação social e o “cuidar do neoliberalismo” ou da “desigualdade para todos” (Godin, 2012; Montgomery, 2016; Fougère, Segercrantz e Seeck, 2017; Moulaert et al., 2017). Se por um lado temos uma associação de bairro que trabalha para que haja um equilíbrio entre turistas e moradores, para que haja habitação, emprego, atividade económica e serviços públicos

para quem vive em Alfama, sendo um trabalho de caráter voluntário e de resistência; do outro lado temos o governo português representado pela CML a investir 110 milhões de euros durante 10 anos (2016-2028) para sediar o Web Summit, evento internacional de tecnologia e empreendedorismo, como uma das estratégias de desenvolvimento turístico e económico para o país.

Igualmente, a associação Habita irá atribuir ao significado de inovação social uma ligação com a área do empreendedorismo, “(...) quando eu penso inovação social, eu penso sempre no mercado e ligado ao empreendedorismo social, e que não há pachorra pra isso, porque nós trabalhamos, tipo, para desconstruir essa ideia, não é?” (Habita, comunicação pessoal, 15 de abril de 2021), contudo com o desenvolvimento da entrevista, a Habita revela que talvez a inovação social realizada pela associação possa estar na forma como lutam nos dias de hoje. Num mesmo sentido, a Stop Despejos coloca que “são termos que depois as pessoas usam correntemente, mas pelo menos, falo por mim, que associamos logo a uma lógica hegemónica, não é” (Stop Despejos, comunicação pessoal, 23 de março de 2021).

Ou seja, embora a APPA atribua um significado a inovação social voltado mais para o desenvolvimento de bairro, desenvolvimento humano e de garantia de direitos, reconhecendo o próprio trabalho como inovação social, por outro lado, sabe que o termo é utilizado para referir-se a outro contexto de reflexão e prática que não representa o trabalho da associação. E por este mesmo motivo, a Habita, a Stop Despejos e o Morar em Lisboa não reconhecem no que fazem possíveis inovações sociais, pois o que fazem não tem conexão com este universo empreendedor e de mercado.

Na categoria correspondente a tomada de decisões horizontais ou hierarquizadas no desenvolvimento do trabalho, todas as cinco entrevistadas dizem que as decisões são horizontais, por voto da maioria, usufruindo as pessoas de liberdade na tomada de decisões rotineiras ou em grupos de trabalho menores, indo para votação questões mais sérias. Também possuem reuniões semanais ou mensais para a discussão do desenvolvimento do trabalho, indo ao encontro de um sentido de responsabilidade igualitária e tomadas de decisões participativas (Taylor 1970).

Nas respostas sobre as vitórias conquistadas, percebemos o auxílio mútuo entre estas associações e coletivos. Uma das grandes vitórias mencionadas pela APPA foi a proteção do Largo de São Miguel em Alfama³⁷, por meio de uma interposição de ação popular com

³⁷ Link para notícia: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-dez-2020/mudanca-do-museu-judaico-para-belem-e-uma-vitoria-para-alfama-13151385.html>

providência cautelar, com o apoio jurídico do Fórum do Património para a não construção do Museu Judaico no largo. Agora a APPA, luta pela compra dos prédios e terreno por parte da CML, para destinar à habitação de rendas acessíveis, com o objetivo de atrair mais famílias para o bairro.

O Morar em Lisboa refere-se a uma vitória que envolveu o trabalho da APPA, com a ajuda do Morar em Lisboa, em auxílio a nove famílias que seriam despejadas do prédio Instituto Português de Oncologia³⁸ pela não renovação de contratos. Em articulação com o poder público representado pelas vereadoras Ana Jara e Paula Marques, notificadas pela APPA e o Morar em Lisboa, conjuntamente com as famílias, os imóveis foram adquiridos pelo Instituto da Habitação por ser elegível para o bolsa de imóveis do Estado, evitando assim, os despejos.

A AIL refere-se ao Morar em Lisboa no trabalho conjunto que fizeram para alterações de leis relacionadas à habitação³⁹. A AIL menciona a alteração de Lei do Alojamento Local (Decreto-Lei n.º 128/2014) no ano de 2018 (Decreto-Lei n.º 62/2018)⁴⁰, muito pela pressão e articulação política que foram reesponsáveis. As principais mudanças de lei incidem no papel das câmaras municipais na gestão e fiscalização dos AL, agora, por exemplo: podem decidir o encerramento de unidades, multar estabelecimentos não cumpridores das regras, impor ou não permitir a abertura de novos estabelecimentos e limitar o número de estabelecimentos em determinadas zonas. Uma grande mudança também é o poder de voz legitimada que os vizinhos de um AL passam a usufruir, se mais da metade dos vizinhos do prédio se opuserem ao AL, a atividade pode ser impedida, e a decisão final passa a ser da autarquia.

Uma outra vitória mencionada pela AIL é a promulgação da NRAU (Decreto-Lei n.º 31/2012), a lei de arrendamento urbano. A AIL refere-se que tiveram um papel de articulação política decisivo para influenciar a existência de um período de transição para os contratos antigos de arrendamento no ajuste de valores, para estes terminarem em 2017, e que mais uma vez, por pressão política conseguiram adiar este prazo para 2020. E que este período de transição acabou por assegurar muitas pessoas e famílias a manterem-se

³⁸ Link para notícia: https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/estado-vai-adquirir-predio-do-ipo-e-evita-despejo-de-nove-familias-12760962.html?fbclid=IwAR1Sg29I_gqbpaNrbCBehSYMll1ZUERYdzt_uDX1adIoP1sKOGPUEitdPII

³⁹ Link para notícia: <https://www.dn.pt/lusa/movimento-morar-em-lisboa-reclama-nova-lei-do-arrendamento-8465899.html>

⁴⁰ Link para notícia: <https://observador.pt/2018/07/18/alojamento-local-o-que-muda-porque-muda-e-os-riscos-da-mudanca>

em suas casas e organizarem-se durante este período para a entrega futura do imóvel, sendo boa parte desta população idosa.

No período da pandemia Covid-19 iniciado em março de 2020, a AIL menciona que houve um movimento de reunião entre as associações e movimentos sociais para logo proceder-se com alguma medida em relação as rendas e a suspensão dos despejos, e que o ofício da AIL com propostas de medidas para este período teve um papel de destaque:

Todas as outras associações fizeram petições, mas foi o nosso ofício, foi através do nosso ofício, o Presidente da República, respondeu-nos, o Primeiro-Ministro respondeu-nos, foi o nosso ofício. Repara, é muito importante fazer manifestações e estar na rua e fazer todo aquele trabalho, isso sempre é muito importante e nós também fazemos isso. Mas, o trabalho de articulação política é fundamental. Porque, muitas das reivindicações que os movimentos sociais fazem e as associações, não chegam nem sequer aos ouvidos dos políticos. São quase como reclamações, estás a perceber (...) é preciso pegar no Livro Vermelho, fazer a reclamação, escrever a reclamação e depois haver resposta, percebe? Tem que ser mais formal, tem que ser mais normativo, senão, pura e simplesmente não é tido em conta, e, muitas das coisas que nós temos, grandes conquistas em termos de arrendamento são conquistas que a AIL participa e acaba por informar o governo até. É um facto, aliás, se viu o debate, vê a Secretária de Estado a dizer isso e a Vereadora da Habitação a dizer isso. Claro, que isto coloca-nos num papel muito tecnocrático, lá está. A Habita e a Stop Despejos não gostam nada, mesmo sendo meus amigos e nossos amigos, não gostam nada, por nós trabalharmos dessa forma. Mas, é uma forma que nós temos, de conseguir que existam reformas. Se não as coisas não evoluem de forma alguma (AIL, comunicação pessoal, 16 de março de 2021).

Esta resposta acaba por revelar também que, ao mesmo tempo, que estas associações e coletivos auxiliam-se, também há diferenças e discordâncias na maneira de como trabalhar

e defender as questões relacionadas com a gentrificação turística e a crise na habitação. O que nos reporta para a colocação de Montgomery (2016, p. 1992):

O que podemos dizer amplamente é que estes projetos abraçam a cooperação ao invés da competição e buscam organizar-se através de redes horizontais de solidariedade, ao invés de serem disciplinadas pela lógica do mercado de governança tecnocrática neoliberal. Portanto, dentro do paradigma democrático, o objetivo da inovação social é desafiar as práticas que continuam a excluir grupos e a criar espaços onde esses grupos possam ser ouvidos.

Outra vitória é a menção da não concretização da transformação da Praça Martim Moniz num complexo de lojas e restaurantes pela empresa Stone Capital. Esta vitória é mencionada pelo Morar em Lisboa e a Stop Despejos. Os dois coletivos salientam que foi uma vitória de muitos movimentos e coletivos, e que houve muitas manifestações contra este projeto, pois a zona da Praça Martim Moniz é sobretudo uma zona de moradia de pessoas imigrantes, população envelhecida e de classe baixa. Sendo a concretização deste projeto uma força gentrificadora que mudaria todo o tecido socioeconómico e cultural da região.

A Habita menciona como vitória a denúncia relacionada com as famílias do bairro Santa Filomena, que estavam sofrendo com demolições de suas habitações, e ao mesmo tempo, não estavam sendo contempladas pelo Programa Especial de Realojamento (PER). Esta denúncia chegou até a relatora especial para questões de habitação da Organização das Nações Unidas (ONU). A PER foi revogada e transformou-se no programa 1º Direito. O contacto constante com a Amnistia Internacional também é tido como outra vitória, e a garantia de realojamento de famílias do bairro 6 de Maio e do bairro da Torre que tiveram suas casas demolidas sem uma provisão habitacional por parte da Segurança Social.

Tanto a Habita como a Stop Despejos mencionam como vitória a criação das assembleias de moradores, atividade que ambas participavam e que envolvia três bairros. Criada pela Habita, a assembleia dos moradores tinha como objetivo criar o sentimento de luta coletiva, solidariedade e compartilhamento dos desafios e problemas que indivíduos, famílias e bairros estavam a enfrentar na questão habitacional (Moulaert et al., 2005; Moulaert et al., 2017).

Das vitórias até agora mencionadas, podemos constatar que são inovações sociais que ocasionaram mudanças sociais a nível sistémico, pois proporcionaram mudanças, revogações ou novas leis relacionadas à habitação, e impedimento de projetos gentrificadores. Neste sentido, é importante esclarecer que são inovações sociais que não seguem os passos ou dinâmicas de inovações sociais propostos por Westley (2008), Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) e Mulgan et al. (2007) e nem possuem relações com mercado ou relações económicas, ou seja, a inclusão social das pessoas faz-se pelo desenvolvimento humano e garantia de bem-estar, de direitos e de espaço de voz e representação de pessoas que estão a passar por exclusões e privações ocasionadas pela gentrificação turística, além de combater estruturas ou superar os poderes hegemónicos que promovem tais exclusões. Por isso, podemos dizer que é uma inovação social pela perspectiva do paradigma democrático (Taylor, 1970; Moulaert et al., 2005; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b; Montgomery, 2016; Moulaert et al., 2017).

Embora a AIL defina o seu trabalho como tecnocrático, por ser mais burocrático e normativo, existe uma componente política muito forte para além do serviço prestado aos associados. O trabalho desenvolvido de articulação política com o governo público não a coloca dentro do paradigma tecnocrático da inovação social, pois seu objetivo principal continua a ser a representação dos cidadãos excluídos socialmente, não refletindo na sua relação com o setor público, as relações intersetoriais propostas por Phills Jr, Deiglmeier e Miller (2008) como mecanismos críticos para criar inovações sociais.

Ainda na categoria “vitórias conquistadas” todas as associações e coletivos mencionam como vitórias casos individuais de realojamento de pessoas e famílias, e a mobilização coletiva para a defesa da habitação. Importante destacar que a mobilização coletiva está muito vinculada com a formação de redes para articulação e pressão política (Godin 2012). Neste sentido, a APPA, a AIL e a Habita fazem parte do coletivo Morar em Lisboa que tem como objetivo uma coordenação mais ampla de diferentes associações, coletivos e movimentos sociais que defendem à habitação em Lisboa. Além disso, o Morar em Lisboa, a Habita e a AIL fazem parte de redes internacionais, como: IUT - International Union of Tenants⁴¹; International Alliance of Inhabitants⁴²; European Action Coalition for the Right to Housing and the City⁴³; Stay Grounded⁴⁴; e Red de Ciudades del Sur de Europa frente la Turistización (SET).

⁴¹ <https://www.iut.nu>

⁴² <https://www.habitants.org>

⁴³ <https://housingnotprofit.org>

⁴⁴ <https://stay-grounded.org>

A nível de redes locais, estas estão voltadas para uma autoajuda de associações e coletivos que se alarga para famílias e indivíduos que possam estar com alguma dificuldade. Percebe-se nesta questão, algumas características da estrutura ALMOLIN desenvolvida por Moulaert et al. (2005) nas linhas de pensamento - movimento e filosofia, e significado de inovação social, caracterizando inovações sociais a níveis micro no espaço e no tempo. De exemplo, temos a APPA com a atividade “encontro de vizinhança” que prioriza o desenvolvimento comunitário, sentimento de comunidade, identidade local de governação e a tradição de autoajuda, preservando uma dinâmica comunitária, assim como, a Stop Despejos e a Habita nas suas relações de trabalho com outras associações locais que estão ligadas a práticas artísticas, cantinas com preços acessíveis, questões ecológicas e de racismo.

2.2 A “cara” da moeda – o paradigma democrático

Neste item voltamo-nos para as questões teóricas e práticas propostas pelo paradigma democrático da inovação social com o objetivo de perceber, encontrar e relacionar o que descrevemos na teoria com o trabalho desenvolvido por estas associações e coletivos.

Nos depoimentos relacionados à participação comunitária, a Habita e a Stop Despejos destacam as assembleias de resistência e as ações de mobilização. O objetivo das assembleias de resistência é a própria participação comunitária na resolução de seus próprios problemas relacionados à habitação. É um espaço de escuta, voz, apoio e planeamento de ações. A perspectiva ainda não é a de desenvolvimento comunitário num sentido restritivo de local, pois os participantes podem pertencer a diferentes bairros, porém é uma perspectiva de combate e superação de forças hegemónicas, de direcionar a luta e o problema individual para uma luta e problema coletivo, transformar as pessoas em sujeitos políticos, esclarecer os seus direitos e dos meios públicos que existem para a resolução de seus problemas, por exemplo, a participação em reuniões ou assembleias da CML. Almejando, assim, uma construção e representação coletiva de base para o problema da habitação e da gentrificação turística (Taylor, 1970; Moulaert et al., 2005; Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013b; Montgomery, 2016).

Contudo, a participação comunitária não é contínua, pois a maioria das pessoas participantes apresentam condições de vida extremamente precárias, de difícil mobilidade entre à cidade e com familiares doentes. Sendo a grande maioria mães monoparentais, que muitas vezes, não têm com quem deixarem seus filhos para poderem participar das assembleias, salienta a Stop Despejos e a Habita. Estas questões são extremamente importantes, Moulaert et al. (2005) pontuam que o trabalho com grupos mais carenciados

pode ser mais desafiante e ter uma diminuição no nível de participação cívica, pelas dificuldades próprias do contexto, e que estas questões têm um impacto no nível de dimensão do processo de inovações sociais, que buscam pela transformação das relações sociais e relações de governança para a satisfação de necessidades básicas que não supridas ou reconhecidas pelo Estado.

O Morar em Lisboa pontua que a participação comunitária, muitas vezes está vinculada a uma associação, coletivo ou movimento social que participa do Morar em Lisboa. E que também promovem debates sobre temas pertinentes à habitação ou temas associados que considerem importantes para reflexão da sociedade civil. A APPA esclarece que há participação dos residentes do bairro da Alfama em ações que a associação propõe, e que quando há necessidade eles mobilizam os moradores ou quando os moradores precisam de algo, vão até eles.

Já a AIL descreve que a “voz do utente é uma voz anónima”, ou seja, o trabalho desenvolvido pela AIL é uma prestação de serviços e não há espaço ou mecanismos para a participação de quem é associado à cooperativa. No depoimento da AIL, também há referência a Habita: “então, muitos casos assim, que nós vemos que são casos que não tem solução ou que são muito difíceis, o que nós acabamos por fazer, acabamos por enviá-los para a Habita, e a Habita tenta dar força as pessoas, consolo através das assembleias. Aí verdadeiramente é aquela inovação emancipatória, empreendedora, crítica, transformadora até” (AIL, comunicação pessoal, 16 de março de 2021).

Também percebemos que as ações de mobilização estão ligadas a participação comunitária, à contestação de poderes e de estruturas económicas. Todas as associações e coletivos entrevistados foram criados a partir da insatisfação e da contestação de leis e da realidade social vivenciada. Direcionando as ações de mobilização social e contestação de poderes por meio de: pressão política; pressão midiática; ações de rua; impedimento de despejos; impedimentos de demolições; ocupações de imóveis vagos; manifestações públicas, como a Manifestação pela Habitação ou o Festival HabitaAcção; ocupações de espaço público; ações de desobediência civil, como ocupações de estruturas públicas; ofícios; petições públicas; e processos de medidas provisórias e cautelares.

A Habita menciona a criação do conflito como uma das estratégias de contestação. Ao trabalharem com o conflito ou ao criarem o conflito frente a um problema de habitação, chama-se à atenção de quem é responsável por fazer leis e cumprir leis, da comunicação social e do público em geral, pois a intenção é fazer com que a sociedade perceba este problema, assim como, o poder público assuma esta responsabilidade de propor soluções.

Outra estratégia mencionada tanto pela Habita como pela Stop Despejos é a criação das contra narrativas que possuem o propósito de contestar as narrativas da cidade neoliberal sobre a propriedade privada, turismo e habitação. As contra narrativas são feitas por meio de campanhas de comunicação e campanhas políticas, com informações sobre a realidade vivenciada por muitos indivíduos, famílias, comércios locais e pela própria cidade em si que não são divulgadas pelos meios tradicionais, tomando partido em defesa de uma cidade para toda população.

Na categoria de desenvolvimento de pesquisas, não há nenhuma organização ou coletivo que faça pesquisas sobre inovação social (Moulaert et al., 2005; Moulaert e Dyck, 2013a; Moulaert et al., 2017). De forma geral, o trabalho é direcionado para a prática (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010), contudo, a questão de pesquisa aparece nas propostas de debates sobre temas específicos, ao convidarem pesquisadores ou pessoas representantes de outras organizações e coletivos para falarem de determinado tema, como é o caso do Morar em Lisboa e da Habita com os debates presenciais e online. Um outro fator interessante é o envolvimento de professores ou estudantes nestas associações e coletivos, que ao fazerem parte de grupos de pesquisas e escreverem artigos acadêmicos, acabam por envolverem a dimensão teórica e prática nas questões da gentrificação turística em Lisboa e da crise na habitação.

A Stop Despejos coloca que para as campanhas de comunicação e para as campanhas políticas há uma componente de pesquisa, e que a pesquisa vai ser sempre no sentido da proposta da campanha, e que também podem estar conectadas à compreensão de novos programas propostos pela CML para a habitação, e compreensão de leis, e de direitos que possuímos como cidadãos.

Neste sentido, o significado de pesquisa adotado por estes coletivos e organizações vai mais ao encontro de informar e formar uma consciência crítica sobre o contexto da gentrificação turística e da crise na habitação para a defesa e garantia de direitos, num sentido de mudança sociopolítica, numa construção conjunta com as bases. O que difere da proposta de pesquisa ontológica interdisciplinar e transdisciplinar na área das ciências sociais e humanas para o campo da inovação social proposto por Moulaert e Van Dyck (2013a), aproximando-se mais da pesquisa como um jogo criativo proposto por Taylor (1970).

2.3 A “coroa” da moeda –o paradigma tecnocrático

Neste item voltamo-nos para as questões teóricas e práticas propostas pelo paradigma tecnocrático da inovação social com o objetivo de perceber, encontrar e relacionar o que descrevemos na teoria com o trabalho desenvolvido por estas associações e coletivos.

Nas categorias referentes ao desenvolvimento e uso de metodologias, produtos ou serviços, nosso objetivo era tentar perceber se estas associações e coletivos fazem uso de estratégias ou planeamento de negócios para a criação de alguma solução para o problema social da gentrificação turística, materializado em algum produto ou serviço, como propõem Mulgan (2006), Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) e Westley (2008) para o desenvolvimento de inovações sociais. As entrevistas revelaram que nem as associações e nem os coletivos possuem este objetivo ou pretensão. A AIL apesar de ser uma cooperativa, uma empresa social, declara não utilizar nenhum plano de negócios para melhorar os serviços já prestados ou para criar novos projetos ou serviços. A APPA afirma que não utiliza ferramentas de planos de negócios, trabalhando com candidaturas para concorrer a financiamentos de projetos, e que a associação deseja criar junto com os artesãos do bairro um objeto artesanal que fale sobre a Alfama, futuramente.

O Morar em Lisboa e a Stop Despejos por serem coletivos, não desejam se formalizarem ou trabalharem com o mercado. Igualmente, a Habita aponta que é pelo mercado, pelo sistema capitalista, que a crise da habitação e da gentrificação turística instala-se, ou seja, não é com ou por meio do mercado que desejam encontrar soluções (Montgomery, 2016; Fougère, Segercrantz e Seeck, 2017). Indicando o caminho da economia solidária, de desenvolvimento de bairros e de redes locais para concretizações de mudanças sociais em microescalas.

Outro ponto muito importante que a Habita revela no seu depoimento é o de não querer eximir o papel do Estado de sua responsabilização frente aos problemas sociais, ou seja, o papel da Habita como associação não é o de propor ou encontrar soluções, pois esta função compete ao Estado, e sim é reivindicar e garantir que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, como também, propor mudanças de leis, programas e serviços prestados pelo Estado.

Devido a estas questões, boa parte dos entrevistados também não criam, mapeiam, multiplicam e fazem difusões de metodologias, contudo a Stop Despejos diz que estão a pensar em criar um “kit antidespejo” que possa conter todas as informações necessárias de

como resistir a um despejo, informações de direitos básicos e sobre questões policiais. Já o Morar em Lisboa, acredita que não há necessidade de replicar ou ensinar o que fazem, pois cada um possui as suas características e seu jeito de trabalhar (Taylor 1970).

Já na categoria parceria e/ou apoio financeiro do setor público ou privado, há uma preocupação e entendimento de todos os entrevistados que ao terem parcerias ou financiamento público ou privado poderiam perder sua autonomia. Apesar disso, a APPA recebe apoio financeiro da Junta de Freguesia de três em três meses para as atividades e manutenção da associação, assim como, concorre com projetos para editais públicos da CML. E a AIL possui um protocolo de parceria com a CML para as pessoas que não possam pagar pelos seus serviços, a CML pagar. Contudo, estes financiamentos não se dirigem a criações de soluções conjuntas para o problema social da gentrificação turística, são protocolos já pré-definidos da CML de apoio as associações e cooperativas de Lisboa.

Sobre a priorização de especialistas para a resolução de problemas sociais, esta questão passa por chamar especialistas para encontros que tenham temas específicos para informar ou debater sobre a gentrificação turística e à habitação ou quando são requisitados para darem pareceres em questões públicas e políticas, como é o caso da AIL, Morar em Lisboa e APPA. Porém, podemos dizer que existe a participação de especialistas, por exemplo, de advogados, em questões jurídicas durante o trabalho das associações e dos coletivos, como também, de professores e estudantes de mestrados e doutorados na área da arquitetura, habitação, gentrificação turística, gentrificação, geografia e urbanismo, a participarem de ações destas associações e coletivos.

Por último, na categoria de preocupações económicas voltadas para o social, esta preocupação passa por um desejo de poder pagar as pessoas que trabalham voluntariamente, como é o caso da Habita e da APPA. O Morar em Lisboa e a Stop Despejos como são coletivos, não se preocupam com questões económicas, sendo uma escolha pessoal o querer ser ativista e doar seu tempo para à causa da habitação.

Não que no caso da Habita e da APPA também não o sejam, mas nos coletivos já à partida, sabes que o trabalho é voluntário e sem pretensões de formalização. A AIL é a única que possui trabalhadores remunerados. Ou seja, não há uma preocupação de sustentabilidade económica a partir da criação de uma ideia para resolver o problema social da gentrificação turística em Lisboa, como propõem Westley (2008) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010).

Diante de todas estas questões, percebemos que há uma distância muito grande entre a teoria e a prática proposta de inovação social dentro do paradigma tecnocrático em relação ao trabalho desenvolvido por estas associações e coletivos. Evidenciando que no caso específico da problemática social da gentrificação turística em Lisboa, as características do paradigma democrático da inovação social predominam como caminho escolhido para se chegar a possíveis mudanças e soluções.

Considerações Finais

O presente trabalho de investigação teve como principal propósito contribuir para a discussão conceptual do fenómeno da inovação social ao perceber em que medida o trabalho desenvolvido por organizações, movimentos sociais ou coletivos relacionados com o problema social da gentrificação turística em Lisboa, podem ser ou não “inovação social” e em qual paradigma da inovação social podemos situá-las.

Neste sentido, conseguimos perceber que as três associações e dois coletivos entrevistados desenvolvem inovações sociais tanto a nível micro como macro, culminando em revogações ou criações de novos projetos de leis na área da habitação e arrendamento; criação de espaços para a escuta, defesa e representação de pessoas que estejam a passar por situações de despejos, casas demolidas, não renovações de contratos de arrendamentos e *bullying* imobiliário; impedimento de desenvolvimento de projetos gentrificadores; defesa e garantia de direitos; influência em criações de políticas públicas na área da habitação, a nível nacional como internacional; construção de narrativas que representem a si próprias; e desenvolvimento de redes para à defesa de pessoas, grupos e bairros para o direito à habitação, assim como, contra a privatização de espaços públicos.

Podemos perceber que as inovações sociais aqui representadas inserem-se num âmbito político, num trabalho constante de mobilização, representação, ativismo, e muitas vezes de resistência. Desta forma, situamo-las no paradigma democrático da inovação social, pois além das questões descritas acima, não são inovações sociais que partem de uma ideia para a criação de um produto, serviço ou projeto para a resolução da problemática social da gentrificação turística, como também, não enxergam a inclusão social ou soluções por meio do mercado.

O desejo de um melhor mundo, mais igualitário, representativo e inclusivo para e com todos, como propõem Moulaert, MacCallum e Hillier (2013b), a busca por uma utopia (Montgomery 2016), e o privilégio do não institucional conectada a uma proposta político-ideológica de esquerda (Godin 2012), são elementos que norteiam a construção de todo o trabalho desenvolvido por estas associações e coletivos, que representam a mundividência das próprias pessoas integrantes destes grupos.

Outra questão importante que o terreno revela, é que a promoção do discurso e de políticas na área da inovação social ligadas ao empreendedorismo social, faz com que, pelo menos as

associações e coletivos entrevistados, não se sintam muito à vontade com a utilização deste termo, chegando até mesmo a optar por não utilizá-lo, pois significa fazer parte de um universo de poder hegemónico e fortalecedor de desigualdades, e que não promove mudanças estruturais com impacto sistémico na sociedade, pelo menos, neste contexto.

Além disso, identificamos que as associações entrevistadas optam e sentem a necessidade de fazerem parte de coletivos e movimentos sociais para exercerem com mais liberdade pressões políticas à Câmara Municipal de Lisboa, ao mesmo tempo, que os coletivos necessitam das associações para concretizarem a garantia de direitos e mudanças de leis. São trabalhos interdependentes e complementares, e neste caso, a contestação política e o trabalhar com e para um melhor contexto político é indissociável para ter-se inovações sociais.

Esta pesquisa também nos trouxe algumas reflexões que nos cabe neste momento pontuar, tais como: de que maneira podemos promover o entendimento da inovação social voltada mais para o paradigma democrático? O conhecimento dos direitos humanos conectado à emancipação política e ao ativismo por políticas e serviços públicos melhores ou novos podem ser um campo de estudo da inovação social? Traçar relações entre o campo de estudo da mudança social e transformação social com o fenómeno da inovação social, a exemplo do trabalho de Maranhão (2017), pode ser um caminho que faça mais sentido para a construção do conceito de inovação social no campo de estudo das ciências sociais e humanas?

Por fim, acreditamos que pesquisas futuras contextualizadas em outras lutas locais possam nos ajudar cada vez mais a melhorar o entendimento e a construção da teoria da inovação social, para além do vínculo com o empreendedorismo social, resgatando o seu sentido mais político de séculos passados.

Bibliografia

Alcântara, Maurício Fernandes (2018), “Gentrificação”, em *Enciclopédia de Antropologia*, consultado a 20/09/2020, em <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação>

André, Isabel, e Abreu, Alexandre (2006), “Dimensões e Espaços da Inovação Social” em *Finisterra*, vol. XLI, nº 81, pp. 121-141, consultado a 15/11/2019, em <<https://doi.org/10.18055/Finis1465>>

Bacon, Nicola, et al. (2008), *Transformers - How local areas innovate to address changing social needs*, London, National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA), PDF em <<https://www.youngfoundation.org/publications/transformers-how-local-areas-innovate-to-address-changing-social-needs>>

Batista, Eraldo Carlos, Matos, Luís A. L., e Nascimento, Alessandra (2017), “A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa” em *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11 (3), p.23-38.

Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70 (tradução).

Bignetti, Luiz P. (2011), “As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa”, *Ciências Sociais Unisinos*, 47 (1), pp. 3-14.

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (org.) (2019), *Cheias de 67*, Lisboa, Vila Franca de Xira. PDF em <https://www.museumunicipalvfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/21083/jornal_cheias.pdf>

Cardoso, Margarida David (2017), “A noite do fim do mundo”, em *Público* (12/11/2017), consultado a 02/04/2021 em <https://www.publico.pt/2017/11/12/sociedade/reportagem/a-noite-do-fim-do-mundo-1791985>

Christensen, Clayton M., Raynor, Michael E. e McDonald, Rory (2015), “What Is Disruptive Innovation?”, *Harvard Business Review*, em <https://hbr.org/2015/12/what-is-disruptive-innovation>

Davis, William (1991), “The innovators”, em Jane Henry e David Walker (orgs.), *Managing Innovation*, London, Sage, pp. 142-149.

Dees, Gregory J. (2001), *O Significado do “Empreendedorismo Social”*. PDF em <<https://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>> (tradução)

Duarte, Rosália (2013), “Entrevistas em pesquisas qualitativas” em *Educar*, 24, p. 213-225, 2004.

Drago, Ana (2021), “Habitação entre crises: partição das classes médias, políticas de habitação acessível e o impacto da pandemia em Portugal” em *Observatório Sobre Crises e Alternativas*, Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, vol 15, consultado a 22/02/2021, em <<https://www.ces.uc.pt/ces/observatorios/crisalt>>

Drucker, Peter F. (1985), *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*, Londres, Butterworth-Heinemann.

Fagerberg, Jan e Godinho, Manuel M. (2006), “Innovation and Catching-Up”, em Fagerberg, Jan, Mowery, David C., e Nelson, Richard R. (orgs.), *The Oxford Handbook of Innovation*, New York, Oxford University Press, pp. 524-535.

Ferreira, Marta Leite (2017), “Cheias de 1967. 21 fotos do rasto de morte que Salazar quis ocultar”, em *Observador* (24/11/2017), consultado a 02/04/2021 em <https://observador.pt/2017/11/24/cheias-de-1967-21-fotos-do-rasto-de-morte-que-salazar-quis-ocultar>

Foddy, William (1996 [1993]), *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta (tradução).

Fougère, Martin, Segercrantz, Beata, e Seeck, Hannele (2017), “A critical reading of the European Union’s social innovation policy discourse: (Re)legitimizing neoliberalism”, em *Sage Journals*, consultado a 03/02/2020, em <

https://www.researchgate.net/publication/312231622_A_critical_reading_of_the_European_Union's_social_innovation_policy_discourse_Relegitimizing_neoliberalis>

Francisco, Luís (2010), “As casas que o povo quis”, em *Público* (25/04/2010), consultado a 02/04/2021 em <https://www.publico.pt/2010/04/25/jornal/as-casas-que--o-povo-quis-19210970>

Gago, Ana (2018), *O aluguer de curta duração e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa*, Lisboa, Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado em Turismo e Comunicação.

Gago, Ana, e Cocola-Gant, Agustin (2019), “O Alojamento Local e a Gentrificação Turística em Alfama, Lisboa” em Ana Cordeiro Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal-Uma abordagem de economia política*, Coimbra, Conjuntura Actual Editora, pp.143-170.

Gerhardt, Tatiana E., e Silveira, Denise T. (orgs) (2009), *Métodos de pesquisa*, Porto Alegre, UFRGS. PDF em < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>>

Godin, Benoît (2012), “Social Innovation: Utopias of Innovation from c.1830 to the Present”, Project on the Intellectual History of Innovation Working Paper N.º 11/2012, Montréal, CSIIC.

Guerra, Carvalho Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Cascais, Príncípia.

Habita, Stop Despejos, Hands Off Our Homes, e European Action Coalition (2018), *A financeirização da habitação na Europa*, Lisboa. PDF em <<https://habita.info/informa-te>>

Jenson, Jane, e Harrison, Denis (2013), *Social innovation research in the European Union – Approaches, findings and future directions*, Luxembourg: Publications Office of the European Union. PDF em: <doi: 10.2777/12639>

Lopes, Edson P. (2008), “O Conceito de Educação em João Amós Comenius”, *Fides Reformata*, XIII (2), pp. 49-63.

Filhos da Madrugada (2021), “Dos Bairros de Barracas da Ditadura ao Direito à Habitação”, em *Filhos da Madrugada*, consultado a 10/04/2021, em <https://filhosmadrugada.wordpress.com>

Maranhão, Luara (2017), *Inovação Social e Mudança Social Transformadora: uma proposta analítica para a compreensão de processos de transformação social*, Coimbra, Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

Marques, Joana Emídio (2017), “Comuna: 45 anos ao serviço do teatro português”, em *Observador* (01/05/2017), consultado a 02/04/2021 em <https://observador.pt/2017/05/01/comuna-45-anos-ao-servico-do-teatro-portugues>

Martes, Ana C. B. (2010), “Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor”, *Revista de Economia Política*, 30 (2), pp. 254-270.

Matos, Madalena (2014), “Metodologias qualitativas e quantitativas: de que falamos?” em *Forum Sociológico*, vol. II, nº 24, consultado a 15/12/2020, em <<http://sociologico.revues.org/1061>>

Mendes, Luís (2017), “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise 2008-2009” em *Cadernos Metrópole*, vol. 19, nº 39, consultado a 10/10/2020, em <doi:<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>>

Mendes, Luís (2021), “Habitação para todos na União Europeia”, em *Público* (24/01/2021), consultado a 06/02/2021 em <https://www.publico.pt/2021/01/24/opiniaio/noticia/habitacao-uniao-europeia-1947672>

Mendes, Luís, Carmo, André, e Malheiros, Jorge (2019), “Gentrificação Transnacional, Novas Procuras Globais e Financeirização do Mercado de Habitação em Lisboa” em Ana Cordeiro Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal-Uma abordagem de economia política*, Coimbra, Conjuntura Actual Editora, pp.113-141.

Monteiro, Alcides (2019), “O que é Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas”, *Dados*, 62 (3), pp. 1-34.

Montgomery, Tom (2016), “Are Social Innovation Paradigms Incommensurable?”, em *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, consultado a 10/11/2019, em < <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-016-9688-1>>

Moulaert, Frank, e Van Dyck, Barbara (2013a), “Framing social innovation research: a Sociology of Knowledge Perspective (SoK)” em F., Moulaert, D., MacCallum, A., Mehmmod, e A., Hamdouch (eds.), *The international handbook on social innovation*, em https://www.researchgate.net/publication/277308644_Framing_social_innovation_research_a_Sociology_of_Knowledge_SoK_Perspective

Moulaert, Frank, et al. (2005), “Towards Alternative Model(s) of Local Innovation” em *Urban Studies*, vol. 42, n° 11 (Outubro), pp. 1969-1990.

Moulaert, Frank, MacCallum, Diana, e Hillier, Jean (2013b), “Social Innovation: intuition, precept, concept, theory and practice” em F., Moulaert, D., MacCallum, A., Mehmmod, e A., Hamdouch (eds.), *The international handbook on social innovation*, em <https://www.researchgate.net/publication/293183563_Social_innovation_Intuition_precept_concept_theory_and_practice>

Moulaert et al. (2017), Social Innovation as a Trigger for Transformations – The Role of Research, Brussels, European Commission. PDF em < [doi:10.2777/68949](https://doi.org/10.2777/68949)>

Mulgan, Geoff (2006), “The Process of Social Innovation”, *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1 (2), pp. 145-162, consultado a 15/11/2019, em <<https://doi.org/10.1162/itgg.2006.1.2.145>>

Mulgan, Geoff, et al. (2007), *Social Innovation – What it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford, Said Business School – University of Oxford.

Murray, Robin, Caulier-Grice, Julie, e Mulgan, Geoff (2010), *The Open Book of Social Innovation*, London, The Young Foundation e NESTA. PDF em <<https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf>>

Parente, Cristina, Marcos, Vanessa, e Diogo, Vera (2014), “Sobre inovação e empreendedorismo social”, em Cristina Parente (ed.), *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, pp. 242-259.

Parente, Cristina, e Quintão, Carlota (2014), “Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social”, em Cristina Parente (ed.), *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, pp. 11-70.

Pavel, Fabiana (2016a), “Gentrificação e turistificação: o caso do Bairro Alto em Lisboa”, em *Le Monde Diplomatique, ed. Portuguesa*, (s/d/04/2016), pp. 6-7.

Pavel, Fabiana (2016b), “O papel das políticas da CM de Lisboa na turistificação da cidade”, em *Esquerda* (08/10/2016), consultado a 04/01/2020, em <https://www.esquerda.net/dossier/o-papel-das-politicas-da-cm-de-lisboa-na-turistificacao-da-cidade/44802>

Pavel, Fabiana (2020), “Em que casa fico? Reflexões acerca do direito à cidade e à habitação em tempo de Covid-19” em *Finisterra*, vol. LV, nº 114, consultado a 04/01/2021, em [doi: 10.18055/Finis19764](https://doi.org/10.18055/Finis19764)

Pearson, Alan W. (1991), “Managing innovation: an uncertainty reduction process”, em Henry, Jane, e Walker, David (orgs.), *Managing Innovation*, London, Sage, pp. 18-27.

Phills Jr, James A., Deiglmeier, Kriss, e Miller, Dale T. (2008), “Rediscovering Social Innovation”, em *Stanford Social Innovation Review*, consultado a 05/11/2019, em https://ssir.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation#>

Pincha, João Pedro (2021), “Na Rua dos Lagares pousam-se armas mas não as enterram”, em *Público* (26/02/2021), consultado a 04/03/2021 em <https://www.publico.pt/2021/02/26/local/noticia/rua-lagares-pousamse-armas-nao-enterram-1952306>

Pinto, Luísa, Barros, Rui, Sousa, Gabriel, Jorge, Sílvia, e Oro, Aitor Varea (2021), “O que fez disparar o preço da Habitação nos últimos anos?”, em *Público* (07/03/2021), consultado a 10/03/2021 em <https://www.publico.pt/habitacao-do-protesto-a-proposta/o-que-fez-disparar-preco-habitacao-ultimos-anos>

Pol, Eduardo, e Ville, Simon (2009), “Social innovation: Buzz word or enduring term?” em *The Journal of Socio-Economics*, vol. 38, nº 6, pp. 878-885, consultado a 16/11/2019, em <<https://doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>>

Quivy, Raymond, e Campenhoudt, Luc V. (1998 [1995]), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva (tradução).

Rocha, Cristiane S., Gobbi, Beatriz C., e Simão, Ana A. (2005), “O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método”, em *Organizações Rurais & Agroindustriais*, vol. 7, nº 1, consultado a 15/12/2020, em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87817147006>>

Sarkar, Soumodip (2007), *Empreendedorismo e Inovação*, Lisboa, Escolar Editora.

Schumpeter, Joseph A. (1997 [1964]), *Teoria do Desenvolvimento Econômico – Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*, São Paulo, Nova Cultural (tradução).

Schwab, Klaus (2018), *A Quarta Revolução Industrial*, São Paulo, Edipro (tradução).

Silva, Ana A., e Almeida, Joana (2015), “Palcos de inovação social: atores em movimento(s)”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXX, pp. 35-54.

Silva, Rocha Cristiane, Gobbi, Christo Beatriz, e Simão, Adalgisa Ana (2005), “Uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método” em *Organ. rurais agroind*, vol. 7, nº 1, pp. 70-81.

Soares, Dina, e Bourgard, Joana (2017), “Cheias de 1967 - A tragédia que Salazar quis esconder”, em *Renascença* (26/11/2017), consultado a 02/04/2021 em <https://rr.sapo.pt/cheias-1967>

Soares, Pedro Filipe Crespo (2019), *Gentrificação e Turismo na Cidade de Lisboa: o caso da Mouraria*, Lisboa, FA ULisboa, dissertação de mestrado em Arquitectura.

Taylor, James B. (1970), “Introducing Social Innovation”, *The Journal of Applied Behavioral Science*, vol. 6, (1), pp. 69-77.

Teixeira, Manuel C. (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, vol. XXVII, nº 115, pp. 65-89.

Warren, Nilsson, e Paddock, Tana (2014), “Social Innovation From the Inside Out”, em *Stanford Social Innovation Review*, consultado a 05/11/2019, em <https://ssir.org/articles/entry/social_innovation_from_the_inside_out#>

Westley, Frances (2008), *The Social Innovation Dynamic*, Waterloo Institute for Social Innovation and Resilience. PDF em <<http://sigeneration.ca/blog/wpcontent/uploads/2010/07/TheSocialInnovationDynamic.pdf>>

Xerez, Romana, Pereira, Elvira, e Cardoso, Francielli Dolprá (2019), *Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional*, Lisboa. PDF em <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/habitacao>

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião de Entrevista

1. Por quais motivos a (nome da associação ou coletivo) foi criada?

2. Qual era o perfil das pessoas que criaram a (nome da associação ou coletivo)? Para algumas destas pessoas o termo “inovador social” se aplicaria? Sim ou não e por quê?

3. Que tipo de trabalho é realizado pela (nome da associação ou coletivo) relacionado com as consequências que a gentrificação turística trouxe para as pessoas e bairros da cidade de Lisboa?
 - 3.1 Para desenvolver estes trabalhos são contratadas pessoas ou é de forma voluntária? Ou é um pouco das duas modalidades, a depender da ação?

 - 3.2 Em quais locais são realizados estes trabalhos?

 - 3.3 As próprias pessoas afetadas pela gentrificação turística participam na criação e no desenvolvimento destes trabalhos? Se sim, de que forma?

 - 3.4 Outras organizações, pequenos estabelecimentos, pessoas e grupos locais são incluídos para o desenvolvimento do trabalho exposto?

4. A (nome da associação ou coletivo) participa de alguma rede de organizações, de contactos ou espaços que possuam a função de conectar pessoas, ideias e recursos na busca de soluções para as pessoas, bairros e cidades afetadas pela gentrificação turística? Se sim, quais são? Se não, por quê?
 - 4.1 Como estas redes são construídas?

 - 4.2 Como é o desenvolvimento deste trabalho em rede?

 - 4.3 Quais são os benefícios de fazer parte de uma rede?

5. Há relações de parceria entre a (nome da associação ou coletivo) com o setor público ou o setor privado na busca de soluções comuns para a questão da gentrificação turística em Lisboa? Se sim, que tipo de parceria? Se não, por quê?

6. No trabalho desenvolvido ou na construção de redes há uma preocupação por ter pessoas, coletivos ou organizações de diferentes áreas de conhecimento e pessoas de diferentes classes sociais e áreas de formação que possam contribuir para o planejamento e ação do trabalho?
7. O trabalho até agora exposto possui uma componente de pesquisa teórica ou é mais direcionado para a elaboração de ações?
8. Há neste trabalho descrito algum programa, projeto, produto ou serviço criado pela (nome da associação ou coletivo) que foi introduzido no mercado para solucionar a problemática da gentrificação turística? *Se a resposta for sim, fazer a próxima pergunta - Como foi o desenvolvimento desta criação até a introdução no mercado, houve algum plano de negócios ou algo similar?
9. As decisões para o desenvolvimento do trabalho descrito são tomadas de forma horizontal, todas as opiniões possuem o mesmo peso ou há uma hierarquia?
10. A (nome da associação ou coletivo) guia-se por alguma prática feita por outra organização, coletivo, movimento social e/ou iniciativa que deram bons resultados na busca por propostas de soluções sobre a mesma problemática da gentrificação turística?
11. É uma preocupação da (nome da associação ou coletivo) ensinar o que ela faz para outras organizações, pessoas ou coletivos? Num sentido de multiplicar suas práticas?
12. O que já foi conseguido realizar até agora e que se pode dizer que foram vitórias alcançadas pela (nome da associação ou coletivo)?
13. O que para si é inovação social?
14. Você considera o trabalho realizado pela (nome da associação ou coletivo) em relação a questão da gentrificação turística um exemplo de inovação social? Sim ou não e por quê?
15. Se a resposta for sim, como a (nome da associação ou coletivo) faz o uso do termo inovação social?

Apêndice 2 – Grelha de análise de conteúdo

Categorias	Unidade de contexto	Unidade de registo
<p>Percepção das pessoas que iniciaram a associação ou o coletivo como inovadores sociais</p>	<p>APPA: “Pode-se dizer que sim, que as pessoas que criaram a associação poderiam ser chamadas de inovadores sociais (...) e foi importante porque criaram-se os gabinetes técnicos da Alfama (...) a Câmara criou gabinetes integrados onde era tudo decidido naquele gabinete, onde, portanto, houve aqui uma grande inovação para a recuperação do bairro, claro que sim”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Inovadores sociais? O que entendes como inovadores sociais? Assim, inovadores, não sei se eu utilizaria essa palavra, no sentido de que o ativismo existe já há muito tempo, não é? Propriamente uma inovação, não é, uma novidade, agora se a inovação é no que diz respeito a trazer mudanças na sociedade, na política e por aí fora, aí, pronto, se calhar sim, não sei, depende do ponto de vista da utilização deste termo, digamos assim”.</p> <p>Habita: “Oh pá, é assim, eu acho que devias perguntar isso a essas pessoas, não é, tipo da perspectiva que eu tenho, é que o termo inovação social ou inovador social não se adequa muito, porque isto é uma questão de resistência, não é? Acho que essas pessoas se identificam mais como ativistas do que como inovadores sociais, não é? Eu acho que a terminologia inovação social é um bocadinho cooptado pra criação de projetos, eu entendo, ou seja, eu entendo que seja usado, mas acho que temos alguma dificuldade em relacionar-nos com este termo, por que, e pá, ter uma casa não é uma questão de inovação social, não é? É um direito básico. Então, como é que nós podemos nos chamar de inovadores quando estamos a defender um direito básico? É um direito humano, não é? Que é um direito constitucional, que é um direito económico. Acho</p>	<p>Inovadores sociais como criadores de soluções para problemas sociais</p>

	<p>estranho chamarem isso inovação social, não é? Acho que, acima de tudo é resistência”.</p> <p>AIL: “Completamente, o anarcossindicalismo. Estamos a falar dos inícios do comunismo. Portanto, a inovação não podia ser maior, do ponto de vista sociopolítico. E foi um período super efervescente precisamente. E foi por isso que foi um período tão desestabilizado, aliás, com tanta instabilidade política e que depois foi abafado pelo próprio surgimento do golpe de Estado que deu origem ao fascismo, não é, portanto, pode-se dizer que havia ali verdadeiramente, eu acho que isso é que era a verdadeira inovação sociopolítica, porque era uma inovação engajada politicamente, não é, e que dava consciência de classe aos grupos, não é? Os grupos uniam-se, havia ali uma consciência de classe muito forte, e isso era muito importante”.</p> <p>Stop Despejos: “É sim, eu não estou muito familiarizado com o termo. Parece-me um termo se calhar um pouco académico, não sei, também um pouco ligado a políticas mais reformistas, talvez. Eu diria que não, que a partida não utilizaríamos, não é, porque eu acho que nós temos uma posição um pouco mais de rutura, às vezes. E muitas vezes o que acontece, é que, por mais interessante que sejam as iniciativas, às vezes sentimos que estão sempre muito coladas a uma lógica qualquer do sistema dominante, que no fundo quer melhorar as coisas através destas pequenas reformas. Nós às vezes sentimos que somos mais adeptos a ruturas um bocadinho maiores”.</p>	
<p>Atribuição de significado a inovação social</p>	<p>APPA: “Eu não sei o que é isso não, diga-me lá! Explique-me lá o que vocês querem dizer com isso de inovação social (...) às vezes, eu fico, porque não é a primeira vez, não é só a Bruna que me pergunta isso, eu acho piada, isso é só pra fazer de conta, pra enganar as pessoas (...) a inovação social é pras pessoas, que consigam emprego, que tenham casa e que possam pagar, isso pra mim é que é inovação social, é pra isso que agente está cá e luta todos os dias. E agora, eu às</p>	<p>Inovação social pelo contexto do desenvolvimento humano ou inovação social pelo contexto do empreendedorismo social</p>

	<p>vezes digo que, e é isso, e quando aparece muitos projetos, porque se olhares bem tens aí projetos que nunca mais acabam, é o projeto pro clima, é o projeto pra isto, é o projeto pra aquilo, mas depois na prática esses projetos só servem para movimentar dinheiro dentro de um grupo muito fechado e as pessoas continuam na mesma, a ter falta de emprego, a ter falta de habitação, a ganharem uma miséria, a viverem muito mal, ou seja, no fim de contas, os que já são ricos continuam muito ricos, e os pobres continuam é mais pobres. Tens o exemplo daquela coisa, como é que se chama, aquela das informáticas, que é uma coisa muito importante, como é que se chama aquilo...ah o Summit, sabes? Tu tens esse exemplo muito concreto, tudo altos escalões, grandes informáticos, e depois tem uma miséria miserável, não é? (...)</p> <p>Morar em Lisboa: “Pois, queria saber isso melhor! Isso é eu que pergunto a ti! Eu que quero fazer essa pergunta! É assim, descontextualizando, é um bocadinho, pode ser tudo e mais alguma coisa, seria preciso ver qual o contexto específico em que é utilizado”.</p> <p>Habita: “(...) quando eu penso inovação social, eu penso sempre no mercado e ligado ao empreendedorismo social, e que não há pachorra para isso, porque nós trabalhamos tipo, para desconstruir essa ideia, não é? Então, como é que tu vais chamar a isto? Eu acho que, se qualquer pessoa que tivesse aqui da Habita, ia, tipo, sei lá, ficar muito incomodada de ser chamada inovadora social, estás a ver, e acho que ninguém acha que é uma inovação social, mas depois da tua conversa, depois da nossa conversa, eu acho que há coisas que nós realmente estamos a inovar, estamos a inovar neste sentido de luta nestes dias, não é?”</p> <p>Stop Despejos: “Não sei responder muito bem a questão, não sei, acho que passa por um dinamismo sustentável da sociedade, não sei, dinamismo do tecido social, mas não sei muito bem, assim, explicar tecnicamente, não sei, não conheço o conceito. São termos que depois as pessoas usam correntemente, mas pelo menos falo por</p>	
--	--	--

	<p>mim, que associamos logo a uma lógica hegemónica, não é”.</p> <p>AIL: resposta na categoria “percepção das pessoas que iniciaram a associação ou coletivo como inovadores sociais” e na categoria “percepção do próprio trabalho como inovação social”.</p>	
<p>Percepção do próprio trabalho como inovação social</p>	<p>APPA: “(...) queremos o bairro recuperado, queremos que os turistas vão lá como iam antes, mas que haja equilíbrio entre os turistas e as pessoas, tem que haver políticas de equilíbrio, nós não estamos contra os turistas, nós achamos que o turista faz falta ao bairro, queremos que haja emprego para as pessoas, no fim de contas, queremos que o bairro da Alfama melhore, que seja melhor do que era há uns anos. Que melhore, mas tenha aquilo que sempre teve, o bairro da Alfama tinha emprego, dava emprego, tinha atividade económica, tinha uma série de serviços públicos, tinha muitas coisas que foram retiradas (...) mas, a inovação social não chega só porque a gente a põe no papel, é muita luta, muita resistência”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Pois, isso é aquilo que te respondi a bocado, é assim, o que fazemos é um trabalho de ativista, o ativismo não é propriamente uma inovação, é uma coisa que existe há muitíssimo tempo. Agora, a parte da inovação, não sei, onde pode estar a inovação exatamente, sinceramente eu não sei te responder”.</p> <p>AIL: “Eu acho que sim, porque a AIL é uma cooperativa de serviços, na verdade é uma espécie de empresa social, porque presta serviços de acompanhamento, incluindo os vulneráveis, não é, que são sócios, que tem que pagar uma cota de 35 euros ao ano. Portanto, não é algo absurdo, é um valor simbólico, não é uma cota muito elevada e o que acontece é que essas pessoas acabam por ter apoio técnico e jurídico na nossa associação. Portanto, de certa forma, como fazemos esse trabalho, eu acho que a inovação social está presente. É uma inovação se calhar menos evoluída que a Stop Despejos</p>	<p>O propósito do trabalho é criar e gerar inovações sociais</p>

	<p>ou a Habita, não é, que estão mesmo na luta de base, nós fazemos um apoio, mas de uma forma mais conformista. Conformista e reformista digamos assim. Portanto, o que a AIL tem ao contrário da Habita e da Stop Despejos que são associações mais de base, a AIL faz um trabalho de parceria com o governo e de auxílio, e que tem até protocolos, a AIL tem protocolos com a CML (...) funciona como uma empresa social e agora tem muita legitimidade política (...) eu acho que nós somos uma inovação tecnocrática, mas que somos ouvidos, ou seja, não aquela tecnocracia da cidadania participativa, não é. Tipo, vamos lá ouvir, mas depois vamos nos por ao lado do governo, vou ouvir os coletivos, as associações, a população, mas depois só tiro as ideias que me interessa e que legitima o meu projeto e excluo outras ideias, não, não, não! Nós temos exemplos claros do governo aceitar ideias que nós estávamos a dar como inovadoras, portanto ideias que nós sugerimos e eles aceitavam, há muitos exemplos destes”.</p> <p>Stop Despejos: resposta na categoria “percepção das pessoas que iniciaram a associação ou coletivo como inovadores sociais”.</p>	
<p>Decisões horizontais ou hierarquizadas</p>	<p>APPA: “(...) reunimos a direção, perguntamos estão de acordo, e estamos de acordo, vamos embora assumir e assumimos essa responsabilidade”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Nós trabalhamos em forma horizontalizada, as decisões são tomadas em conjunto, e todos os votos têm o mesmo peso, e quando alguém discorda, porque acontece também, o que conta é o voto da maioria (...) então chamo toda a coordenação para discutirmos, mas digamos que não é necessário, temos também confiança um no outro e, portanto, não é necessário falar diariamente, digamos assim (...) portanto, há coordenação da qual fazem parte algumas pessoas, algumas delas representam, por exemplo a Lurdes, está na coordenação como representante da APPA, e o que fazemos, temos reuniões mais ou menos</p>	<p>O valor de cada opinião no grupo como elemento fortalecedor e integrador da equipa de trabalho na resolução de problemas sociais</p>

	<p>mensais, mas, vamos falando por e-mail, por telefone em virtude do que acontece também, enfim, depende do momento, de quais são os pedidos e as necessidades específicas, há coisas que aparecem de repente que tem que ser resolvidas e tem que ser discutidas, portanto, digamos que é flexíveis desse ponto de vista. Depois cada um de nós também tem algumas tarefas digamos assim, por exemplo eu, juntamente com o Luís Mendes tratamos da página <i>Facebook</i>, eu sou responsável também pelo site, e pronto, essas coisas eu vou fazendo, não preciso estar sempre a comunicar com os outros”.</p> <p>Habita: “(...) todas as decisões são discutidas em grupo (...)”.</p> <p>AIL: “Reunimos, a direção reúne, raramente temos que ir a votos, é por maioria. Quer dizer, é uma espécie de consenso, mas também a palavra final é do presidente, o presidente da direção, o Romão Lavadinho. Ouço, sempre nosso Secretário-geral e o nosso Presidente, que são pessoas mais esclarecidas, que tem mais conhecimento da matéria. Se for uma coisa muito importante tem que ir à direção. Mas se forem assim, coisas que a gente vê que está em causa a credibilidade da associação, ou mesmo o trabalho que é feito, nós aí pedimos ao Romão uma última palavra, e ao Machado, uma última palavra. Mas, geralmente são por consenso ou por maioria”.</p> <p>Stop Despejos: “Quando fazemos essas campanhas políticas que passam mais por contra narrativas ou contra informação, nós normalmente o que fazemos nas assembleias que são sempre semanais, normalmente temos sempre uma série de assuntos para tratar. Então, não dá para ser ali, o centro de trabalho, digamos assim, portanto, o que nós fazemos normalmente é criar um grupo de trabalho, depois para essas campanhas e etc. Depois o grupo vai à assembleia, e à assembleia, sei lá, se for preciso tomar alguma decisão, tomamos todos coletivamente, mas o grupo de trabalho é que vai fazendo essas pesquisas, e tem alguma autonomia.</p>	
--	---	--

	<p>Embora as decisões mais importantes sejam sempre decididas na assembleia, com toda a gente”.</p>	
<p>Vitórias conquistadas</p>	<p>APPA: “(...) a vitória mais importante, que está assim mais palpável, é a questão do Museu Judaico. E a proteção do Largo de São Miguel e essa foi uma vitória, e é uma vitória muito importante, porque a população a princípio achava que não teríamos tanta força para resolver este assunto né? Essa foi uma grande vitória, criou muito prestígio a associação. Vitórias é por exemplo, quando vocês vão ver o nosso trabalho, depois nos contactam para falar connosco, sobre a nossa experiência de trabalho, sobre a nossa, no fim de contas, a nossa luta e a nossa resistência que é a defesa do bairro, isso também são vitórias (...) quando resolvemos os problemas da habitação com as pessoas, que as pessoas estão completamente desanimadas, não querem saber, que a gente consegue resolver, e vou lhe dizer que ultimamente temos tido algumas vitórias muito boas (...)”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Bem, olha, por exemplo, bom, na verdade é mais da APPA do que do Morar em Lisboa, essa coisa que eu te contava a bocadinho, desse edifício que queriam vender e despejar todas as famílias, foi mais a APPA que trabalhou pra isso, mas pronto, essa foi a última grande vitória, porque foi quando conseguiu-se fazer com que a Câmara comprasse um edifício e as famílias ficassem aí, isso é muito importante (...) quando surgiu a questão do Martim Moniz, não sei até onde tu conheces a história, surgiu um movimento próprio que é o Jardim Martim Moniz, nesse caso, também o Morar em Lisboa se envolveu muito e trabalhamos em conjunto com essas outras associações que não fazem parte do Morar em Lisboa, mas tínhamos um interesse em comum, e, portanto, criou-se um trabalho de troca de informações e de ações também, e essa foi uma grande vitória, não é? Porque conseguiu-se travar aquele processo, ainda não acabou, vamos ver o que que aconteceu, mas, entretanto, foi possível ter esse resultado que é muito positivo.</p>	<p>Desenvolvimento de inovação sociais</p>

	<p>Também o facto de sermos chamados, do ponto de vista da Câmara e da Assembleia Municipal e da Assembleia da República, também já nos dá um certo valor, somos chamados diversas vezes a dar o nosso parecer sobre temáticas específicas (...), quando se elaborou a Lei de Bases da Habitação, por exemplo, isso pra nós é muito importante. É aí que temos a possibilidade de tentar mudar as coisas ou de fazer ouvir. Enfim, esses pareceres não são vinculativos, mas de qualquer maneira é importante conseguir ter espaço pra falar e pra opinar (...) a mesma coisa vale também pra todos os jornalistas que nos contactam”.</p> <p>Habita: “Eu acho que há duas grandes vitórias, digamos, no nosso imaginário, que tem a ver com esta coisa do bairro Santa Filomena, da demolição e da denúncia do PER (Programa Especial de Realojamento) que estava a deixar gente de fora, e que era preciso outro programa, não é? E também ter conseguido chegar, tipo, que a relatora especial pra habitação da ONU, que conseguisse falar de questões da habitação em Portugal e temos ainda esta coisa, que ainda estamos em contacto, que muitas vezes à Amnistia Internacional, que quando vem cá alguma visita de fora, nos ligam, a Habita, por favor, podem ir ao terreno? E nós, tá bom. Termos conseguido revogar o PER, o Estado português foi tipo, recebeu um aviso de que, olha, este programa não está a resultar, vocês precisam de investir na habitação pública, e então, e aí surgiu o 1º Direito, que ainda tipo, ainda está a ser regulamentado, aliás, já foi regulamentado, mas é uma coisa que existe verbas que são dadas aos municípios, pra eles, mas eles têm que ter a sua estratégia local de habitação (...) depois no bairro 6 de Maio, também acho que o bairro 6 de Maio é uma vitória, porque as pessoas iam ficar sem casa, ainda há pessoas que não têm uma casa com condições dignas, atenção! Mas foi muito longo, foi uma luta, eu entrei em 2019 e ainda havia uma demolição no bairro 6 de Maio, ou seja, isto do bairro 6 de Maio, acho que já estava desde 2015. Então, eu acho que isso é importante. Acho que uma coisa boa foi a criação da assembleia de moradores também. Vários bairros autoconstruídos, aí esta, alguns deles já</p>	
--	---	--

	<p>não existem, como bairro da Torre, ainda há pessoas lá a viver, mas tipo, foram sendo demolidas e as pessoas foram sendo realojadas, mas é o facto das pessoas terem participado nestas assembleias e na caravana pela habitação, depois de algumas ferramentas a nível de organização, que é isso que nós queremos, nós podemos chegar, falar, continuar, mas depois haver uma continuidade, não é? Acho que, apesar da assembleia de moradores não funcionar, porque era, se não me engano, era tipo, Amadora com o Bairro da Torre, depois eram os da Jamaica no Seixal e havia outro. E apesar de não estava a funcionar, houve ali qualquer coisa que foi construída, não é? E que evoluiu por si (...).”</p> <p>AIL: “(...) acho que nós por estarmos envolvidos no Movimento Morar em Lisboa conseguimos muitas coisas. Conseguimos que a Lei do Alojamento Local fosse alterada em 2018. Portanto, em 2014, a última versão da Lei, que foi profundamente neoliberal e nós conseguimos, através do nosso trabalho alterar a Lei em 2018. Depois da Lei de 2012, estou a falar do período mais recente, saíram uma série de leis desde 2015 e 2016, de um governo mais de esquerda ou governo geringonça, para tentar alterar, tentar colmatar algumas dificuldades da Lei de 2012, e nós tivemos em todas estas leis. Nós fomos decisivos em todas essas leis. Depois a questão também do alargamento do período transitório, da Lei 2012, também fomos nós. O impedir os despejos, a moratória dos despejos, agora do COVID e da renovação dos contratos, fomos nós. Todas as outras associações fizeram petições, mas foi o nosso ofício, foi através do nosso ofício, o Presidente da República, respondeu-nos, o Primeiro-Ministro respondeu-nos, foi o nosso ofício. Repara, é muito importante fazer manifestações e estar na rua e fazer todo aquele trabalho, isso sempre é muito importante e nós também fazemos isso. Mas, o trabalho de articulação política é fundamental. Porque, muitas das reivindicações que os movimentos sociais fazem e as associações, não chegam nem sequer aos ouvidos dos políticos. São quase como reclamações, está a perceber</p>	
--	--	--

	<p>(...) é preciso pegar no Livro Vermelho, fazer a reclamação, escrever a reclamação e depois haver resposta, percebe? Tem que ser mais formal, tem que ser mais normativo, senão, pura e simplesmente não é tido em conta, e, muitas das coisas que nós temos, grandes conquistas em termos de arrendamento são conquistas que a AIL participa e acaba por informar o governo até. É um facto, aliás, se viu o debate, vês à Secretária de Estado a dizer isso e a Vereadora da Habitação a dizer isso. Claro, que isto coloca-nos num papel muito tecnocrático, lá está. A Habita e a Stop Despejos não gostam nada, mesmo sendo meus amigos e nossos amigos, não gostam de nada de nós por nós trabalharmos dessa forma. Mas, é uma forma que nós temos, de conseguir que existam reformas. Se não as coisas não evoluem de forma alguma”.</p> <p>Stop Despejos: “Pronto, vitórias, houve casos individuais, desde casos onde conseguimos parar despejos, casos onde conseguimos fazer pressão na Câmara, e a Câmara dar uma habitação social. Casos onde, se calhar, tem mais a ver com campanhas, como por exemplo, houve uma altura, antes da pandemia em que havia um projeto para a Praça do Martim Moniz, em Lisboa, que era de uma empresa que nós na altura estávamos a fazer ou já tínhamos feito também uma campanha contra eles, a <i>Stone Capital</i>. No fundo, é uma empresa de luxo que tem neste momento, tem mais de 50 projetos em Lisboa, e que é assim uma força gentrificadora muito grande (...) são construções que tem um impacto muito grande ao nível da gentrificação, não é, das transformações no tecido socioeconómico do bairro etc. Eles estavam por trás deste projeto, que ia fazer uma espécie de centro comercial, com contentores na Praça do Martim Moniz. Ou seja, tudo com lojas meio <i>vintage/hipster</i> e não sei o quê, uns restaurantes bem caros, ou seja, aquilo iria transformar também completamente uma zona que é sobretudo uma zona em que vivem imigrantes, muitos imigrantes asiáticos e onde vive uma população envelhecida e de classe baixa principalmente. Ou seja, ia ser uma força de gentrificação brutal basicamente. E nós até fizemos uma</p>	
--	--	--

	<p>manifestação, organizamos uma manifestação na Martin Moniz, também com vários coletivos, também fizemos uma coisa de articulação, houve outras manifestações pra além da nossa. Houve uma resistência pública muito grande e o projeto acabou por ir para trás. Isso também considero que seja uma vitória, obviamente não foi só nossa, também dependeu muito de haver outros coletivos a trabalharem, muitas pessoas que se opuseram, não é (...) pronto, acho que não sei, tudo o que tem sido estas experiências maiores também de mobilização, acho que também tem sido vitórias, só que são coisas que são no tempo, não são propriamente uma vitória definitiva, mas acho que é uma coisa que está a trabalhar, mas acho que a questão da mobilização, só nós conseguimos ser capazes de articular vários coletivos, não é. E de fazer, por exemplo, uma assembleia onde estão 30 coletivos a participar, ou um mês de atividades na cidade com performances e etc. Pronto, acho que isso são pequenas vitórias que vão mobilizando e que vão dando esperança etc”.</p>	
<p>Participação comunitária</p>	<p>APPA: “Quando nós chamamos, e é necessário, sim. Nós fizemos até pouco tempo uma concentração pelo direito à habitação no bairro e as pessoas aderiram bem (...)”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) depende de caso a caso, por exemplo, recentemente houve o caso de um prédio perto da Assembleia da República, que era onde queriam despejar, queriam vender, apesar de ser uma entidade pública, esses moradores pediram ajuda a APPA, que começou a ajudá-los, mas aí também a APPA precisou de alguns apoios, então, entrou em contacto com a AIL, e nós, o Morar em Lisboa colocamos a informação no <i>Facebook</i>. Enfim, trabalhamos em conjunto, não há uma regra fixa né (...) fazemos, temos feito muitos debates, nesse momento, não presenciais, fizemos diversos debates online por exemplo, recentemente, antes disso, fazíamos presencialmente, em função também das diversas temáticas que vão aparecendo e que nos parece ser importante, essa é uma forma que consideramos em dar a conhecer e a ampliar as</p>	<p>Criação de espaços e mecanismos para o envolvimento das próprias pessoas afetadas pelo problema social para a sua resolução</p>

	<p>possibilidades de reflexão sobre o que acontece e o que afeta a sociedade civil (...)."</p> <p>Habita: "(...) e a ideia das assembleias que dão poder a resistência é mesmo isso, é tipo, agora vamos com esta família, depois vamos com aquelas, damos umas as outras quando precisarmos. E construir esta base, não é? Então, ainda não tá bem óbvia, ou seja, ao contrário de um sindicato que a pessoa sindicaliza e depois vai, uma coisa que funciona muito bem em Barcelona, tem muitas gentes ou em Madrid, que é para parar os despejos, e aí digamos, que há mais continuidade, não é? Nós temos um bocadinho esta dificuldade da continuidade, mas também, temos uma parte da população que é muito precária, vive em condições muito difíceis, que não tem tempo. A maioria das pessoas que nos procuram são mulheres, são mães e algumas, também a grande maioria, são mães sozinhas. É muito difícil, não é? (...) tu tens de preocupar com a tua própria sobrevivência, não é? E especificamente, não consegues estar a trabalhar e ir as reuniões ou se não tem um sítio onde deixar os filhos, não consegues ir, não é? (...) eu acho que o grande desafio é mesmo esse, então como é que nós podemos participar na vida política, vale, tornarmos sujeitos políticos já os somos, mas sermos conscientemente e trazer alguma mudança. Como é que nós podemos participar nas nossas comunidades, não é? Tipo, eu acho que é pensarem em pequenas escalas, diria que a pequena escala é a organização do bairro, organizar os bairros, as assembleias de moradores, pronto. Depois há uma escala um bocadinho maior e já tipo, a cidade, não é? Esse território maior. Como é que nos podemos organizar, pá, com manifestações, com eventos públicos grandes, sei lá, debates, festivais, coisas assim e depois a nível mais macro é de alteração das leis ou regulamentação, né?".</p> <p>AIL: "Eu por acaso acho que nós nunca fizemos nenhum questionário ou inquérito (...) se calhar era necessário avançar com uma espécie de autoavaliação, para perceber o que é que as pessoas consideram. Mas as</p>	
--	---	--

	<p> pessoas quando têm algo, fazem queixa no livro vermelho, uma opinião no <i>Facebook</i> ou mesmo mandam um e-mail para AIL. Mas, nós não temos por acaso essa prática de pedir opinião (...) a voz do utente é uma voz anónima (...) então, muitos casos assim, que nós vemos que são casos que não tem solução ou que são muito difíceis, o que nós acabamos por fazer, acabamos por enviá-los para a Habita, e, a Habita tenta dar força as pessoas, consolo através das assembleias. Aí verdadeiramente é aquela inovação emancipatória, empreendedora, crítica, transformadora até. Transformadora no sentido de dar apoio mesmo as pessoas, que nós, nós não damos esse apoio psicológico, isso nós não temos meios de dar isso, portanto, o que nós realmente fazemos é um trabalho até muito burocrático, que é ajudar as pessoas com suas cartas, enviar as cartas aos senhorios (...). </p> <p> Stop Despejos: “Eu acho que sim, embora não da forma que nós gostaríamos ainda. Ou seja, temos experiências muito positivas e há muitas pessoas que estão na luta e que aparecem nas manifestações. E que no fundo dão continuidade a esse trabalho. Mas, não ainda com o peso que nós achamos que seria necessário, não é? Ou seja, por exemplo houve algumas dessas experiências que nós fizemos em bairros, como em Chelas, por exemplo, que eu acompanhei mais ou menos na altura. Houve um período em que as pessoas estiveram muito ativas e depois começaram a desmobilizar um pouco. Mas, por exemplo, há aí uma família que estava nessa luta em Chelas, que eles ainda hoje estão connosco e aparecem nas mobilizações etc., só que na altura para aquilo que se calhar era um pouco a necessidade da resistência lá em Chelas não conseguimos mobilizar depois a longo prazo. É uma coisa que eu acho que é a grande dificuldade, não é, que de facto as pessoas têm uma pressão enorme, passam imensas dificuldades (...) ou seja, já logo à partida há uma grande dificuldade que o próprio sistema cria, pra uma questão do tempo, de disponibilidade apenas não é, isso é a maior dificuldade que nós enfrentamos (...) é nesse sentido, que se calhar, agora é pertinente falar um pouquinho desse trabalho </p>	
--	---	--

	<p>da Habita, que eu acho que é muito interessante e que é um pouco inspirado também em experiências que se fazem em coletivos em Inglaterra, Espanha etc., que foi a Habita que nos últimos anos, que nos últimos 2 anos ou assim, tentou a passar um pouco mais desse trabalho assistencialista digamos assim, de profundo apoio jurídico e de aconselhamento para uma modalidade um bocadinho mais diferente, que eles chamavam eu acho, que são as assembleias de afetados, em que no fundo a ideia era, ao invés das pessoas irem lá e ter esse aconselhamento individual sobre os seus casos, podia ser aconselhamento de várias ordens, jurídica etc., a ideia foi começar a convidar essas pessoas que iam lá pra irem a uma assembleia maior, onde estavam todas as outras pessoas que também estavam com problemas de habitação, e no fundo criaram uma espécie de experiência coletiva, onde os casos individuais eram discutidos pelas várias famílias, não é? Onde podia haver um caso de despejo do arrendamento privado, de haver duas famílias que estavam num bairro autoconstruído que iria ser demolido. Claro, de experiências muito diferentes, precisamente nesta de tentar a promover um bocado esta lógica de solidariedade e de luta coletiva, e, portanto, claro, que havia algumas hierarquizações, no sentido em que havia casos mais urgentes do que outros, não é? Então, claro que os casos urgentes tentavam ser debatidos primeiro. Mas, no fundo a ideia era que aquelas pessoas estando lá, mesmo que o caso fosse resolvido, não é, que depois continuassem a ir as assembleias, não é, e que continuassem a luta (...)."</p>	
<p>Participação e desenvolvimento de redes</p>	<p>APPA: “Nós fomos das primeiras associações que aderiram ao movimento Morar em Lisboa, fomos e ainda continuamos no movimento e fazemos tudo juntamente com o movimento Morar em Lisboa, com outras associações (...) nós temos uma atividade, que deixámos de fazer por causa do Covid (...) que chamamos um “encontro de vizinhança”, onde nos reunimos, nos encontramos de mês a mês com as coletividades, e cada mês é uma coletividade que fica</p>	<p>Redes e espaços como impulsionadores e catalisadores de inovações sociais</p>

	<p>responsável por chamar as outras. Então, o objetivo é juntarmos todos em cada uma, em cada território (...) e aqui é um bocado, cada uma diga aquilo que tem e que necessita e podemos rentabilizar os meios que cada uma tem individualmente, mas podemos ajudar uns aos outros (...) os bens alimentares que nós distribuimos ao sábado, é com outra associação também que trabalhamos em parceria. A gente vai tentando rentabilizar, que no fim de contas, somos pequeninos, temos pouca gente, temos que nos ajudar uns aos outros para realizar também os meios de cada um, não é? (...)”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) o que nós fazemos é um trabalho um bocadinho mais amplo, também de coordenação entre as diversas associações que fazem parte do movimento e de coordenação também com outros movimentos ou grupos que possam ser estrangeiros também. Por exemplo, o Morar em Lisboa faz parte da Rede SET – Sul da Europa, que é cidades do sul da Europa perante a turistificação, da qual fazem parte diversas associações, grupos, movimentos, sobretudo de Espanha e Itália, mas também da Grécia (...) entramos na Stay Grounded, então, temos esse trabalho mais abrangente (...) a International Alliance of Inhabitants é uma rede mundial mesmo (...), por exemplo, o Morar em Lisboa faz parte também da Associação Mulheres na Arquitetura, elas também fazem parte do Morar em Lisboa, isso pra dizer que não somos só associações de moradores ou só associações diretamente ligadas ao direito à habitação (...)”.</p> <p>Habita: “(...) se tu fores a nossa página, há uma parte de debate, e aí está, por estas valências também do pessoal, que está ligada à academia e a investigação, nós temos contactos internacionais, fazemos parte da European Action Coalition for the Right to Housing and the City (...) nós tivemos reuniões inter coletivos agora, no ano passado, logo no primeiro confinamento para ver o que é que podíamos fazer. A RDA 69 teve a fazer cantina e agora ainda está, está mais numa cena de autogestão das pessoas em situação de sem abrigo que podem cozinhar lá, não é, a Disgraça a servir refeições. A Zona Franca</p>	
--	--	--

	<p>também continua aberta. Pronto, é um bocadinho de como é que podemos aguentar isto e tentar de deixar estarmos isoladas, não é? Porque nós comunicamos, mas nós não nos comunicamos tanto como devíamos nos comunicar, e este é um grande problema nas redes, acho eu, porque ainda não somos redes muito sólidas (...) podemos dizer que a nossa rede primária é tipo, a Stop Despejos, a Sirigaita, a Zona Franca, pronto, digamos, que temos aqui as associações, coletivos, que conseguimos quase organicamente, parece que somos uma família alargada”.</p> <p>AIL: “As nossas três grandes redes são, de facto, e são sempre formais: A IUT - International Union of Tenants, somos membros, participamos dos congressos, falamos em congressos, somos chamados pelo Parlamento Europeu, vamos falar. Depois, eu percebo que o facto de eu ser professor ajuda muito. Porque eu falo inglês e porque tenho conhecimento (...) porque tenho contacto com a fonte de conhecimento diretamente e produz conhecimento (...) nós estamos na tal International Alliance of Inhabitants e estamos no Morar em Lisboa, participamos no coletivo, no grande movimento Morar em Lisboa, da coordenação do movimento”.</p> <p>Stop Despejos: “(...) também articular com outros coletivos, não há muitos que lidem com questões de habitação, não é, aqui em Lisboa há outros, há o Morar em Lisboa também. Mas, pronto, nós somos aqueles que estão mais na rua e que tem assim, um trabalho mais de ação direta etc., mas promovemos muito também obviamente alianças com coletivos antirracistas, feministas, LGBTQ (...) então é assim, digamos que nós trabalhamos muito com a Habita, não é? Até algumas pessoas, não muitas, que estão nos dois coletivos. E portanto, tentamos sempre assim, ter um trabalho muito interligado, mas de facto cada um acaba por se complementar e por fazer coisas que são um bocadinho diferentes. Embora o papel da Habita tenha mudado um pouco, nos últimos tempos. Mas pronto, acho que surgiu um pouco desta necessidade de haver um grupo que</p>	
--	---	--

	<p>tivesse mais na rua e fizesse campanhas e ação direta (...) olha, nós nos últimos anos temos feito algumas alianças com coletivos ligados ao clima, por exemplo, com o Climáximo, com a greve climática estudantil, apenas para dar alguns exemplos. Depois também temos algum trabalho ativo com associações aqui na zona de Lisboa (...) por exemplo, o RDA 69, a Disgraça, a Zona Franca dos Anjos. Ou seja, são coletivos, são associações que estão ligadas ou a práticas artísticas ou a terem cantinas a preço acessíveis, locais de encontro, não é, portanto, não são propriamente coletivos políticos que trabalham sobre uma determinada área, mas que são associações locais, não é. Também com a Gaia em Alfama que também está ligada com questões ecológicas. Pronto, depois mais da habitação, acho que o principal será o Morar Lisboa, também temos algum trabalho com eles, e pronto, depois há outros coletivos também, às vezes trabalhamos como SOS Racismo quando estamos, por exemplo, com questões mais de bairros que envolvam discriminação social, trabalhamos muito com o SOS Racismo, portanto, também temos algum trabalho feito, recentemente com um coletivo que é o MTS, que é o Movimento de Trabalhadores do Sexo, que estão a tentar ser o primeiro sindicato de trabalhadoras sexuais cá em Portugal”.</p>	
<p>Desenvolvimento de pesquisas</p>	<p>APPA: “(...) sempre para prática, temos poucas pessoas, temos um ao outro. Numa situação de que é necessário a nível da história, temos um dirigente que é historiador, temos outro que é arqueólogo, e no concreto a gente pede esse apoio e eles vão lá à procura. Mas, não temos”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) então os debates, eu já te falei né, é uma das ações que costumamos fazer. Temos feito muitos ao longo dos anos, no nosso <i>site</i> tens, nem tão todos, mas os últimos que foram online estão disponíveis no <i>YouTube</i>, os antes do online não, porque não os gravamos, mas temos feito muitos. Em termos de artigos académicos, isso não tem a haver propriamente com o trabalho do Morar em Lisboa, eu escrevo artigos académicos, o Luís Mendes também, mas, não é para o</p>	<p>A interdisciplinaridade e transdisciplinariedade no desenvolvimento da teoria da inovação social no campo das ciências sociais e humanas</p>

	<p>Morar em Lisboa. Enfim, isso é um tipo de produção própria da academia, o que temos feito talvez, uma vez ou outra, são artigos de opinião que mandamos aos jornais, por exemplo, tem saído alguns artigos no Público, sobre questões específicas, pronto, é mais por aí”.</p> <p>Habita: “(...) se tu fores ver, o pessoal que trabalhou mais na Habita em 2013/2014, tu tens pessoas, investigador, só que continua o seu rumo académico, provavelmente na altura, estava a fazer mestrado, hoje em dia, já fez doutoramentos e são investigadores, tem muito pessoal (...) a ideia dos debates é trabalhar esta narrativa. É uma coisa mais teórica, mais de construção de conhecimento, não é, e de um conhecimento construído, com as bases e desde as bases e não só cá em cima, mas tipo do que vemos aqui a acontecer. Que eu acho que sim, isso é, digamos, o propósito dos movimentos sociais, de com as bases, conseguir chegar lá acima e neste caso chegar a quem tem o poder, seja legislativo, executivo e fazer com que alguma coisa mude, é assim que o mundo vai mudando, não é?”.</p> <p>AIL: “Não, eu acho que é assim, é mais prestação de serviços”.</p> <p>Stop Despejos: “Temos uma questão teórica no sentido em está ligado a esta questão das campanhas. Quando fazemos essas campanhas políticas que passam mais por contra narrativas ou contra informação (...) obviamente que tem uma componente teórica que tem que se fazer, bastante forte, que vai sempre dependendo consoante a campanha (...) recentemente fizemos uma campanha sobre as rendas seguras, foi um programa lançado pela Câmara Municipal, ou seja, temos de fazer essas investigações, não é, perceber em que consiste o programa, não é, o que está bem, o que está mal, quais são as implicações, produzir um texto sobre isso. Depois pensar em formas de divulgação, temos sempre a página, mas muitas vezes fazemos ações de rua, distribuimos <i>flyers</i> ou colocamos faixas em sítios de locais públicos. Assim, mas não temos digamos um</p>	
--	---	--

	<p>grupo teórico que está sempre pesquisando sobre, depende das campanhas, é uma coisa que se vai adaptando a cada problema (...) uma das questões mais difíceis de gerir é a questão da própria lei, que é extremamente obscura e que é extremamente difícil de interpretar e de perceber muitas vezes a situação. Para mim é um dos maiores problemas deste sistema, o facto, de aquilo que supostamente nos devia proteger, de ser uma coisa que é quase impossível de descodificar, às vezes, não é”.</p>	
<p>Contestação de poderes e estruturas hegemónicas</p>	<p>APPA: “(...) várias pessoas de dentro e de fora do bairro resolveram criar esta associação com uma palavra de ordem, a chamar a atenção: “Alfama, recuperação ou morte”. E pronto, é claro que com isso houve políticas (...) isto aqui é saber exercer pressão política, nós tentamos resolver as questões com intervenção, nós fazemos intervenção política nos órgãos que temos direito. Portanto, quando continuam a não nos ouvir, nós utilizamos os outros meios. Por exemplo, foi as providências cautelares a nível do tribunal, aí tivemos que envolver já uns advogados, que quiseram ajudar nessa causa, que isso é muito importante. Tá a perceber? Nessas lutas, na luta do Museu Judaico, do Largo de São Miguel tivemos parcerias e a ajuda preciosa do Fórum do Património, que é uma coisa nacional e quase internacional. Portanto, foi através deles que conseguimos ter um apoio jurídico e por aí fora”.</p> <p>Morar em Lisboa: “O movimento foi criado perante a crise que se estava a viver, diversas associações, e outros movimentos e pessoas singulares decidiram lançar a carta aberta, que encontras no site, para reclamar uma nova legislação e novas ações pra resolver os problemas que estávamos a viver e estamos ainda e em função disto, depois, a partir da elaboração dessa carta foi criado o movimento e começamos a trabalhar todos juntos”.</p> <p>Habita: “Eu acho que foi mesmo pela necessidade de parar as demolições. E, de não haver alternativas de</p>	<p>Lutas locais contra as dinâmicas excludentes; sentido de transformação social pela mudança de poder em estruturas de governança e económicas com poderes hegemónicos</p>

	<p>habitação para essas pessoas, a qual o trabalho da Habita começou em bairros autoconstruídos por estas questões das demolições. E de contestar o PER, que era o Programa Especial de Realojamento. Que deixava pessoas de fora, não é? (...) os movimentos sociais estão aqui para trabalhar no conflito e com o conflito, e então eu acho que isto é, e sempre foi, digamos, um ponto focal da nossa estratégia, que é criar conflito. E tu ao criares um conflito, estás a chamar a atenção para um determinado problema, então, acho que tipo a primeira coisa é chamar à atenção, agora à atenção de quem? A atenção de quem governa e de quem é responsável por fazer cumprir as leis e os programas. Mas é à atenção pública também, não é? A atenção dos meios de comunicação social (...) o discurso é a vossa responsabilidade, é um bocadinho isso, nós vimos isto na pandemia, não é? Está nas vossas mãos. Então, nós, digamos, que trabalhamos neste sentido, de dizer, desculpa lá, tipo, há coisas que não estão nas nossas mãos, não é? O sistema nacional de saúde não está nas nossas mãos, à habitação pública não está nas nossas mãos. Não somos nós que fizemos as leis, não somos nós que fazemos a Constituição, então nós estamos aqui para chamar à atenção que existe uma Constituição, que existem leis, que existem direitos, e que estes direitos têm sido violados. Portugal tem sido constantemente chamado atenção em relatórios internacionais, a violação dos direitos humanos sendo um deles o direito da habitação (...) e acho que isso é importante, por o foco nestas questões, não é? E depois parar despejos, tentar parar à interrupção de contratos, e tentar criar uma narrativa ou, neste caso, uma contra narrativa, pois a narrativa dominante é que à habitação é uma questão de mérito, não é? Muitas vezes tu vês aquela reação, comentários nas redes, de eu consegui, eu trabalhei para ter a minha casa, vão trabalhar, quando as pessoas trabalham e não conseguem ter a sua casa e depois há aqui uma coisa muito perigosa, que é há pouco investimento em habitação pública em Portugal (...) pra pensar isto e um bocadinho pra ir contra a ideia de propriedade privada e pensar também no coletivo que é propriedade coletiva da habitação pública e também</p>	
--	--	--

	<p>pelo espaço público (...) tentamos construir uma narrativa em que se conteste a cidade neoliberal”.</p> <p>AIL: “(...) nós temos mesmo, nós quando pedimos audiências à secretaria de Estado ou aos partidos políticos somos ouvidos. E aquilo que nós dizemos entra nas leis, entra mesmo nas leis. Por exemplo, um exemplo concreto, a Lei de 2012 do arrendamento, não é, que é uma das leis que está a facilitar toda esta questão da gentrificação turística, terminava em 2017, o prazo de transição para os contratos antigos, dava um período de transição, quem tivesse um contrato antigo de baixo valor ficava protegido até 2017. Ora, a AIL teve que exercer pressão no governo, para permitir para adiar e eles adiaram até 2020. Em novembro de 2022 vai fazer 10 anos que temos a lei de 2012, e termina o período transitório. Até lá, estamos a fazer força, a AIL está a fazer força para se aprovar um novo projeto de lei de arrendamento, porque de facto a Lei de 2012, é uma lei muito insustentável, muito neoliberal e percebemos o contexto da lei, mas é uma lei que está desajustada e que não permite um ajustamento entre a oferta e a procura, continua a não permitir esse ajustamento. Portanto, estamos a pedir precisamente a revogação da lei e uma nova lei, mas até lá tivemos que pedir este aumento do período transitório (...) por exemplo, com o Covid, nós mandamos logo, portanto o confinamento começou a 13 de março de 2020, logo no fim de semana a seguir nós emitimos uma memorando um ofício para o senhor Primeiro-Ministro a pedir que parasse os despejos, que congelasse as rendas, que não permitisse revogações de contrato, pedimos outras coisas, uma parte dessas que nós pedimos o senhor Primeiro-Ministro cedeu (...) surgiu-se de uma linha muito crítica, sobretudo de anarco sindicalistas, estávamos na primeira República. Foi um período muito conflituoso, foi antes do fascismo. Portanto, foi um período muito importante que era o início da democracia. Surgimos dessa vontade, de defender os inquilinos lisbonenses”.</p> <p>Stop Despejos: “A Stop não é uma associação é um coletivo, mas partiu muito dessa associação que é a</p>	
--	--	--

	<p>Habita, que no fundo já tinha um trabalho há vários anos, que faziam, mas que também sentiam que se calhar é preciso haver algum tipo da ação direta. Que fosse mais, um bocadinho mais radical e também que era necessário, que é o que eu acho que é um dos grandes trabalhos que nós fazemos, daquilo que nós chamamos de contra narrativas. Ou seja, no fundo é esta ideia de que há uma série de narrativas dominantes no espaço público, na opinião pública e etc. Quer seja sobre propriedade privada, sobre o turismo, sobre uma série de coisas, e que no fundo são essas narrativas que condicionam também um bocado a ação e o comportamento das pessoas. Então, a nossa ideia é também sempre tentar fazer algumas campanhas, campanhas políticas, onde nós de alguma forma produzimos materiais de informação, que chamamos de contra narrativas, não é?”.</p>	
<p>Ações de mobilização</p>	<p>APPA: “A nossa luta que nós fizemos, em defesa do largo de São Miguel, foi uma luta muito forte, ainda não está completamente ganha (...) com ações de rua e que agora está parado, mas o objetivo é fazer manifestações e ações de rua em defesa da habitação. E sempre que nos são solicitados, estamos com outras associações na defesa”.</p> <p>Morar em Lisboa: resposta corresponde ao depoimento da categoria “vitórias” e “participação comunitária”.</p> <p>Habita: “(...) e depois estar na ação e estar também nas manifestações, em ações de desobediência civil (...) ir a bancos, tivemos 2 casos de famílias que perderam a casa para o Banco, então fomos lá tentar falar com o Banco mesmo, e ficar à porta do banco e convocar pessoas pra ir ao Ministério da Habitação (...) foi convocada uma manifestação pela habitação em 2018 (...) conseguimos juntar muita gente, foi assim, um grande desfile, de 5 horas com música também (...) então conseguiu-se, digamos, trouxe muita gente que já teve com a Habita, muita gente também de bairros periféricos, e acho que é uma coisa extraordinária, tipo é tu ocupar e estares</p>	<p>A mobilização social como contributo para a ocorrência de inovações sociais</p>

	<p>ocupado com a cidade, ter esta noção, que agora o espaço público é nosso e termos um microfone aberto no espaço público, que é uma coisa que faz falta, que é dar o microfone as pessoas e dizeres - agora fala, agora conta o teu problema, e essas pessoas terem uma audiência que não é audiência normal, não é. Que é uma audiência alargada tipo, eu acho que isso é muito importante, porque tu cruzas aqui vários mundos, não é? Tens muita gente diferente. Com o mesmo problema, não é? Tu tens tipo, pessoal que vem dos tais bairros autoconstruídos, da habitação social, do arrendamento privado e toda a gente tem um problema de habitação. Apesar das formas serem diferentes, não é, das formas de ocupação, das casas serem diferentes, mas torna-se um problema geral (...) em 2019 conseguimos fazer o Festival HabitAcção! que eu acho que continuou, digamos a crescer. E aí envolveu artistas e tivemos muitas apresentações. Tivemos acho que foi cerca de 50 apresentações no mês, 50 eventos e juntamos outra vez muita gente”.</p> <p>AIL: “Vou te dizer a AIL sempre fez muita luta, muita pressão pela questão da habitação, mas, foi quando a AIL começou a colaborar com o Morar em Lisboa que começamos a pressionar o governo e a Câmara Municipal, aproveitamos aquela janela de oportunidades das eleições autárquicas, então nós fizemos uma grande pressão mediática (2017), mas muito grande, e conseguiu-se colocar a habitação e o arrendamento, sobretudo a habitação na agenda política e na agenda pública, e foi muito importante, portanto, a união faz a força e esse trabalho em rede com estes movimentos, faz uma frente ao poder político e depois como são movimentos que tem algum poder público não é, tem algum poder mediático chamam muito atenção pra causa”.</p> <p>Stop Despejos: “(...) era preciso também haver uma espécie de ofensiva ou era preciso haver um grupo que estivesse mais disposto a fazer essas campanhas ou sair a rua para parar um despejo. Portanto, porque no fundo a Habita se calhar, não é assim o termo mais correto,</p>	
--	--	--

	<p>mas fazia um pouco trabalho de escritório, de apoio, de aconselhamento e chegamos à conclusão que era preciso um grupo que fosse mais ativo. Tivesse na rua, que organizasse campanhas, que mobilizasse redes de apoio, que quando houvesse um despejo, que houvesse uma articulação de pessoas que estavam prontas para ir parar os despejos (...) mas antes da pandemia em setembro, nós fizemos uma, em setembro de 2019. Portanto, nós fizemos um mês inteiro com várias ações e várias coisas, onde convocamos muitos artistas na cidade. E tivemos diversas exposições, performances e concertos, também com coisas mais de conversas políticas, <i>workshops</i> e combinou tudo com uma assembleia que fizemos na Avenida da Liberdade, onde qualquer pessoa podia falar, era um microfone aberto. Mas com muitas pessoas também afetadas que foram partilhar as suas histórias de despejos, de lutas e de resistência, e de vitórias ou derrotas, e um pouco também sempre nessa lógica de procurar chamar mais pessoas e de expandir a articulação (...) fundamentalmente é isso, ou seja, a ideia é sempre ter um trabalho de base, ou seja, ter um trabalho com as pessoas que são afetadas, não é? E ter esse trabalho de mobilização quer seja mais no centro, quer seja na periferia, nos bairros sociais, nos bairros autoconstruídos etc. E tentar sempre que isto sirva para um trabalho de mobilização, não é, ou seja, tentar também promover um pouco a conscientização que o problema é coletivo e que é preciso mesmo ter uma rede de solidariedade, não é? (...)”.</p>	
Defesa e garantia de direitos	<p>APPA: “É o que a gente tá a fazer, defende o património, agora defende a população, andamos nisto, há anos, não é? E a defesa da população e do património num outro contexto, mas é continuação da defesa do património (...) porque as pessoas estão a passar muito mal, e então nós temos vários tipos de intervenção junto das pessoas que estão a ser despejadas, que não têm, que têm baixos rendimentos, daqui procurar e orientar como é que chegam a procurar as ajudas para saírem das situações que se encontram. Portanto, a nossa intervenção hoje é</p>	O desenvolvimento do bem-estar e inclusão social como processos de inovação social

	<p>mais ampla da altura de antes. Eu acho que temos momentos que ultrapassam inclusive o nosso objeto de aquilo que fomos criados, mas isso tem que ser, porque nós não podemos abandonar as pessoas, não é?”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) fazemos um trabalho de conhecimento, também das diversas realidades, de interagida, ao mesmo tempo, tentamos estar abertos também há outras situações que são, não apenas da questão da habitação, mas há outras opções relacionadas com o direito à cidade no geral e de outras pautas”.</p> <p>Habita: “Então posso dizer que a Habita surge, este conjunto de pessoas, pra uma luta muito específica nos bairros autoconstruídos, e a Filomena foi assim a primeira grande luta. Mesmo que pararam as demolições (...) nós investimos muito tempo no direito à habitação, porque realmente as pessoas chegam até nós em situações muito difíceis, não é? Perder a casa, não é? É uma situação já extrema, mas nós também defendemos o direito à cidade”.</p> <p>AIL: resposta corresponde ao depoimento da categoria “participação comunitária” e “contestação de poderes e estruturas hegemónicas”.</p> <p>Stop Despejos: “Nós tivemos uma campanha mais ou menos na altura em que eu me juntei, que era a defender o direito à ocupação, no fundo a ideia era, existe esta sacralização quase à propriedade privada. Que no fundo se intromete ou que anula os outros direitos básicos, como por exemplo o acesso à habitação. Ou seja, o que acaba por acontecer no fundo nesta sociedade capitalista é que esse direito à propriedade privada é sempre posto em cima de direitos básicos, não é. Isso é uma tendência que nós estamos a ver em todo o lado, privatização da luz, da água, ou seja, todos aqueles direitos básicos que de alguma forma tão consagrados nas constituições de países democráticos, depois interferem com este direito a propriedade privada que acaba por se colocar acima, não é?”.</p>	
--	--	--

<p>Espaços de diálogo, escuta, voz e empoderamento</p>	<p>APPA: “(...) também nos procuram, quando precisam de alguma coisa, quando precisam de apoio, ou só um conselho, ou só uma orientação do que e como fazer. As pessoas também nos procuram, as poucas pessoas que ainda vivem no bairro, não é? (...) temos um alguém que precisa da psicologia, então ela, essa pessoa pode virar a dar essa ajuda”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) fazemos um trabalho também de tentar dar a conhecer a população, a sociedade civil algumas situações e levantar também em momento de debate, para fazer com que as pessoas tenham mais dados para poderem interpretar o que acontece, para poderem decidir (...)”.</p> <p>Habita: “(...) à atenção das pessoas da sociedade para um problema, então acho que isso tem sido, digamos, um dos grandes objetivos da Habita e organizar a luta, ou seja, transformar nisto numa luta coletiva, transformar as pessoas em sujeitos políticos, não é? Por que as pessoas muitas vezes chegam até nós muito desesperadas, sem saber o que é que hão de fazer, muitas vezes sem conhecimento de quais são os seus direitos, né? Por exemplo, quando tem um contrato de arrendamento ou quando não têm, porque também temos muito dessas situações, pessoas que aluga, mas não tem. É, então, tipo, é esta coisa de organização dum luta e criar esta consciência de que isto é uma luta coletiva, que isto é um problema sistémico, que isto não é um problema individual, porque as pessoas quando chegam a nós estão muito atomizadas, não é? E, de alguma maneira, há uma sensação de eu falhei, eu não consegui. Quando tu não consegues pagar renda, tens esta coisa, como é que é possível? Eu não conseguir? E então é esta coisa de nós tentamos através das assembleias, que as pessoas que se ponham em conjunto e percebam que não estão sozinhas e que o seu problema, não é, só eu que tenho este problema, não é? Então, é um bocadinho esta organização, acho que também temos uma organização da luta, se eu puder dar assim, alguma expressão, eu acho que organizar a luta,</p>	<p>“(...) imaginar e buscar um mundo, uma nação, uma região, uma localidade, uma comunidade que conceda direitos universais e seja mais inclusiva socialmente” (Moulaert, MacCallum, e Hillier 2013b, p 16)</p>
--	---	---

	<p>ou coletivizar a luta, é importante (...) digamos, nós fazemos muito este papel, dizer às pessoas, então vai assistir à uma reunião de Câmara ou na Assembleia Municipal, e isso é um bocadinho de educação cívica, tipo, fazemos este trabalho, não o chamamos assim, né? Temos consciência que fazemos, mas é dizer, olha, nossa democracia funciona assim, nós podemos entrar por aqui, e por aqui, e por ali, mas aí está, geralmente as pessoas fazem isto quando estão muito aflitas”.</p> <p>AIL: resposta correspondente ao depoimento da categoria “participação comunitária”.</p> <p>Stop Despejos: resposta correspondente ao depoimento da categoria “participação comunitária”.</p>	
<p>Desenvolvimento e uso de metodologias voltadas para a venda de produtos e serviços</p>	<p>APPA: “Não, não temos coisas dessas. Nós temos projetos, projetos que concorremos a programas municipais e agora concorremos a um outro, mas esse já é nacional (...) que um dos objetivos é isso, é criar as condições para termos um trabalho com os artesãos do bairro, para fazer um, para criar um objeto que fala de Alfama. E pá, mas não ganhamos, não podemos nos metermos nisso”.</p> <p>Morar em Lisboa: resposta correspondente ao depoimento da categoria “percepção das pessoas que desenvolvem o trabalho como inovadores sociais” e “percepção do próprio trabalho como inovação social”.</p> <p>Habita: “Opá não, ou seja, nós já temos aqui um problema que é a palavra mercado, como deves perceber, tipo somos mesmo um movimento anticapitalista e logo a palavra mercado é bastante...assim, já piscas um olho como se tivesses comido um limão, porque nós estamos na situação que estamos por causa do mercado livre. Eu acho que nós não temos soluções, nós gostávamos, a tal autonomia, da construção da autonomia destas redes de solidariedade e de efetivar isso, digamos que isso podia ser a inovação que eu acho que não é inovação</p>	<p>As fases do processo de inovação social (Murray, Caulier-Grice e Mulgan 2010); dinâmicas de inovação social (Westley 2008)</p>

	<p>nenhuma, porque sempre foi feito, o meu problema de inovação, é tipo, eu não posso chamar inovação, alguma coisa que existia antes, não é? Não estou a inovar, estou só a ir ao passado, não é? Então eu prefiro chamar resistência, em vez de inovação. Eu acho que, nós podemos tipo, almejar esta construção destas redes, destes espaços autónomos, de uma certa também, vá de uma construção de uma economia solidária, mas ainda não o conseguimos fazer, ou seja, ainda não conseguimos concretizar. Tipo, isso tem que ser concretizado as microescalas. Tem que ser concretizado mais através das associações que estão nos bairros, e a partir daí fazer, digamos, fazer estes projetos, eu acho que faz sentido, por exemplo, falar disto com associações mais das áreas culturais ou sociais, que tenham, tipo, que sejam mais, digamos físicas e que trabalhe mais no bairro e com o bairro (...) e acho que uma posição também é, não somos nós que temos que dar as soluções. Nós estamos aqui para exigir soluções. Nós estamos aqui para dizer que os problemas são estes e estes. Podemos sugerir, podemos dizer nestas situações o que nós gostamos, não é? Podemos idealizar, né? E reivindicar, agora, as soluções não nos competem a nós, esta é a perspectiva da Habita. E acho que é um bocadinho ir contra esta lógica individualista de nós é que temos que dar tudo, não. Tipo, existe um Estado e o Estado é por natureza social, haveria de ser um Estado Social, e então este Estado Social reza também por uma constituição, nessa constituição há direitos e há direitos económicos que não estão a ser garantidos. Então, nós estamos aqui para dizer que estes direitos não estão a ser garantidos. Nós reivindicamos isto, isto e isto, agora vocês já têm material para nos apresentarem as soluções, né? E, eu acho que é mais este o nosso papel. Agora, num ponto de vista um bocadinho mais de construir a utopia, não é? Acho que tem a ver com esta criação destas redes, que as redes funcionem numa forma mais continuada no tempo, não é, no tempo e no espaço, que as pessoas se organizem autonomamente, podem ter a nossa ajuda, mas depois se organizem nos seus bairros. Aconteceu, por exemplo, em Catujal, as famílias quando chegaram a nós já estavam super</p>	
--	--	--

	<p>organizadas, tipo, o Talude já estão super organizados. É muito mais fácil depois trabalhar com grupos que já estão organizados e que estão organizados nos seus territórios, não é? Nós só vamos lá, tipo, para dar um bocadinho da nossa experiência e aí nós fazemos a ponte entre o território e as entidades públicas, não é? Porque nós fazemos essa comunicação, então, nós podemos servir, digamos, de mensageiros entre uns e outros, e isto funciona muito melhor, né? Porque depois ali naquele bairro já existe uma rede mais forte, não é? É uma rede de apoio mútuo, aí está, e esperamos que continue, mas depois há um problema aqui, um problema de que é o realojamento, no nosso caso (...).”</p> <p>AIL: “Eu acho que nós não temos propriamente uma estratégia, não temos estratégia do ponto de vista de mercado, não, nada, nada. Até acho que somos muito estúpidos nisso. Eu tenho andado, desde que entrei a tentar convencer, eu sou mais novo e já tenho 41 anos, portanto, pronto. Resto do pessoal tem tudo 80 anos, 70 anos. Agora vamos tentar renovar nas próximas eleições, no verão deste ano, vamos tentar renovar os quadros, mas eu tenho tentado criar, por exemplo campanhas publicitárias, de angariação de mais sócios. Porque sei, temos exemplos da Suíça, da Holanda. Exemplos mesmo de associações de inquilinos que têm campanhas estupendas e às vezes são campanhas muito simples”.</p> <p>Stop Despejos: resposta correspondente ao depoimento da categoria “contestação de poderes e estruturas hegemónicas”.</p>	
<p>Criação, mapeamento, multiplicação e difusão de metodologias</p>	<p>APPA: resposta correspondente ao depoimento da categoria “participação e desenvolvimento de redes”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Não achamos que alguém tem que replicar o que estamos fazendo, cada um tem as suas características, os seus objetivos, sua forma de trabalhar”.</p>	<p>Escalar a inovação social para diferentes contextos</p>

	<p>Habita: resposta correspondente ao depoimento da categoria “desenvolvimento e uso de metodologias voltadas para a venda de produtos e serviços”.</p> <p>Stop despejos: “É assim, nós por acaso temos discutido um pouco isso mais recentemente, nós nunca fizemos isso, nestes modelos. Obviamente, quando estamos com pessoas afetadas, não é, damos informação e tentamos sempre explicar qual é a melhor forma de resistir a um despejo etc. Mas não propriamente nessa lógica de fazer um curso ou um workshop (...) estamos agora a tentar preparar uma coisa, não é bem equivalente, mas que nós chamamos o <i>kit anti-despejo</i>, basicamente será um <i>kit</i> de informação, em que, a ideia é que esteja lá o máximo de informação possível, se calhar até com alguns desenhos, pra ser assim uma coisa bem didática de explicar um pouco como é que se resiste a um despejo, como é que fala com a policia, como é que isto, como é que aquilo, quais que são os direitos básicos. No fundo é uma espécie de curso também, mas escrito”.</p> <p>AIL: resposta correspondente ao depoimento da categoria “desenvolvimento e uso de metodologias voltadas para a venda de produtos e serviços”.</p>	
<p>Parceria e/ou apoio financeiro do setor público e privado</p>	<p>APPA: “Nós temos um protocolo para atividades, com a Junta de Freguesia. Que é anual, e a Junta de Freguesia transfere uma pequena verba mensal de 3 em 3 meses, para ajuda das atividades da associação (...) mas assim, parcerias, concorreremos aos concursos, aos programas que a Câmara tem. Mas, é quando é preciso alguma coisa também nos solicitam (...) não temos nenhum compromisso com poder público, porque isso também não nos interessa, porque também para mantermos a nossa independência como associação sem fins lucrativos (...)”.</p> <p>Morar em Lisboa: “Não, porque entre outras coisas nós não somos legalizados, digamos assim. Por exemplo, tivemos recentemente um estagiário e vamos ter agora outro do programa Erasmus. Pronto, isso assinamos, a</p>	<p>Interdisciplinaridade de atores e conhecimentos como fundamental para a inovação social (Mulgan et al., 2007; Murray, Caulier-Grice e Mulgan, 2010)</p> <p>Os três mecanismos críticos de inovação social provocados pelas relações intersetoriais (Phills Jr, Deiglmeier e Miller 2008)</p>

	<p>assinatura nesse caso, quando acontecem situações tipo essas, quando é necessário assinar documentação, aí é sempre, do ponto de vista burocrático, não é? Não é o Morar em Lisboa que assina, mas é uma das associações que faz parte do Morar em Lisboa. Portanto, a AIL que assina os documentos apesar do estágio ser, do rapaz trabalhar para o Morar em Lisboa. Mas são coisas pequenas, são coisas mais ligadas também a questão de ensino e achamos que é importante também, que dar a possibilidade dessas pessoas de participar e de conhecer melhor esse tipo de trabalho. Agora outros tipos de parcerias, não, nós não fazemos, nós não temos, mas também por opção, porque nós queremos ser independentes, não queremos ter esse tipo de vínculo (...).”</p> <p>Habita: (...) não, ou seja, tipo eu acho que há aqui uma questão que é a questão da autonomia, não é, seres autónomos não significa que não possas estabelecer parcerias, agora, eu não posso chamar-lhe uma parceria aquilo que temos com a Câmara Municipal de Lisboa, não é? Realmente vamos lá criar conflito, então, nós não somos propriamente parceiros, ou seja, não somos uma ONG. Não funcionamos como uma ONG, estas a ver, não vivemos de projetos, não temos pessoas pagas. As parcerias que nós temos é muito mais neste sentido de construção de redes, de digamos, mais iguais a nós, e que trabalham deste lado da barricada. Agora, no futuro, não sei se alguma vez podemos ter isso ou não, essas tais parcerias, mas não me parece, dado o tipo do nosso modo de funcionamento (...) nós nos relacionamos com entidades públicas, nós temos que ir lá falar. Com entidades públicas estás a ver? Agora não fazemos uma parceria, quando muito fazemos pareceres sobre o funcionamento das entidades públicas, que é importante, mas pronto, pode ser que daqui há 10 anos as coisas tenham mudado, não sei”.</p> <p>AIL: resposta correspondente ao depoimento da categoria “percepção do próprio trabalho como inovação social”.</p>	
--	---	--

	<p>Stop Despejos: “a nossa ideia é um bocado, um dos nossos princípios que está no manifesto é precisamente, um princípio da autonomia, ou seja, nós não queremos propriamente ter nenhum tipo de parceria pública ou privada. Ou seja, nós queremos ter a nossa autonomia, não estar dependente também de financiamentos. E no fundo, a única coisa que nós queremos é promover essa lógica de articulação com outros coletivos e com outras associações (...)”.</p>	
<p>Priorização de especialistas</p>	<p>APPA: “(...) quando organizamos os debates ou as discussões sobre o <i>boom</i> turístico, aí chamamos especialistas que nos dizem o que estão a pensar”.</p> <p>Morar em Lisboa: “(...) por exemplo, uns meses atrás fomos chamados da Assembleia da República, para dar um parecer sobre uma nova lei, que queriam fazer sobre os horários dos voos noturnos, a chegada dos voos noturnos no aeroporto de Lisboa, e por exemplo, eu sou especialista na área da gentrificação e dos efeitos do turismo na cidade, posso ter uma opinião sobre a questão dos voos, e dos horários dos voos, mas não sou especialista nisso né? Eu não sentira à vontade para dar uma opinião desse nível, mas o que acontece no Morar em Lisboa, temos uma associação que é o Céus Azuis que envolvem essas questões, que tem um trabalho dedicado ativamente só a estas questões, e eles sim são especialistas, têm conhecimento técnico e nesse caso, esse é um bom exemplo”.</p> <p>Habita: resposta correspondente ao depoimento da categoria “participação comunitária” e “desenvolvimento de pesquisas”.</p> <p>AIL: resposta correspondente ao depoimento da categoria “contestação de poderes e estruturas hegemónicas” e “preocupações económicas voltadas para o social”.</p>	<p>O empreendedor social ou outro profissional especialista em mercado eficiente como solucionador mais capaz de problemas sociais (Montgomery 2016)</p> <p>Despolitização de espaços, que podem ser organizações da economia social, redes solidárias, comunidades, grupos e territórios, principalmente marginalizados e pobres, passando as soluções de problemas sociais por peritos qualificados em interesses sociais (Ranciere cit. in Montgomery 2016)</p>

	Stop Despejos: resposta correspondente ao depoimento da categoria “desenvolvimento de pesquisas.	
Preocupações económicas voltadas para o social	<p>APPA: “(...) na associação ninguém, ninguém está a ser remunerado (...) a gente tem sempre, sempre esse objetivo... porque temos artesãos e temos assim, alguma colaboração com os artesãos, porque temos artesãos que põe na nossa associação a exposição dos seus objetos e que vendem, nós vendemos lá. Uma parte é para eles, outra parte é para associação. Também uma forma de ajudar o artesão, mas também é uma forma de a associação ter um bocadinho de dinheiro (...) claro que quando ganhamos projetos, por exemplo, no caso do projeto “Alfama É Marcha”, nós ganhamos e tivemos condições de ter uma pessoa, que estava desempregada, com muitos problemas, pode-la empregar para trabalhar na associação, a colaborar, então podemos remunerar essa pessoa no âmbito do projeto. Isso nós fazemos (...) concorremos aos projetos, aos programas e depois sempre com o objetivo de criar melhores condições pra algumas pessoas que não tem nada, estão desempregadas e que podemos ajudar de outra maneira (...)”.</p> <p>Morar em Lisboa: “De uma forma geral todos nós que participamos somos ativistas, e é uma escolha normalmente feita, nós não ganhamos nada né, dedicamos nosso tempo fora do horário de trabalho a essas causas, porque consideramos que seja necessário a sociedade, que a sociedade civil também se imponha e que reclame as mudanças das coisas da cidade”.</p> <p>Habita: “É voluntário. Ninguém tem salários. Nós estamos a tentar este ano candidatar-nos a projetos e poder tipo, pagar algumas pessoas, por que, pra coisa se solidificar, porque como deves perceber, nós trabalhamos muitas coisas e é muito difícil manter uma organização disto quando as pessoas estão muito dispersas e tem os seus trabalhos, têm as suas vidas, não é? Então, o nosso grande desafio é irmos à luta e nos organizarmos internamente e ter a possibilidade de</p>	Inovações sociais sustentáveis para transformações sociais sistémicas

	<p>pagar as pessoas, mesmo que não seja um full-time, não é? Mas tipo, de retribuir para que também possam crescer, não é? Para que o grupo possa crescer (...).”</p> <p>AIL: “Nós não podemos obviamente fazer trabalho <i>pro bono</i>, porque nós temos 18 trabalhadores. Portanto, temos advogados contratados, temos funcionários, escriturários. Portanto, são funcionários pagos e muito bem pagos. Portanto, não dá para fazer, porque nós temos sempre casa cheia, nós praticamente estamos com casa cheia sempre. Sempre temos um conjunto de despesa muito grandes, nos próprios pagamos renda (...) portanto, de facto é isso que eu estava a dizer, nosso trabalho é mesmo um trabalho de cooperativa social. Portanto, não é um trabalho propriamente de movimento social, ou coletivo aberto, é uma empresa social”.</p> <p>Stop Despejos: “Não, nós não temos pagamento, é tudo voluntariado. Nós temos algum dinheiro, às vezes, que conseguimos fazer com, desde doações à vendas de materiais, não sei se fazemos muito, acho que não, mas já tivemos algumas doações etc. Mas, isso primeiro que nunca é muito, é sempre pouco, e é dinheiro que é investido em comprar materiais, não é, pra fazer faixas, comprar tintas, esses tipos de coisas”.</p>	
--	---	--